

Relatório Sementes 2021

Situação dos/as defensores/as de direitos humanos no Brasil

Testemunhos de experiências no enfrentamento à Covid-19



proponentes



co-financiadora



Relatório Sementes 2021
Situação dos/as defensores/as
de direitos humanos no Brasil
Testemunhos de experiências
no enfrentamento à Covid-19.

Relatório Sementes 2021

Situação dos/as defensores/as de direitos humanos no Brasil

Testemunhos de experiências no enfrentamento à Covid-19

Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos

Proponentes:

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH/MNDH)

We World GVC Onlus

Associadas:

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (AMDH)

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

Cofinanciador:

União Europeia

Equipe Nacional

Coordenação Geral:

Paulo César Carbonari (MNDH/SMDH)

Equipe SMDH:

Joisiane Sanches Gamba, Diana Melo, Marcelo Fontenelle, Alessandra Farias, Paulo Cesar Moreira, Luismar Ribeiro Pinto e Fernando Borges de Oliveira

Equipe Abong:

Adriana Torreão, Daiane Amaral, Danilo Feno, Franklin Félix, Luiz Gustavo Pires, Mauri Cruz, Pedro Bocca, Patrícia França, Raquel Catalani

Equipe WWB:

Monica Bonadiman, José Marques de Sousa Neto, Mirlania Lima Bezerra e Francisco Rosângelo Marcelino da Silva

Coordenação do Relatório:

Raquel Catalani (Abong), Marcelo Fontenelle (SMDH) e Paulo César Carbonari (MNDH)

Consultoria

Lucyvanda Amorim Moura

proponentes



co-financiadora



Sumário



Apresentação	6
Memórias e Narrativas de Defensores/as de Direitos Humanos	9
André Santos de Freitas Greenpeace	11
Ayala Ferreira Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST)	14
Benedito Roberto Barbosa, “Dito” União dos Movimentos de Moradia de São Paulo	18
Cacique Babau Povo Tupinambá Serra do Padeiro (BA)	22
Carlos Nicodemos Organização de Direitos Humanos Projeto Legal	25
Carmen Silva SOS Corpo	28
Catarina de Almeida Santos Campanha Nacional pelo Direito à Educação	32
Cláudia Pinho Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras	36
Denise Dora Artigo 19	40
Diva Santana Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia	43
Eduardo Siqueira de Oliveira Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	46

Sumário



Elisety Veiga Maia Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (PA)	50	Makota Célia Gonçalves Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileira (Cenarab)	98
Fernando Pigatto Fórum Nacional de Defesa do Direito Humano à Saúde	53	Mônica Alkmin Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH Brasil)	102
Getúlio Vargas Junior Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam)	58	Ronilson Costa Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional)	106
Gianfranco Graziolla Pastoral Carcerária Nacional	62	Roseane Dias Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)	110
Givânia Silva Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq)	66	Rosilaine Ferreira Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	114
Heliana Hemetério Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)	69	Symmy Larrat Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)	117
Iêda Leal Movimento Negro Unificado (MNU)	73	Valdênia Aparecida Lanfranchi Justiça nos Trilhos	120
Islândia Costa Associação Vida Brasil	76	Vanilson Torres Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)	124
Jonas Valente Coalizão Direitos na Rede	79	Virgínia Berriel Central Única dos Trabalhadores (CUT)	127
Júlio Barbosa Conselho Nacional das Populações Extrativistas	83		
Leandro Gaspar Scalabrin Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	86		
Léo Pinho Central de Cooperativas Unisol Brasil	90	Direitos Humanos ou Humanos Indireitos?	131
Lúcia Secoti Movimento pelos Direitos da Pessoa Idosa	94	Projeto Sementes de Proteção	133

Apresentação



**Memória de um tempo
Onde lutar por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
[...]**

**São vidas que alimentam
nosso fogo da esperança
O grito da batalha
Quem espera, nunca alcança**

(Gonzaguinha, “Pequena Memória para um Tempo sem Memória”, 1973)

O Relatório Sementes 2021 sobre a situação dos/as defensores/as de direitos humanos no Brasil: testemunhos da experiência no enfrentamento da Covid-19 é uma iniciativa conjunta de várias organizações e movimentos que se reúnem no Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos.

Tem por objetivo dar visibilidade à atuação dos/as defensores/as de direitos humanos, os riscos e as possibilidades, a fim de fortalecer sua atuação e colaborar para o avanço da luta e da causa dos direitos humanos. Em sua primeira edição, de três edições anuais, concentra-se no registro do impacto da pandemia Covid-19 na vida de defensores/as de direitos humanos das mais diferentes frentes de atuação.

Por meio de entrevistas estruturadas com militantes das mais diversas organizações de direitos humanos atuantes no Brasil, o relatório reúne testemunhos de memórias e narrativas desses/as defensores/as.

As entrevistas foram realizadas nos meses de dezembro/2021 e janeiro/2022 por meio de plataformas digitais, gravadas e sistematizadas.

As questões feitas a cada participante foram as seguintes:

1. faça uma breve autoapresentação indicando suas principais atuações na luta por direitos humanos e sua vinculação;
2. como avalia a luta de resistência e o enfrentamento às violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?;

3. como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?;

4. na sua avaliação, quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?;

5. quais estratégias você sugeriria para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Acreditamos que a memória é uma das práticas mais importantes para a construção de vínculos, para o cultivo de afetos e, especialmente, para subsidiar a formulação das verdades que ganham sentido social e cultural.

Nenhuma sociedade vive sem que se faça permanentemente a memória de suas vivências a fim de que sejam transformadas em experiências significativas – no dizer do mestre Paulo Freire, inspirado em Camões, de **“saber de experiências feito”**, aquele que está carregado de experiência vivida.

A pandemia Covid-19 marcou profundamente a vida e a atuação de defensores/as de direitos humanos, um acontecimento aberto aos mais diversos significados, mas que somente se consolida como aprendizagem na medida em que cada um/a daqueles/as que o viveu exerce o direito de dizer **“a sua palavra”**, como indicou Ernani Fiori no prefácio à Pedagogia do Oprimido. É neste sentido que este Relatório se propõe, de algum modo, a ser espaço para que este exercício seja feito. Não são todas as vozes, mas são significativas as vozes que nele se pronunciam. Não representam e nem substituem demais, mas se somam numa grande roda de diálogo. São mais uma – e cada um/a – palavra nesta roda.

Acreditamos também que a memória alimenta a realização da justiça testemunhal e da justiça epistêmica, aquela que reconhece e valoriza cada saber, os diversos saberes.

Dessa forma, contribui para que não se reforce a injustiça, a revitimização, opondo-se frontalmente a todos os **“epistemicídios”**, que são parte dos genocídios.

Aqueles/as que foram vítimas da Covid-19, que seguem sendo vítimas das violações de direitos humanos, aqueles/as que seguem sendo impedidos/as de lutar por seus direitos porque os donos do poder e do dinheiro continuam entendendo que lutar pelos direitos é um **“defeito que mata”**, levantam sua voz. Fazem eco que não se esgota no dito, pois carregam muito mais a dizer.

O sofrimento experimentado é transformado em nutrição para a luta. O luto se faz luta. A tristeza da morte se faz alegria de seguir esperando. A necessidade se faz solidariedade.

Enfim, a vida, acima de tudo, ganha força e se reafirma, se faz denúncia a todas as injustiças, todas as violências e violações, exigência de responsabilização, de reparação, de continuar acreditando que é na promoção e na proteção da vida de cada pessoa que se pode efetivamente realizar os direitos humanos. É o que dizem, das mais diversas maneiras, todas as vozes registradas neste relatório.

Contra todo o obscurantismo do negacionismo e toda crueldade dos ataques e das desqualificações da atuação dos/as defensores/as de direitos humanos, cada um/a, a seu modo, se soma ao brado de Maya Angelou: **“ainda assim, eu me levanto”**.

Nos depoimentos testemunhados por cada participante desta obra, na qual cada um e cada uma é autora não somente do que disse, mas do que se relata no que foi dito, expressão da obra coletiva das organizações e movimentos que com elas se fazem presentes, está a potência que não se rende e nem se deixa abater, ainda que na noite escura. Isso porque seguem acreditando com Thiago de Melo que **“faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar”**.

O registro que este relatório traz à luz carrega desejos que querem produzir muitos circuitos, de todo tipo, afetando a quem se coloca no cotidiano das lutas e das causas populares e a quem, ainda que nelas não esteja, possa a elas se somar, fazendo dos direitos humanos o alimento para seguir, sabendo que as conquistas de cada dia, as resistências de cada momento, os encontros de agora e os de sempre,

não são o fim e nem mesmo a finalidade que os/as põe em movimento. O que faz movimento é o esperar que se faz caminho em travessia, que não foge das encruzilhadas, nem mesmo das contradições, pelo contrário, as encontra como busca de permanente realização do bem viver.

Não se trata de reproduzir grandes narrativas, trata-se de recolher as citações, os lampejos, por vezes bruxuleantes, das “fogueirinhas”, as mais diversas, de que nos fala Galeano, as quais juntas, cada uma **“com luz própria entre todas as outras”**, vão espalhado a amorosidade que alimenta o seguir em luta pelos direitos humanos.

Nem o pior dos momentos, nem o maior dos retrocessos, nem o mais forte dos ataques, nem o pior dos governantes, nem a mais cruel das pandemias, nada detém este exigente exercício coletivo de humanização – que aprendeu desde há muito que não há vida humana sem que todas as vidas sejam cuidadas, com o mesmo cuidado; sejam protegidas, com a mesma proteção.

As diversas vozes que aqui se reúnem reiteram que lutar por direitos humanos é sempre exigir justiça, responsabilização, reparação; mas é também fazer a promoção corajosa e permanente de todos os direitos para todas as pessoas e, necessariamente, proteger os direitos daquelas que estão com a vida mais precarizada e, por isso, sujeitos/as necessitados/as de cuidado.

**Enfrentar todas as ameaças à vida que vêm dos “amantes do ódio”, dos expropriadores, dos exploradores, dos misóginos, dos racistas, dos totalitários é o que está sempre na agenda da luta.
¡No pasarán!**

Assim, nosso grito é também:

**¡Viva la vida! Sempre.
É por ele que seguiremos encorajados/as e encorajando.
Que este material nos ajude neste mutirão para que a vida seja sempre e em abundância!**

**Seguiremos sendo sementes,
seguiremos semeando,
seguiremos cultivando.**

Brasil, fevereiro de 2022.
Coordenação Geral do Projeto Sementes

Experiências de enfrentamento da Covid-19

Memórias e Narrativas de Defensores/as de Direitos Humanos

As condições políticas de atuação de defensores/as de direitos humanos sempre foram desfavoráveis, pois o Brasil é um dos países que apresentam os mais altos riscos para a integridade física dessas pessoas.

Nos últimos dois anos, essa situação foi agravada pela pandemia do coronavírus, que trouxe uma série de dificuldades e desafios para os/as defensores/as continuarem na linha de frente da defesa e garantia dos direitos humanos.

Foram necessárias muita coragem, força e criatividade para lidar com um contexto já histórico de violações, aliado a situações novas, como a atuação virtual, que esbarrou na precariedade da internet no país (sobretudo nas regiões mais afastadas), na falta de equipamentos adequados, na falta de recursos para obtê-los e de experiência para lidar com essas novas ferramentas.

As narrativas aqui apresentadas demonstram a capacidade de lutadores/as de direitos humanos em se adaptar à realidade, sem esquecer as formas de ser e fazer que acumularam na experiência, ressignificando-as; em encarar o novo sem esquecer o que foi; em enfrentar as exigências diferentes, mas com a consciência de que a memória popular é uma importante ferramenta de luta que resgata as práticas de resistência construídas nas comunidades, no chão das lutas, na organização da sociedade civil brasileira ao longo da história e que colaboraram para as conquistas acumuladas.

As narrativas são relatos de defensoras e defensores que estão em uma diversidade de campos de atuação, durante o período da pandemia de Covid-19 no Brasil. Mostram as dificuldades e violações enfrentadas, as esperanças e as sugestões de estratégias para fortalecer a luta em defesa dos direitos humanos no país. As narrativas são, também, uma homenagem àqueles e àquelas que estiveram na linha de frente e perderam a vida para a Covid-19, e a todos e todas que seguem firmes. A proteção desses lutadores e lutadoras e o fortalecimento de sua atuação são imprescindíveis para o avanço da luta e da causa dos direitos humanos no nosso país.

As memórias estão apresentadas em ordem alfabética do primeiro nome do/a entrevistado/a e foram coletadas em entrevistas individuais, realizadas por meio de plataforma virtual, no período de dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

Lucyvanda Moura
Consultora





André Santos de Freitas

Greenpeace



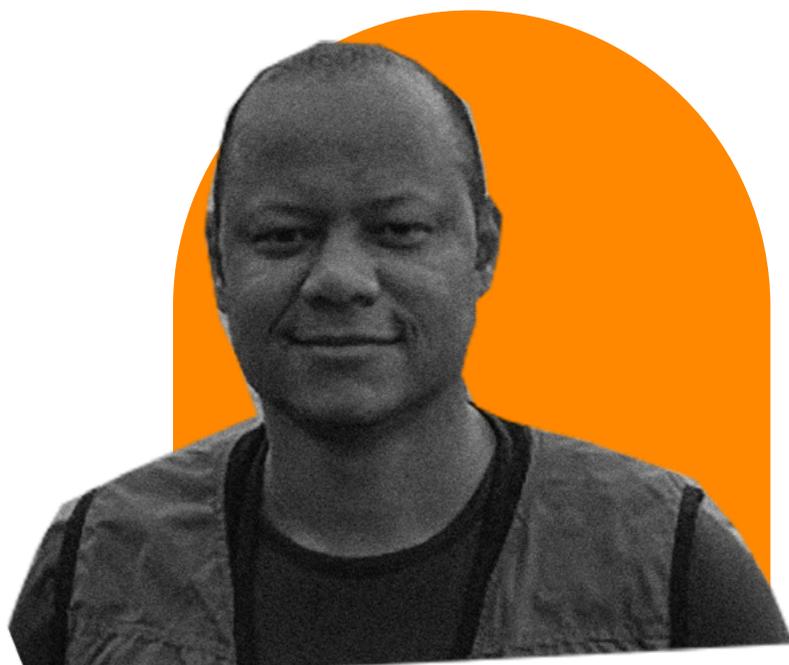
Meu nome é André Santos de Freitas, sou nascido no Rio Grande do Sul. Sou técnico em agropecuária, engenheiro agrônomo, fiz mestrado em cadeias produtivas, sempre acreditando em uma produção agropecuária sustentável. Minha atuação, desde a universidade, foi com movimentos sociais, na extensão universitária, em assentamentos, em escolas técnicas, escolas de nível médio, fazendo trabalhos multidisciplinares. Um deles foi o resgate de uma semente tradicional de um povo quilombola da região do Rio Grande do Sul.

Um dos meus primeiros trabalhos profissionais foi na FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, que é uma instituição comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Comecei atuando em Cáceres por ocasião de um projeto de assistência técnica e extensão rural, que era uma chamada pública de ATER do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A FASE ganhou o direito de executar o projeto que tinha por objetivo dar assistência técnica e realizar extensão rural em 16 municípios da Baixada Cuiabana/MT. Coordenei esse projeto por quase um ano e meio e ali pude estar mais perto ainda da prática da luta pelos direitos dos pequenos agricultores, das comunidades tradicionais e, a partir daí, poder levar

informações para eles, tanto a parte política e de direitos, que é uma marca da FASE, quando a parte técnica, liderando este grupo.

De lá, tive uma experiência longa na Amazônia, através da Natura, desenvolvendo cadeias agroextrativistas sustentáveis, na relação com comunidades na coleta de sementes da floresta, as técnicas de coleta, implantando e acompanhando agroindústrias e uma série de questões que envolvem a sociobiodiversidade. Embora seja uma empresa privada, tive oportunidade de fazer muita

coisa que levou cidadania para as pessoas, ajudar a se relacionar com o mercado de forma transparente, entendendo seus direitos nas negociações. Estou há um ano no Greenpeace onde talvez eu esteja no lugar mais adequado para lutar pelas causas ambientais e seus impactos na sociedade, cujas consequências já estão sendo sentidas, como a crise climática que vivemos e seus efeitos extremos. Estou hoje como gerente de florestas e sou encarregado também da Campanha da Amazônia, umas das campanhas mais relevantes do Greenpeace.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Estamos há praticamente dois anos em pandemia. No começo a atuação dos movimentos se enfraqueceu totalmente porque o grau de importância e a realidade que fomos enfrentando em relação ao potencial danoso e mortal do vírus foi acontecendo aos poucos e ainda se tinha as pessoas participando de eventos, reuniões. Depois, quando a pandemia de fato se estabeleceu, a desarticulação dos movimentos sociais foi visível. As articulações virtuais perdem muito em termos de qualidade e efetividade em comparação com as relações que se tinha antes.

A sorte, agora, é que com coragem, prudência e com a vacina, a gente começa a fazer novamente reuniões presenciais. Já fiz algumas reuniões presenciais e o resultado que tive nelas com certeza não teria alcançado se fossem reuniões virtuais.

A pandemia prejudicou a todos. Não existe uma cartilha que ensine as pessoas a fazerem uma boa articulação, a trabalhar em rede de forma virtual.

O campo, o contato visual, o toque são do brasileiro e fazem falta. A gente não consegue ter a extensão e a qualidade que tem nos eventos presenciais.

Agora estamos mais preparados. As pessoas fazem uso da máscara. O distanciamento às vezes é difícil de manter, mas estamos mais atentos. As pessoas que querem fazer a luta não são negacionistas, acreditam na ciência e, em acreditando, se protegem. Tivemos a presença de quase 6 mil indígenas em Brasília em setembro de 2021 e não tivemos problema com covid. Tivemos uma grande manifestação popular e teremos uma maior ainda no Abril Indígena em 2022. A partir de agora, mesmo com esta nova variante que está chegando, o enfrentamento em relação à luta por direitos vai novamente tomar força e as pessoas já sabem os mecanismos de como fazê-la, no ambiente que estamos vivendo hoje. As pessoas estão mais confortáveis e confiantes de que tomando certos cuidados e acreditando na ciência é possível levar a luta adiante.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

É o momento de sermos ainda mais criativos.

A gente tem que pensar em novos métodos de luta. Uma coisa que se tornou bastante forte neste momento foram as redes sociais. Temos visto indígenas jovens sendo influencers, podendo fazer uso dessas diversas ferramentas de comunicação. Este momento demanda criatividade. Métodos que usávamos antes, talvez não poderemos mais usar, fazer aglomerações.

Então temos que pensar como atingir o maior número de pessoas e precisamos saber onde elas estão.

A pandemia, ao mesmo tempo em que brecou uma série de ações feitas presencialmente, também mostrou outro patamar de relacionamento, em que as pessoas podem ter este contato e se relacionar com pessoas dentro do país ou fora dele.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19** na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?

A atuação ficou prejudicada. Nós teríamos algumas ações presenciais, como um seminário com o Ministério Público, que seria muito significativo para a região do Baixo Tapajós, mas foi inviabilizado pela pandemia. O único trabalho que o Greenpeace conseguiu fazer foi o Asas da Emergência, porque tinha avião, logística, mas tínhamos outros tantos trabalhos para desenvolver e não conseguimos fazer. **Não tínhamos condições e não era seguro expor as pessoas ao risco de contaminação.**

Esse risco iminente de contaminação que todos nós corríamos antes da vacinação cerceou as pessoas de estarem fazendo seus trabalhos; assim também o poder público e igrejas, que têm um enorme papel de levar cidadania para o interior do Brasil.

Estou completando um ano no Greenpeace e boa parte do trabalho que fiz foi via videoconferência, mas, com todos os cuidados que a organização devota às pessoas que estão atuando, pude ter a chance de atuações no campo, conseguimos fazer trabalhos exitosos. Um dos últimos foi a questão das balsas no Rio Madeira (denunciar o garimpo ilegal de ouro no rio); a gente conseguiu fazer essa cobertura a partir das nossas informações de solo e nossa estrutura logística e de comunicação. Então, é bom saber que mesmo na pandemia tem pessoas que contam conosco, que veem a organização também como referência dos direitos humanos, da cidadania, defesa do meio ambiente.

A nossa capacidade de resiliência será o carro-chefe das organizações. 2022 será um ano eleitoral bem conturbado, complicado, as organizações devem estar juntas mesmo num momento ainda de instabilidade porque a pandemia não passou, mas as organizações têm que estar juntas porque o momento é agora. Se a gente perder este momento, que já começou, mas se o perdermos em outubro, todas as organizações – ou boa parte delas – perderão junto e assim perde toda a população brasileira e o meio ambiente.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Em termos de organização em rede, a gente participa de vários fóruns de discussões. A articulação em rede já é um desafio quando é presencial e, quando é virtual, se torna um mega desafio. Articulação em rede não é apenas ter uma periodicidade de reuniões; demanda empenho, uma generosidade dos parceiros. E dadas as agendas e o fato de as pessoas estarem em home office, elas participam de várias articulações e isso acaba desperdiçando energia.

Nós, do Greenpeace, estamos em várias articulações que até temos que remapear, escolher as articulações onde a gente pode fazer a diferença, contribuir, e que essa articulação possa ser útil para as pessoas. Percebi que muitas articulações surgiram neste período e, talvez, passando a pandemia, não continuem. Tem sido uma boa experiência, mas para nós a experiência será de rever em quais nós estamos e como podemos trabalhar nelas com mais qualidade.

É importante as organizações se ajustarem, nesse 2022. Quem está no terceiro setor já tem este apelo da luta por direitos. Hoje estamos em articulações que tratam de uma rodovia que vai ter um impacto forte na Amazônia, que é o Observatório da BR 319; estamos no Observatório da Mineração que trata da pauta do garimpo, do mercado ilegal de ouro, da contaminação por mercúrio da biodiversidade, dos rios, das pessoas. Temos outras quatro ou cinco atuações em rede. Vejo que todas as organizações estão lutando por espaço, por relevância, para continuar atraindo as pessoas e fazendo sua causa valer a pena, mas isso às vezes é também um complicador para a questão da generosidade, como estar circulando materiais de outras organizações em seus canais, por exemplo. É algo que precisamos trabalhar.

Todas as organizações terão que trabalhar algumas questões: como compartilhar mais informações de outras organizações em suas redes; quando ela pode ter protagonismo, quando pode ser coadjuvante. São coisas que ainda precisam ser ajustadas para que a gente possa fazer o enfrentamento de uma forma mais eficiente.

Ayala Ferreira

Movimento dos/as Trabalhadores/as
Rurais Sem Terra (MST)



Sou Ayala Ferreira, componho o Coletivo de Direitos Humanos do Movimento Sem Terra e vivo em Marabá, sudeste do Pará.

Sou assentada da reforma agrária e, há cerca de 20 anos, estou no MST, atuando mais recentemente nesse coletivo do movimento que congrega nossos advogados e advogadas e militantes que assumem mais essa pauta específica dos direitos humanos, associada com a luta pela terra, a defesa dos/as trabalhadores/as e da reforma agrária.



Como avalia **a luta de resistência e o enfrentamento a violações** dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A pandemia encontrou um contexto concreto de crise do capitalismo que atingiu diretamente a vida dos setores populares, dos trabalhadores e trabalhadoras, um processo de concentração da riqueza, aprofundamento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, das violações dos direitos humanos básicos. Imagine enfrentar a pandemia em um crescente contexto de desemprego, negação de políticas públicas para a agricultura familiar, aumento de pessoas passando fome, recrudescimento da violência pela ação da polícia nas periferias ou nos espaços rurais, retomada das ações de reintegração de posse e de despejo das famílias.

A pandemia produziu muito adoecimento e morte pela dificuldade das pessoas terem acesso à vacinação como mecanismo de controle e combate mais eficaz da pandemia. Vimos as mortes, as dores e também o abandono dos setores mais vulneráveis.

No campo, isso foi muito concreto: **enfrentar os despejos, as ameaças frente à defesa dos territórios, a pauta ambiental; as invasões por madeireiros e garimpeiros em áreas de assentamentos, quilombolas e indígenas vieram com muita força.** E nos preocupou a movimentação do agronegócio para retomar pautas que afetariam diretamente nossa perspectiva de conquista da terra e do território.

Percebemos ataques de muitos lados nesse período da pandemia. A gente que estava no interior desse país, como é o caso dos assentamentos da reforma agrária ligados ao MST, percebia que não tinha condições de enfrentar essa pandemia por falta de coisas elementares nos hospitais, além do próprio leito. Se eu pudesse sintetizar, arriscaria afirmar que foi um sentimento que quase nos imobilizou.

Como avalia as lutas **pela promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

A prática tradicional das organizações do campo tem essa natureza contestatória, de organização dos trabalhadores e trabalhadoras que sempre demarcaram nossa ação enquanto movimento de luta pela terra, assim como outros movimentos que representam os interesses coletivos dos setores populares do nosso país. A pandemia deu uma freada nisso. Com todas as agendas de retrocesso, ocupar as ruas, fazer mobilizações foi um limite e as conseqüências diretas foram o sentimento de que as pautas estavam vindo de maneira muito acelerada, com vários projetos de lei e decisões do governo que reforçavam esses interesses que afetam nossos direitos coletivos.

Tivemos que buscar outros mecanismos, outros espaços de articulação daqueles e daquelas que comungam de interesses comuns. Um exemplo concreto foi a articulação em torno da luta pela

vacina para todos e todas, assim como a articulação para impor que o Estado assumisse o compromisso de ajudar, sobretudo, os setores que estavam em situação mais vulnerável em nosso país. Essa bandeira aglutinou movimentos populares e organizações de direitos humanos. **A pandemia aprofundou diversas práticas de violência com o abuso do Estado por meio da sua força policial nas comunidades.**

A nossa dificuldade de ocupar as ruas possibilitou esse esforço de buscar articular melhor as organizações para enfrentar essas questões, não achar que o debate de direitos humanos é simplesmente abstrato, descolado dessas questões muito concretas porque, por mais que a pandemia exista e ainda nos aflija cotidianamente, as necessidades de antes da pandemia ainda se mantiveram.

Na sua avaliação, quais os **impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Para além do contexto da pandemia, nunca foi tão difícil fazer a defesa dos/as trabalhadores/as, do território, do meio ambiente. O espaço brasileiro é de profunda instabilidade para quem faz a defesa dessas bandeiras, sobretudo, o espaço rural brasileiro. Vivo na Amazônia brasileira, região em que as violações, a criminalização e as ameaças são uma constante.

Essa ofensiva, essa instabilidade se manteve com um aspecto a mais: não havia e não há espaços nos cenários institucionais no Brasil para desaguar as denúncias ou a busca de mecanismos de proteção. Desde que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) começou a sistematizar os conflitos no campo, em 1985, isso sempre foi uma realidade que acompanha a história da luta de defesa dos direitos humanos, da terra, do território e do meio ambiente no nosso país. Até então, essas ações geravam denúncias, enfrentamentos e a responsabilização direta de quem as provocam.

Hoje, há um comportamento de legitimação dessas práticas por parte do governo. Mesmo tendo informações sobre mortes, ameaças, para onde a gente vai levar essas denúncias para responsabilizar aqueles que atuam diretamente, seja mandando, seja executando essas ações?

Precisamos buscar nossos mecanismos de cuidado porque não dá para esperar pelo Estado.

É ruim quando você tem um Presidente da República e muitos governos dos estados que afirmam que o modelo ideal é o que defende a propriedade privada da terra, desmata, grila, rompe territórios, considera nossas práticas atrasadas e que, portanto, precisam ser ultrapassadas. O que a gente percebe é esse esforço de utilizar o aparato do Estado para identificar e eliminar as referências de muitas comunidades espalhadas em nosso país.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Substituímos as reuniões presenciais, que era a prática de todo mundo, por mecanismo virtual, numa realidade de um país que tem disparidades de toda natureza: uma dimensão territorial em que as condições tecnológicas são diferentes de uma região para outra. Foi um exercício difícil, mas, ao mesmo tempo, interessante de aprendermos a utilizar esses novos mecanismos com o esforço de seguir debatendo e construindo.

Só foi possível articular as bandeiras que surgiram na pandemia e que assumimos coletivamente porque aprendemos a utilizar esse mecanismo como espaço permanente de encontros, reflexões e iniciativas em conjunto, assim como foi para divulgar o que as comunidades estavam

enfrentando, seja do ponto de vista das violações, como da organização autônoma para enfrentar a pandemia. Um exemplo concreto foi o quanto o Brasil aprendeu com iniciativas das comunidades indígenas a criar suas barreiras sanitárias auto-organizadas. **Foi lição para algumas periferias de nosso país se auto-organizarem para identificar as famílias que estavam passando por necessidade alimentar e mobilizar campanhas locais de doação, criar um fundo comum e distribuir de acordo com a necessidade.** Ou iniciativas de organização de comunidades para cuidados sanitários básicos, identificar agentes, as práticas de cuidado com a saúde, nos casos da superlotação de hospitais e dificuldade de atendimento a novas vítimas da Covid.



A catástrofe de mortes poderia ter sido maior se as iniciativas locais não fossem implementadas e se não fossem divulgadas, assim como as denúncias.

Nossa melhor defesa é nossa capacidade de organização, se assumir como sujeito/a coletivo/a e sempre pautar nossas necessidades como direitos que estão garantidos na Constituição. O que nos coloca em movimento é pegar aquilo que está previsto e exigir que governos assumam, independentemente de sua natureza. Colocar a necessidade do Estado implementar as políticas públicas também é um mecanismo que legitima nossa prática política e uma prática política legitimada é também um mecanismo de autodefesa diante de um contexto de violência.

Outro aspecto interessante é: **como fazer um trabalho de convencimento da sociedade para entender que a pauta dos/as camponeses/as de implementação da reforma agrária é uma forma de superação as desigualdades?**

O poder de convencimento é também uma forma de criar essa autoproteção porque nosso país é movido por opinião pública; o comportamento do Estado é movido pela opinião pública. Então, esse esforço de associar nossa prática política no

imaginário social e que ele faça a defesa, para nós é um aspecto importante no que se refere a criar essa proteção. Um exemplo concreto dessa relação com a sociedade no contexto da pandemia foram as relações de solidariedade: doações de alimentos, de cestas básicas, de marmitas e a instituição de programas populares de saúde comunitária.

Na nossa prática política, contamos pouco ou quase nada com os mecanismos de proteção do Estado, mas, ao mesmo tempo, nós não podemos desconstruir isso que foi aprendido na prática política de 38 anos de organização. Temos visto muita dor e muito sofrimento nestes últimos dois anos, mas vemos também o esforço de mantermos presente a mística, a resistência e o esforço desde os setores populares de superar esses limites que temos enfrentado. Apesar desse nosso olhar crítico e, muitas vezes, desanimador, a gente também vê a vontade de sermos movidos/as por grandes sentimentos de amor, superação, cooperação, solidariedade.

O que nos move é, fundamentalmente, esse desejo de superar as desigualdades, a violência, a concentração dos direitos para um novo momento em que nós possamos ter condições plenas e dignas de vida e de felicidade.

Benedito Roberto Barbosa, “Dito”

União dos Movimentos de Moradia de São Paulo



Meu nome é Benedito Roberto Barbosa, popularmente conhecido por “Dito”, o “Dito da moradia”, que já atua há muitos anos na luta dos movimentos de moradia, na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, na Central de Movimentos Populares e como advogado popular também na União, no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, e apoiando alguns movimentos em São Paulo e no Brasil.

Neste momento, estou também colaborando na articulação da Campanha Nacional Despejo Zero e do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, essa rede que é muito importante no apoio a defensoras e defensores, especialmente neste grave momento da pandemia que estamos vivendo.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Tenho participado do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores e venho acompanhando essa articulação desde 2014, **momento em que eu sofri uma agressão muito violenta aqui em São Paulo, na época da copa do mundo. Uma prisão arbitrária da polícia militar numa ação de reintegração de posse** e, naquele momento, a pedido do Comitê, fui incluído no Programa Nacional de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos no Brasil.

Esse Programa sempre funcionou de uma forma precária: depois do golpe de 2016, sofreu ainda mais um processo de desestruturação que se agravou neste período do governo Bolsonaro e ainda mais no período da pandemia, deixando os defensores e defensoras numa situação de penúria e de risco. Os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH/ONU) para proteção de defensoras e defensores, publicados no início de 2021, são alarmantes: um/a defensor/a de direitos humanos morre assassinado/a no Brasil a cada oito dias.

Esse levantamento mostra que, na América Latina, o Brasil fica somente atrás da Colômbia no que se refere à falta de proteção a defensores e defensoras, a despeito da questão dos paramilitares e de toda a situação do narcotráfico naquele país.

Em termos mundiais, o Brasil é onde os defensores/as estão em situação de maior fragilidade, o que só se ampliou na pandemia. Levantamentos do Comitê Brasileiro de Defensores/as, levados em recente denúncia ao Alto Comissariado e aos Relatores de Direitos Humanos da ONU mostraram que a situação de fragilidade e de falta de proteção aos/às defensores/as ficou extremamente grave no Brasil, em razão dos processos de violência, ameaças, criminalização e assassinatos, mas também à perda de muitos defensores/as por falta de assistência, de apoio para o trabalho e para a questão psicológica, além de precariedade por conta do desemprego.

O mundo todo reconhece o caso de Marielle Franco, que foi assassinada em 2018, mas esse é um caso emblemático que é a ponta do iceberg da denúncia sobre a situação de defensoras e defensores.

Mas, o fato concreto é que, na fronteira da luta nas áreas rurais, na defesa da proteção das populações indígenas e quilombolas, nas favelas, os/as defensores/as estão extremamente fragilizados/as e ameaçados/as. Temos dados de mortes de defensores e defensoras nas áreas urbanas e rurais que têm sido levados à **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA)**, ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos e à ONU. Este é um momento muito difícil para a proteção e também para a atuação de defensoras e defensores no Brasil.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Neste processo da pandemia, a gente acompanhou a Campanha Despejo Zero e assistiu a prisões de lideranças em todo o Brasil nos momentos de reintegração de posse e ameaças a advogados e advogadas em vários estados. No campo da moradia, acompanhei e atuei na denúncia, no mapeamento de processos de despejo e violência contra nosso povo que vem sofrendo situações constantes de despejo, mas também contra defensores e defensoras com a criminalização e desqualificação da luta também.

Estou falando no campo da moradia e da Campanha, mas sabemos que na área sindical, nas áreas rurais (especialmente no Norte, Nordeste e no Mato Grosso) têm acontecido processos de extrema violência contra defensores/as atuando com populações indígenas e quilombolas. Violências contra as religiões de matriz africana, contra as populações LGBTQIA+, não somente físicas, mas psicológicas, ameaças, situações envolvendo preconceito, associado também ao fundamentalismo religioso.

São diversas camadas dos processos de violência contra defensores e defensoras, em diversas frentes e temos dificuldade de dar visibilidade a esses processos que limitam sua atuação.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Nós atuamos em várias frentes e, neste momento, houve um desmonte muito grande das políticas públicas. **Na política habitacional, os cortes foram brutais: mais de 90% de corte nos programas habitacionais**, no programa Minha Casa Minha Vida, que atende quem ganha até três salários mínimos. Isso impactou diretamente as famílias de baixa renda: **o desemprego, o empobrecimento das famílias, a falta de apoio**. Houve um aumento muito grande da especulação imobiliária e das ações das milícias e da polícia nas situações de ocupações. Um recrudescimento da violência, da pobreza e da falta de políticas públicas.

É um momento extremamente difícil para a luta dos defensores e defensoras de direitos humanos, mas mesmo assim a gente tem conseguido se articular para tentar resistir. Um dos exemplos é a própria Campanha Despejo Zero que tem recebido apoios importantes da Coordenadoria Ecumênica

de Serviço (CESE), do Habitat para a Humanidade, do Fórum Nacional de Reforma Urbana e ela tem sido muito importante para fortalecer a luta das nossas comunidades. Mas, além da Campanha, tivemos no Brasil centenas de ações de solidariedade, de resistência, de mobilização popular – sejam mais localizadas, municipais, nacionais e também internacionais – para fortalecer os processos de luta de defensores e defensoras e nossa agenda durante a pandemia.

Agora enfrentamos a tentativa de aprovar uma lei antiterrorismo para aumentar o processo de perseguição e criminalização dos movimentos sociais, mas mesmo assim os movimentos tiveram um papel muito importante de luta e de resistência popular nas ocupações, nos enfrentamentos, nas mobilizações, nas agendas de luta do Fora Bolsonaro e todas as outras ações realizadas no campo popular para enfrentar esse momento.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Continuar fortalecendo a nossa atuação nas redes é muito importante. Foco no processo de mobilização e articulação porque não adianta também a gente se associar a pautas genéricas. Atuar em pautas bem concretas e articuladas tem nos ajudado. O pessoal que está focado na saúde, tem que fortalecer essas agendas. Quem está atuando mais fortemente nas redes e fortalecimento de denúncias associadas aos defensores/as de direitos humanos, importante focar e fortalecer essas articulações que ajudam no processo de apoio. Quem está no campo da moradia, fortalecer a Campanha Despejo Zero.

E essas articulações, em algum momento, se encontrarem para refletir e fortalecer nossas agendas de mobilização.

Fortalecer a nossa incidência junto ao Congresso Nacional e ter uma incidência no processo eleitoral em 2022. Vamos ter que fazer esse debate. Não se trata de questão partidária, mas o conjunto das nossas organizações pode atuar por meio de cartas-compromisso a candidatos/as para que possamos pautar nossas agendas nesse momento em que teremos uma disputa presidencial e eleições nos estados.



Evidentemente, não podemos concentrar nossa agenda só nisso, mas essa questão vai ter um peso importante, especialmente no segundo semestre.

Nós, do campo urbano, estamos articulando com a rede BrCidades e outras organizações um grande encontro pelo direito à cidade no primeiro semestre de 2022 para organizar uma pauta no campo urbano e continuar fortalecendo a Campanha despejo Zero. A decisão do Ministro Barroso de suspensão dos despejos vai até março de 2022 e não sabemos o que vai acontecer depois. Então, nosso processo de mobilização, organização e de pressão junto ao Judiciário, ao Executivo e ao Legislativo vai ter que ser ainda mais intenso e precisaremos estar muito focados e certamente haverá muitas lutas, muitas ocupações, para garantir que a agenda contra os despejos e pela garantia do direito à moradia possa seguir em 2022.

A gente precisa envolver a juventude.

A Campanha despejo Zero fez um trabalho muito intenso de articulação da juventude e a gente aprendeu bastante: abrir mão de questões pessoais, de questões políticas locais ou de outras questões políticas para fortalecer pautas concretas que vão de alguma forma garantir a melhoria da vida do nosso povo. A unidade no campo popular para fortalecer a agenda de resistência e defesa dos direitos humanos tem que seguir no ano de 2022. Na Bahia, há um movimento que é uma referência para mim que se chama Reaja ou Será Morto. Então, ficam para nós essas palavras. A gente tem que continuar reagindo, continuar lutando, e vai ser fundamental para nós que a gente possa fazer isso juntos/as, para avançar no nosso processo de resistência e luta em 2022.

Cacique Babau

Povo Tupinambá Serra do Padeiro (BA)



Sou Cacique Babau, do povo Tupinambá de Serra do Padeiro (Bahia). Nasci, cresci e desde os meus bisavós estamos neste mesmo local. Nossa atuação sempre foi na luta do bem-viver.

Nós trabalhamos, desde meus antigos parentes, para nunca deixar acontecer violência em torno de nós. E todas as pessoas que chegam nos procurando, nós atendemos independente de quem seja ou como esteja. Isso incomodou muitas pessoas. Fizemos uma luta pelo nosso território, em defesa da natureza

e do nosso bem-estar, que levou a uma criminalização muito forte que até hoje continua. Mas isso também teve um lado positivo: o reconhecimento nacional e internacional da Aldeia Serra do Padeiro e, por isso, hoje eu atuo no país inteiro. O tempo todo estou conversando com lideranças que querem se aconselhar, às vezes a gente tem que realmente mandar ajuda. Esse é meu trabalho. E sempre pedir aos índios que sejam independentes, não dependam de terceiros, que trabalhem e façam de seus territórios espaços de vida.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Esta é uma luta constante que neste período se intensificou. O Brasil tem uma coisa peculiar: quanto pior está o cenário, eles percebem que é mais difícil para quem está na base pedir socorro, então eles intensificam a violência.

Nos tempos calmos, fica mais fácil fazer denúncia. Mas num tempo de restrições diversas para preservar a vida, essas pessoas ruins aproveitam o momento e atacam com força.

Estou conversando com indígenas do país todo, principalmente nos estados da região amazônica. Parece que a situação ali, desta vez, extrapolou qualquer limite. Eu tive que fazer reuniões com Guajajara, Kaiapó, Canoé. Em Rondônia, o povo Karipuna está sendo um dos mais atacados em suas reservas para retirada de madeira, outros povos estão sofrendo ataque da mineração. Mas o ataque pior é os índios na cidade morrerem de Covid porque não foram aceitos pelo governo brasileiro que queria que eles estivessem a 200, 300 km dentro das suas aldeias enquanto estavam doentes. Nos últimos dias, da minha aldeia eu tive que mandar apoio aos Canoé, um povo que quase foi extinto com a invasão de migrantes para Rondônia na década de 1970. Eva Canoé perdeu seu filho de 18 anos; seu marido, que é o cacique, pegou Covid e ficou com graves sequelas e o Estado não deu suporte nem para comprar os medicamentos necessários. Foi muito importante. Eu parabeno a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) que entrou no Supremo, buscou aliados. Eles não pararam. Eles focaram tanto nisso que não tiveram pernas para cuidar das lideranças de base, porque é muita coisa e o governo soltou artilharia em cima de nós. Essa é a gravidade: num período de pandemia, o poder estatal todo colocado para violar os direitos indígenas. Por isso que a denúncia de genocídio que a APIB faz procede.

Mas têm que ser apontados os coautores desse crime porque, enquanto a APIB estava lutando para ter direito à água potável nas aldeias, medicamentos, assistência, por meio dessas ações no Supremo, o governo estava impulsionando madeireiros, impulsionando o garimpo ilegal nas aldeias, levando garimpeiros para Brasília no avião da FAB, financiando índios da cidade para contra-atacar os parentes que vivem nas aldeias para permitir aquelas violações. Em plena pandemia, houve um ataque maciço

do Estado brasileiro em cima desses povos tradicionais. O governo financiou e transportou para dentro das aldeias os garimpeiros e madeireiros. **O povo Munduruku sofreu muito.**

Muitas mulheres guerreiras foram atacadas por serem contra a mineração e várias lideranças estão com medo. Sempre houve invasão, mas desta vez o governo montou uma espécie de milícia. Inclusive quando se falou de matar o Cacique Babau, diziam que foi Brasília que ordenou. Na questão Yanomami, desde a campanha, Bolsonaro já dizia o que iria fazer, e fez em plena pandemia, mesmo com a decisão do Supremo de retirar os garimpeiros. Mourão, com todo policiamento na mão, gastou R\$ 500 milhões e não protegeu terra alguma. Ao contrário, protegeu para as invasões acontecerem e os índios não poderem agir ou denunciar; pegaram uma guerra contra as ONGs que denunciavam, dizendo que elas não são legítimas. Ao mesmo tempo, nós tínhamos que enfrentar o julgamento do Marco Temporal, com o governo agindo contra, e o Supremo até hoje não julgou.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Avalio como positivas e necessárias. A sociedade, no geral, se mobilizou, a Central Única das Favelas (CUFA) deu um apoio no país todo. Mesmo nas pequenas cidades, os apoios dessas organizações conseguiram chegar. Os organismos internacionais também não tiraram os olhos do Brasil. O que eu não vi agindo com uma eficácia melhor foram algumas igrejas evangélicas e me surpreende muito saber que ficaram do lado desse genocida Bolsonaro. Não só ficaram do lado como espalharam mentiras sobre a vacina e outras coisas que preservariam a vida. Usaram o controle mental que têm sobre os seres humanos para mandá-los para a morte, para dar suporte ao presidente e barganhar alguns domínios dentro do Estado brasileiro para aniquilar pessoas, no futuro. Eles precisam repensar a fé deles, fazer uma reflexão sobre o que seus líderes estão conduzindo.

Na sua avaliação, quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?

Aqui na aldeia optamos por manter a tradição antiga do nosso povo, de fazer tudo baseado no que nossos espíritos ordenam para nós.

Um pouco antes da pandemia, os Encantados disseram que a gente não poderia sair mais, que a gente ficasse recluso porque estava vindo uma doença muito séria. Estoura a doença, mas os Encantados já tinham ordenado antes que a gente tinha que fazer alguns tipos de plantio, criação de alguns tipos de animais para a gente passar um tempo recluso. A gente seguiu, rigorosamente, o que era orientado.

Quando chega a doença pra valer no Brasil, que o governo impõe as restrições, recebemos orientações dos nossos Encantados para fechar as estradas que dão acesso à aldeia. Fizemos as barreiras na BA 668 e BA 669, com a ajuda de pequenos produtores próximos. Na BA 669, os prefeitos de São José da Vitória e o de Una concordaram, mas o município de Buerarema criou um problemão, denunciou ao governo do estado e foi um conflito muito sério, mas nós conseguimos manter o fechamento.

Criamos um protocolo interno, na aldeia: algumas coisas que precisavam ser compradas, a gente acertava com os mercados, eles traziam até a barreira e a gente fazia o pagamento e trazia para a aldeia. A gente cria um pouco de gado, matava e fazia a distribuição. Criamos 5 mil frangos de engorda e galinha de postura e nesse período produzimos mais de 20 grades de ovos por dia, que serviam para a aldeia e para os vizinhos não índios. Aproximadamente durante 6 meses, a Aldeia Serra do Padeiro manteve a região com as coisas produzidas aqui.

Orientados/as pelos Encantados, fizemos um medicamento da floresta que ajudaria a proteger enquanto não chegasse a vacina. Com isso, ninguém se contaminou; nem nós nem os não índios em torno de nós que usaram o mesmo medicamento. Não perdemos ninguém dos que vivem na aldeia. Quando veio a vacinação, ordenamos que todos/as se vacinassem e os Encantados orientaram que continuássemos tomando os remédios por causa das variantes. Eu sou o único que estou dentro da aldeia desde o início da doença.

A pandemia não impactou a Aldeia Serra do Padeiro porque a gente tinha se preparado para essa realidade. Mas, o que a gente acompanhou fora daqui foi devastador. Os povos estavam esperando apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), isso não aconteceu, e o sofrimento e a perda de vidas indígenas foi muito grande. Por isso, eu continuo dizendo que nós temos que trabalhar para os índios ficarem mais restritos a sua cultura e sua autossustentabilidade, sem intervenção maciça do governo porque o governo falhou feio e os índios padeceram não só da pandemia, mas com necessidades alimentares básicas, dependendo do que vinha da cidade, mesmo aqueles que têm grandes territórios. É uma questão muito séria para a gente pensar.

A situação dos Maxacali também foi muito séria, com muitas pessoas se deslocando sem ter onde viver. No local onde eles viviam, a barragem desabou e prejudicou tudo. Hoje eles estão ocupando uma área do governo federal em Minas Gerais. Estão bem, mas foi difícil.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Fico de fora observando. Nossos inimigos nos estudam o tempo todo e eles odeiam os direitos humanos porque se diz que defendem bandidos. O que eu notei é que eles estão infiltrando diversas pessoas deles dentro desses órgãos, colocando um bocado de lobo com pele de cordeiro dentro desses setores. Minha sugestão é que os direitos humanos fizessem uma triagem. O problema é que o governo está criando mecanismos para que sempre tenha mais representantes deles nesses setores. Eu percebo que quem está sob ataque mesmo são as organizações de direitos humanos, não só no Brasil, mas no mundo. **Há uma tendência de eles ocuparem esses espaços para suprimirem direitos, usando os próprios direitos humanos.**

Carlos Nicodemos

Organização de Direitos Humanos Projeto Legal



Sou Carlos Nicodemos, advogado, milito na área dos direitos humanos desde 1990 e, desde 1996, integro o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Sou fundador e membro do Projeto Legal, uma organização da sociedade civil que atua na promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, situada no Rio de Janeiro.

Além da participação nessas duas organizações, também coordeno o trabalho jurídico de outras entidades do campo dos direitos humanos, como o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan); a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR); o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), além da própria

Organização de Direitos Humanos – Projeto Legal que é membro do MNDH, entre outras.

Como tenho uma advocacia voltada para o campo dos direitos humanos, também integro algumas instâncias no sistema Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entre elas, sou membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB, presidente da Subcomissão de Assuntos Internacionais em Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB e também presido a Comissão de Direito Internacional da OAB do Rio de Janeiro. São algumas representações que eu ocupo e nesses espaços desenvolvo algumas ações de direitos humanos.

Integrar a história do MNDH foi e é uma oportunidade de fazer do Direito um meio de transformação de vidas, aliada à busca utópica de uma sociedade mais justa e fraterna. Cada vitória que conseguimos no âmbito da Justiça é um passo que damos à frente, é a renovação de nossas esperanças.



Como avalia **a luta de resistência e o enfrentamento a violações** dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Nós vivemos um momento singular no Brasil porque estamos, historicamente, num processo de redemocratização do Estado brasileiro que se iniciou na década de 1980 e teve na Constituição de 1988 sua principal referência. Isso vinha se desenvolvendo no campo formativo, dos direitos fundamentais, no campo das políticas públicas, mas, desde o ano de 2016, tivemos uma interrupção desse processo de redemocratização. Tivemos um processo de interferência diante do afastamento ilegal da presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República, o que instaurou um ambiente de retrocessos em relação aos direitos humanos de maneira geral.

Isso é um elemento que agravou o cenário da pandemia sanitária que estamos vivendo agora, porque se instaurou, em 2018, diante de um processo eleitoral, um governo de extrema direita que não tem a menor empatia com o campo das

políticas de direitos humanos, tampouco com o campo da democracia, especialmente a democracia participativa, por meio dos conselhos de direitos. Então, há um somatório de pandemias: pandemia política que estamos vivendo desde 2016, com o aprofundamento em 2018, com esse governo de extrema direita que nós estamos passando agora e que vai levar a um aprofundamento das violações de direitos humanos com a pandemia sanitária.

A pandemia sanitária fez descortinar inúmeras violações do Estado brasileiro que, somadas à “pandemia política”, vão apresentar cenários como: racismo institucional, fome/insegurança alimentar, violência contra grupos em situação de vulnerabilidade (crianças, mulheres, entre outros/as) que ficaram descobertos/as de um Estado social, um Estado democrático que pudesse dar uma proteção mínima à dignidade dessas pessoas.

Como avalia as lutas pela **promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

É impossível dissociar a pandemia sanitária do contexto político que estamos vivendo. Não tenho dúvidas em dizer que, com qualquer governo – menos esse – dotado de um mínimo de razoabilidade, civilidade e compreensão da lógica do Estado de Direito, teríamos um ambiente diferente do que estamos passando agora. Fato é que a pandemia aprofundou, com o descortinamento, inúmeras violações de direitos humanos. A gente não pode afirmar que houve um aumento da violência doméstica porque pode ser que a pandemia tenha revelado a violência doméstica de forma mais clara e objetiva diante da dinâmica social que ela impôs. Estamos trabalhando com números muito altos em relação à violência contra a mulher, criança, pessoas com deficiência e idosos nos ambientes domésticos e intrafamiliar, que revelam uma profunda desigualdade socioeconômica e os grupos em maior situação de vulnerabilidade e resultantes

das superestruturas de exclusão, como é a questão étnico-racial, acabam sofrendo um processo maior de segregação e de maior violação dos direitos humanos.

Nós vivemos um momento muito difícil, em que se revela um Estado altamente violador e que ocupa o papel de ser o principal ator neste processo de violação de direitos. Temos a violência doméstica com vários atores envolvidos. Quando se pega a questão da criança, por exemplo, vamos ver os pais e responsáveis. Mas temos que entender que hoje o estado, pelo que ele administra e mantém, a título da ausência de uma política pública de direitos humanos e um Estado de pandemia colocado, temos um Estado gestor de violência institucional que precisa ser revertida com políticas públicas objetivas e que possam, minimamente, proteger esses grupos, especialmente em situação de vulnerabilidade.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Nesse capítulo da agenda de direitos humanos, nós vínhamos numa toada de buscar um conceito ou formato de um programa de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos que pudesse garantir independência e autonomia de funcionalidade, com a participação ativa da sociedade, o que se deu através dos conselhos deliberativos. Nós estamos falando do programa oficial. Mas vemos que, com o recrudescimento da política de direitos humanos desde 2016, e com a pandemia propriamente dita, há um estado de maior vulnerabilidade de defensoras e defensores, porque **há uma perda de referência institucional que são os espaços dos conselhos de direitos** onde se reportavam muitas violações de direitos humanos, deixando clara uma situação aberta para o encaixe do que denominamos criminalização dos movimentos sociais, que ganha espaço e aponta para as defensoras e defensores, na medida em que elas não têm um espaço de referência que são os conselhos de direitos, promotores de políticas públicas, levando ao aprofundamento da vulnerabilidade desses agentes, homens e mulheres que estão na front da defesa dos direitos humanos no Brasil.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Temos que revisitar a compreensão sobre a ideia de que democracia e direitos humanos caminham juntos. Não há como operar uma reivindicação de políticas de direitos humanos sem que se faça o debate da democracia no Brasil. E eu sinto que a sociedade civil não faz esse debate; parece que é um debate apartado ou tem contornos e condições ligadas ao processo eleitoral, quando, na verdade, não é. Reivindicar políticas de direitos humanos é reivindicar a democracia no Brasil que ainda é muito incipiente, tem seu caminhar num processo de redemocratização e que precisa de um debate, especialmente por parte da sociedade civil organizada.

As associações devem se apropriar dessa discussão sobre a democracia, entrar na agenda nacional, fazer o debate na busca de construir uma alternativa democrática para fazer a gestão do país, sob pena de trabalharmos uma ideia funcionalista sobre as políticas de direitos humanos, sem que elas estejam coladas efetivamente a uma alteração ou mudança de estrutura.

Eu proporia três grandes questões em relação a essa compreensão de que democracia e direitos humanos caminham juntos e como podemos reverter esse quadro. A primeira: insistir no chamado sistema de freios e contrapesos, não só em relação à justiça, mas também a outros sistemas de controle; reivindicarmos a reinstauração dos conselhos de direitos como espaços de debate da democracia e dos direitos humanos. A segunda questão é sobre a internacionalização da nossa agenda de direitos humanos; precisamos trabalhar, cada vez mais, pautas regionais na América Latina que possam traduzir demandas de um cenário que é comum e que pode se articular numa perspectiva transformadora. Por fim, a terceira questão é acerca de uma atuação sistêmica em rede, reunindo não só organizações do mesmo campo, mas também uma transversalização de segmentos da sociedade, como movimento sindical, das organizações ligadas ao meio ambiente, à causa indígena, que possam construir uma pauta de democracia e direitos humanos em rede e que possa levar a uma proteção e um avanço mais significativo.

Está dado que debater um programa de defensores/as de direitos humanos numa perspectiva popular ou numa perspectiva de Estado impõe abrir a agenda de direitos humanos no país e isso significa abrir também um debate a respeito do nosso Estado Democrático de Direito. Se não fizermos essa discussão, vamos estar encastelados, discutindo agendas individuais, institucionais e fora de um contexto maior e amplo que possa realmente levar a uma transformação da sociedade brasileira. O momento é muito difícil. **É um momento de recrudescimento da política de direitos humanos e, do meu ponto de vista, uma senha para não sairmos do lugar é fazermos um debate compartimentalizado sobre políticas estancadas**, sem compreender essa estrutura maior que está dada no nosso Estado que é um processo de redemocratização no qual precisamos entender nosso papel enquanto sociedade civil organizada.

Carmen Silva

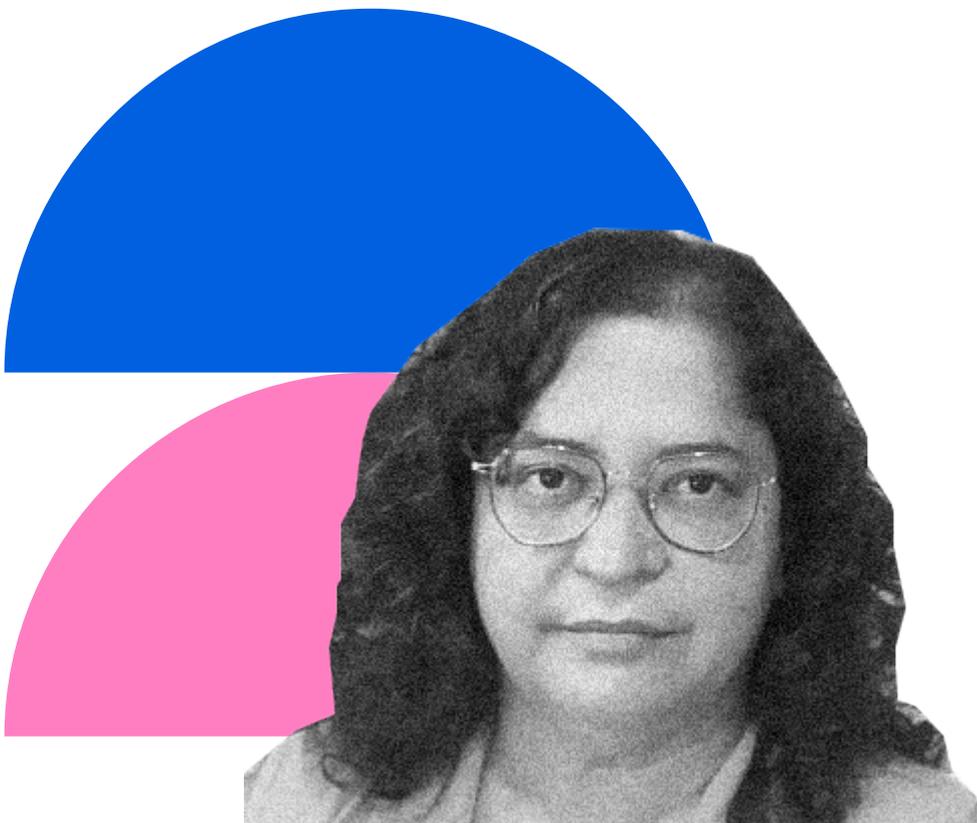
SOS Corpo



Sou Carmen Sílvia Maria da Silva, tenho 57 anos, sou natural de São Luís do Maranhão e estou há quase 20 anos morando em Recife.

Minha vinculação atual é o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, que é uma organização feminista de Recife que está fazendo 40 anos em 2021 e atua com educação, comunicação, pesquisa, assessoria a movimentos populares, com várias articulações políticas no bojo do movimento feminista.

Comecei a militância aos 14 anos, então passei por muitos lugares: atuei no movimento popular em São Luís, também no movimento sindical de jornalistas, que é minha profissão de origem; no Partido dos Trabalhadores, no seu surgimento e até há alguns anos; trabalhei no Instituto Cajamar, que era vinculado ao trabalho de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dos movimentos populares e também do Partido dos Trabalhadores. Tenho uma trajetória nesse campo dos direitos humanos entendidos no sentido amplo: das lutas sociais, políticas, da classe trabalhadora, do povo preto, das populações periféricas e, fundamentalmente, das mulheres.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

O contexto da pandemia recrudescer em muito as desigualdades sociais e, além disso, desestabilizou emocionalmente um grande número de militantes porque a gente está enfrentando uma pandemia, no meio de um governo federal que é negacionista, autoritário, tem tendências fascistas e trabalhou para que a pandemia tivesse sucesso, promoveu um genocídio. Então, os movimentos populares e as pessoas que defendem os direitos humanos terem se mantido em luta, em si, já é uma coisa muito relevante.

Essa luta teve várias características: desde sobrevivência – e aí a gente viu muitas ações de solidariedade voltadas para isso – até o crescimento da capacidade de articulação entre uma diversidade enorme de movimentos, ONGs, partidos, sindicatos para fazer pressão sobre os poderes públicos, seja no sentido de retomada de direitos que estavam sendo ou violados ou destituídos, mas também no sentido de derrubar o governo.

Como avalia as lutas pela **promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

Essas lutas foram de várias ordens. Na luta contra o teto de gastos, imposto pelo Congresso Nacional e que reduziu a possibilidade de que políticas sociais chegassem para atendimento direto da população que necessita, a Frente Nacional Direitos Valem Mais se fortaleceu, foi muito importante. Outra frente muito importante é a Coalizão Negra por Direitos que realizou mobilizações nacionais contra o ataque das polícias nas comunidades periféricas, apesar das medidas do Supremo Tribunal Federal (STF).

No campo da moradia, tem a Campanha despejo Zero para que as pessoas não fossem despejadas quando estão orientadas pela saúde pública para estar confinadas às suas casas. O próprio Estado fazer despejos neste período é uma violação de direitos imensa. Nós, mulheres, encampamos uma luta nacional para que as denúncias de violência contra mulheres pudessem ser feitas de forma

virtual e isso foi muito importante porque a violência contra as mulheres na situação de confinamento aumentou muito.

Mas o exemplo maior de tudo isso é a gente ter conseguido, nos anos de 2020 e de 2021, realizar entre as frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo, movimentos sociais nacionais e partidos de esquerda inúmeros atos contra o governo Bolsonaro porque ele é hoje o principal violador de direitos humanos. Não só está violando os direitos que a gente reivindica enquanto movimento popular, como está quebrando a Constituição Federal e as legislações que protegiam direitos no país. Além do teto de gastos, ainda faz um orçamento paralelo para inviabilizar direitos e retomar o fisiologismo muito típico da política brasileira. Lutar contra este governo de características fascistas é a principal forma de defender direitos humanos no país.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19** na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?

Queria citar três tipos de impactos na atuação de defensores e defensoras de direitos humanos. Os três são graves, não têm termo de comparação. **O primeiro é que a maioria de defensores e defensoras de direitos humanos são pessoas da classe trabalhadora** e este momento da pandemia e também da política econômica do governo federal, que coincidiram, faz com que elas precisem dar menos tempo para isso e mais tempo para garantir sua própria sobrevivência. Por outro lado, se você é uma liderança comunitária, de grupo de mulheres, de movimento negro, jovem, que está fazendo cultura na periferia e, ao redor da sua casa, está todo mundo passando fome, você se dedica muito mais para o plano local para conseguir garantir as condições mínimas. E isso também tem um impacto na dificuldade de fazer articulações maiores que tenham força de pressão sobre o poder público.

O segundo é que algumas pessoas tiveram o direito ao isolamento porque seu trabalho pode ser feito em home office, **mas muitas pessoas não podem porque, pelo seu tipo de trabalho, têm que fazer seus “corres” para ganhar a vida.** Tinham que sair do bairro, pegar transporte, se virar.

Tivemos que fazer a defesa dos direitos humanos no meio virtual, através da internet, quando a gente sabe que o acesso à internet não é igualitário. A maioria das pessoas, mesmo as que estão na militância, não lidam com a internet como uma potência de circulação de informação; não sabem coisas mínimas e isso gerou logo no início muito desespero porque se teve que mudar tudo que era feito no presencial para o virtual, sem ter as habilidades e sem ter as condições financeiras para garantir uma banda larga eficiente (mesmo que a entidade ou movimento tivesse um projeto para garantir internet, na sua casa você não garante porque o bairro não é atendido por uma internet de qualidade).

O terceiro elemento é que o fato de estarmos vivendo uma pandemia em paralelo a um governo fascista liberou forças muito retrógradas e violentas na sociedade brasileira: não só as milícias e pessoas armadas para um grau de violência maior, como aquela violência difusa que atinge, especialmente, defensoras e defensores de direitos humanos.

Muitas pessoas tiveram adoecimento mental pelo medo da pandemia, medo de um governo fascista e ainda o medo das pessoas na rua que bebem na fonte desse bolsonarismo e agridem as pessoas dissidentes, que são resistentes à norma patriarcal ou a esse sistema racista e capitalista. E o Sistema Único de Saúde (SUS), enfraquecido como foi nos últimos períodos, teve que jogar suas forças para o combate à pandemia, e os serviços diretos de atendimento local para a população ficaram muito precarizados.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Fortalecer o trabalho em rede e fazê-lo ser mais amplo depende de uma concepção política de que **os vários movimentos que atuam em várias causas são legítimos sujeitos políticos, desde que sejam voltados para enfrentar desigualdades e construir processos de transformação.** Se a gente parte de um pressuposto contrário, de que o meu movimento ou o seu, que têm características X ou Y, é o mais sujeito ou o mais radical ou o que vai liderar os outros, não se constrói articulação. É preciso uma concepção política na qual os diversos movimentos, partidos e organizações que compõem o campo de esquerda e todas as suas causas são relevantes e podem construir uma articulação capaz de transformar nosso país. Construir essa concepção implica em muito debate, muita formação política.

Essa concepção não é apenas minha, mas do movimento feminista do qual eu participo, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Fórum de Mulheres de Pernambuco. É a concepção que a gente constrói também no SOS Corpo e que tem a ver com uma visão de mundo que busca articular as dimensões sociais, políticas e culturais. A gente precisa ter isso de forma



imbricada, o que implica ver as relações sociais que moldam esse sistema de uma forma consubstancial, articulando as dimensões de classe, de gênero e sexo, de raça e etnia num só processo, porque somos seres humanos integrais.

É muito importante fazer a luta pelos direitos humanos a partir dessa visão de integralidade e indivisibilidade que já é o que norteia mesmo as formulações dos direitos humanos desde a Conferência de Viena.

Outro elemento é a questão do recurso, para que se permita aos movimentos ter uma atuação contínua e sistemática em processos decisórios nos planos além do local. A grande maioria dos movimentos não tem recursos para pagar uma internet de banda larga boa, para fazer viagens nacionais, e as coisas são decididas nesses espaços. **Para ter articulações com força, é preciso ter uma distribuição de recursos que contemple as várias causas, os vários movimentos.**

Precisamos também ter capacidade de comunicar nossas causas e dos/as sujeitos/as que as vocalizam para além do nosso campo restrito das redes, das articulações, mas precisamos garantir cuidados digitais porque **a gente precisa extrapolar o nosso campo, atrair mais corações e mentes para a luta política dos movimentos sociais como uma luta geral de transformação.** Mas precisamos fazer isso com segurança, de forma a não colocar em risco a integridade e a vida de defensores e defensoras de direitos humanos.

Catarina de Almeida Santos

Campanha Nacional pelo Direito à Educação



Meu nome é Catarina de Almeida Santos, sou baiana, mas atualmente moro em Brasília, trabalho na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Componho o Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e coordeno o Comitê Distrito Federal da Campanha. A gente atua, majoritariamente, no direito à educação, mas estamos em um país que vem negando os direitos humanos para a maior parte da sua população e o alcance da efetivação do direito à educação requer que a gente atue num conjunto de outros direitos que são fundamentais

para que a educação também se efetive. Durante a pandemia, se acirra ainda mais a negação desses direitos. Então, a gente desenvolveu um conjunto de ações olhando para todos esses direitos que estavam sendo aviltados antes e durante a pandemia e que a gente luta para reverter.



Como avalia **a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

A pandemia traz um conjunto de dificuldades para os/as sujeitos/as de direito e para as pessoas que estão lutando em prol desses direitos. Ela se torna uma questão muito mais séria num contexto em que temos uma Emenda Constitucional 95/2016 que, essencialmente, limita os gastos primários que são vinculados ao artigo 6º da Constituição, os direitos sociais e, com isso, vai implicar no artigo 5º: o direito à vida. **O país já estava na lógica das políticas de austeridade com a Emenda Constitucional e, quando chega a pandemia, essa questão piora.**

Isso significa, para os/as ativistas e defensores/as dos direitos humanos, uma sobrecarga de trabalho em condições muito adversas. As ações de negação dos direitos se acirram durante a pandemia, inclusive com ameaças aos/as defensores/as, vindas de todos os lados; privação da população brasileira de várias questões, inclusive do atendimento à saúde, não ter vacina, alimentação; e ataque à própria ciência. Quando há ataques dessa magnitude, a população que tem seus direitos historicamente negados é a mais atingida – a população pobre, negra, periférica, indígena, crianças (que já estavam em condição de trabalho infantil).

Isso faz com que os/as ativistas de direitos humanos tenham que intensificar sua atuação

e se tornam figuras importantes para garantir o mínimo para essa população. Isso vai da produção de conteúdo; de brigar contra as gestões que querem reabrir o comércio, as escolas, colocando em risco a vida dessas populações que, via de regra, são invisibilizadas; proteção de mulheres e crianças que precisam ficar em casa por conta do distanciamento social, junto com seus violadores. Se os/as ativistas já eram, se tornam ainda mais fundamentais, não só para incidência direta, mas para produção de conteúdos, disseminação de dados para mostrar a necessidade de o Estado brasileiro intervir nos diferentes entes da federação e também no Judiciário. **Os/as ativistas são esses/as sujeitos/as que tornam públicas as violências e articulam desde organismos internacionais até os campos jurídico e legislativo (parlamentares), redes e comunidades locais.** Ao entrar nessa lógica de defender os direitos dos/as mais pobres, vão sofrer muito mais ataque daqueles que querem que a desigualdade e as violações continuem.

E nós, que estamos na área da educação, tivemos que pensar em atuação em rede, agir intersetorialmente. Isso sobrecarregou os/as ativistas de trabalho, aumentaram as ameaças recebidas, mas, ao mesmo tempo, visibilizou a importância desses/as ativistas, inclusive professores/as engajados/as nessa luta.

Como avalia as lutas pela **promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

Com muita dificuldade, mas também é um momento em que a gente entende cada vez mais a necessidade das articulações, de como devemos ir mais de mãos dadas.

O escancaramento das violações, o maior contato com as pessoas, as lives, nos possibilitaram conversar com muito mais gente, ver a importância da intersetorialidade no campo

das políticas públicas e da ação intersetorial mais coletiva dos/as ativistas. Esse é o paradoxo. Não dá para pensar em atuar sozinho/a no campo da educação. Ela não vai acontecer se não tiver proteção, se as pessoas não tiverem onde morar, o que comer, não tiverem acesso à tecnologia, se estiverem em condições de violência. **Só é possível fazer a defesa dos direitos humanos se nós agirmos de forma coletiva e intersetorial.**

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação se juntou com grupos que ainda não tínhamos trabalhado e intensificou a relação com outros. A pandemia mostrou como é possível a gente atuar articuladamente. Não é todo mundo fazendo a mesma coisa, mas como as diferentes áreas se entrecruzam e como essa ação articulada é importante para que os direitos humanos possam ser alcançados. Sem falar que a gente não consegue cobrir – no sentido de atuar, mas também de conhecer – todas essas violações.

Então, quando você se articula com outros grupos, tem mais dados e muito mais possibilidade de tomar decisões mais assertivas, de forma pactuada, para que a ação seja efetiva.

O Brasil é um país grande demais: territorialmente – o que nos impede de entender as diferentes realidades –, culturalmente, mas, sobretudo, em relação à desigualdade. A desigualdade econômica, que tem base nas questões racial e de gênero, nos desarticula e a gente só vai ter ações mais assertivas se o grupo for diverso nas suas dimensões de gênero, raça, espaço geográfico. Isso foi o que fomos construindo para articular os/as agentes políticos em prol da defesa de causas não só nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, mas também com senadores/as e deputados/as dos diferentes estados para as decisões que eles/as vão tomar no Congresso Nacional; assim também com o Ministério Público e outros atores necessários para garantir esses direitos.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

O impacto na vida dos/as ativistas tem a ver com o quanto os/as sujeitos/as de direito têm ou não seus direitos violados. O acirramento das violações de direitos tem impacto grande na vida dos/as ativistas: adoecimento pela intensificação do trabalho, pelo desgaste físico e psíquico na convivência com mais violações; ataques; cerceamento dos direitos políticos e das formas de se aproximar dos/as sujeitos/as que estão sofrendo as violações; ameaça à vida.

Quanto menos democrático é o Estado, mais impacto na vida daqueles/as que defendem a democracia. Defender a democracia é defender

que todos/as os/as sujeitos/as tenham direitos. E os/as defensores/as dos direitos humanos, na lógica de quem defende exatamente o oposto do que nós defendemos, são vistos como defensores/as dos/as que ameaçam a vida e não defensores/as da própria vida e do direito de todos/as. As consequências para os/as sujeitos/as que estão sem os direitos serão sempre muito maiores do que para nós que estamos na defesa e temos alguns direitos básicos. Mas, quanto mais intensa a negação de direitos, mais consequências para aqueles/as que defendem direitos, alguns, inclusive, com ameaça ou concretização da perda da vida.

Teria sugestões de estratégias **para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?**

Essa ação articulada é fundamental para que a gente tenha proteção para os grupos nas localidades. Parte não só de construirmos uma agenda de proteção na rede como um todo, mas de poder articular diferentes agentes nas localidades e apoiar esses/as defensores/as, por

exemplo, em debates, audiências, em articulação com vereadores/as, Ministério Público, onde os que atacam percebiam que os/as defensores/as não estão sozinhos/as. Na construção dos planos da Campanha, tem sido um debate produzir instrumentos de proteção aos/as ativistas.

Desde orientações, manuais, até pensar em como configurar outros elementos de proteção, mas também a articulação que a gente tem feito nos comitês regionais e locais com outras instituições. Quando a gente construiu, há 2, 3 anos, o manual contra a escola sem partido, estávamos dando, de forma mais sucinta, um conteúdo que muitas vezes os/as ativistas não conheciam. Exemplos do que a gente tem feito ou que pode fazer para proteger os/as ativistas é **traduzirmos o que está em várias bases legais ou explicarmos por que tal base legal protege os/as defensores/as contra os ataques.**

Outro elemento essencial é que a gente tenha diálogo aberto e constante com os/as ativistas, não apenas para protegê-los/as, como para formar e trazer mais ativistas para o campo. O trabalho é cada vez maior, as pessoas cansam, adoecem, e os/as ativistas não são, necessariamente, profissionais atuando naquele campo. Construir uma rede cada vez maior de ativistas também é muito importante para nossa sobrevivência.

A gente tem ampliado a visibilidade das violações, num mundo que vai aperfeiçoando seus critérios de exclusão. E como a gente olha como as violações alcançam de formas diferentes os diferentes grupos? Não podemos pensar da mesma forma o machismo sobre mulheres brancas e negras, sobre mulheres da cidade e do campo, ou sobre mulheres negras que ocupam diferentes espaços da cidade. A gente precisa ter esses olhares e esses grupos de ativistas em todos os espaços e, cada vez que a gente vai para lugares diferentes, trazemos mais vozes diferentes, conhecemos novos problemas ou problemas que se desencadeiam de formas diferentes daquelas que a gente está acostumada a lidar. Trazer isso para o processo de formação, trazer mais pessoas para esse grupo de ativistas, aumenta a possibilidade de que mais pessoas sejam protegidas ou que a gente lute por mais direitos. **Se a desigualdade tem tantas faces, o combate a ela precisa ser de diferentes formas.**



Cláudia Pinho

Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras



Sou Cláudia Pinho, Coordenadora Regional de Cáceres (MT) da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras. A autoafirmação das comunidades pantaneiras é uma identidade de um grupo específico do Pantanal.

Como coordenadora e representante da Rede, eu atuei na presidência do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e atualmente estou conselheira nesse espaço; também estou no Conselho Gestor de Patrimônio Genético e Proteção dos Conhecimentos Tradicionais. Esses são espaços onde temos colocado as pautas mais nacionais e as demandas dos grupos. Também faço parte da articulação da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, no núcleo operacional dessa rede.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A pandemia colocou esses grupos que se reconhecem como povos e comunidades tradicionais em maior situação de vulnerabilidade porque veio fortalecer muito a assimetria, sobretudo com relação aos direitos adquiridos.

O advento da pandemia começou inicialmente nos centros urbanos e foi, aos poucos, tomando os territórios tradicionais e, mesmo quando estava nos centros urbanos, essa macropolítica de atendimento à saúde já era deficitária nos territórios tradicionais. A pandemia veio trazer essas informações do quanto o atendimento à saúde nos territórios é precário; em alguns casos ele é inexistente. **Muitas comunidades não têm sequer um postinho de saúde para atendimento básico.**

Então, a auto-organização dos povos e comunidades tradicionais foi a melhor resposta em relação à pandemia na questão dos autocuidados ou cuidados coletivos. Nós temos várias situações de comunidades que se auto-organizaram como uma forma de não permitir que o vírus adentrasse ao território, alguns grupos até mesmo voltando mais ao contato com a natureza; vários relatos de povos indígenas que foram para o meio da floresta para se curar.

A pandemia veio trazer algumas respostas não só para os povos e comunidades tradicionais, mas também para a sociedade como um todo e mais ainda para o Estado brasileiro. **É uma forma de dizer que ele não está presente nesses territórios e colocou os povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade.**

Temos muitos casos em que o governo brasileiro não cumpre as políticas públicas, o que fez com que os povos e comunidades tradicionais ficassem à mercê e buscassem a auto-organização. Estamos falando de séculos da ausência do Estado nesta questão da saúde e a ação do governo intensificou ainda mais a vulnerabilidade desses grupos.

Quando o presidente não assina o decreto de priorização dos atendimentos básicos para povos e comunidades tradicionais, está negando o que já está na Constituição. Na verdade, foi um ataque aos nossos direitos de existirmos e termos acesso às políticas públicas que o restante da sociedade já tem. Dos 21 artigos, 15 foram vetados. É uma questão recorde, principalmente o governo intensificando essa assimetria de acesso às políticas públicas num momento tão crítico e determinante para os povos e comunidades tradicionais.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Já vínhamos numa situação politicamente difícil nesse país e a questão da pandemia traz mais sobrecarga nessa questão dos direitos adquiridos, aumento das desigualdades. Você é um grupo que tem direitos, mas na prática o direito não se efetivou. Ela traz essa mensagem de que a luta por direitos humanos, por direitos coletivos, está longe de terminar. A pandemia desnuda essa questão de que todos/as nós temos os mesmos direitos, mas na prática é muito desigual. Ela traz muitas lições neste contexto, porque, se você tem estratégias de sobrevivência, de proteção, de autoafirmação, em momentos críticos, é o sinal que a tua força e as forças dos coletivos são muito maiores.

Por outro lado, é esse despertar de que os direitos não são iguais, de que é preciso uma luta muito mais intensa para efetivar os direitos lá na ponta, nos rincões da Amazônia, nos confins do Pantanal. Ela nos coloca numa situação de que **não podemos baixar a guarda na efetivação dos direitos.** E na questão dos direitos humanos que é muito amplo, esse contexto de pandemia é o despertar de uma consciência que já existia, mas que não tínhamos noção do quanto isso impactava efetivamente a vida das comunidades, o bem viver que as comunidades tanto pregam e têm buscado ao longo do tempo.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Nós, povos e comunidades tradicionais, defensores e defensoras de direitos humanos, estávamos nos deparando com conceitos como, por exemplo, desenvolvimento sustentável, agroecologia, dentro de um contexto. Para nós, a questão de defensores e defensoras de direitos humanos é a defesa da vida na sua totalidade, não só a vida humana, mas defender a vida num contexto mais amplo, porque estamos inseridos neste ambiente total e no qual somos apenas mais um ser vivo.

Nós aqui das comunidades já tínhamos uma situação difícil e muitas comunidades pantaneiras já estavam isoladas socialmente. Esse isolamento era muito propício para o Estado não enxergar as comunidades e, como se isso não bastasse, ainda ocorreram os incêndios florestais no Pantanal e a seca extrema. Imagina, uma comunidade que vive na maior área alagável do mundo, uma biodiversidade com tudo no seu quintal, de repente se encontrar numa situação de não ter o que comer em casa, não ter o que dar aos/às filhos/as, a comunidade ter que pedir sacolão, por exemplo. E muitas só pediram ajuda para alimentação básica quando a situação já estava muito, muito grave. A pandemia castigou muito, perdemos vidas, só que a situação de queimadas e seca extrema no Pantanal foi no conjunto muito mais violenta, mais acirrada e veio demonstrar o quanto as comunidades estão em situação de vulnerabilidade.

A pandemia e todas essas situações nesses dois últimos anos nos colocam em ação para buscar coisas que nunca precisamos buscar, é uma nova forma de preservar a vida, de resistir no território. Isso fez com que levantássemos muito a bandeira de que no Pantanal tem gente, tem comunidades tradicionais, essas comunidades nunca precisaram tanto de políticas públicas como precisam agora. E o Estado brasileiro tem que dar conta disso porque é seu dever e isso foi negligenciado todos esses anos.

Nós nos contrapomos a esse modelo no Pantanal. Com essa área muito linda, com grandes mamíferos, mas também com pessoas que têm colhido as consequências deste tempo pandêmico e tempos tão difíceis para continuar existindo, resistindo e, principalmente, para continuar no Pantanal. Temos trabalhado muito essa questão para que as comunidades tenham consciência dos seus direitos, pois a demanda nunca foi tão forte como agora: você sabe que tem seu direito, mas você não está sendo respeitado/a no seu direito e isso chamamos de violações aos direitos humanos, essenciais e básicos, para a existência de qualquer grupo e principalmente dessas comunidades.

A pandemia tira a cortina que durante muito tempo não nos permitiu enxergar os grupos que estão em situação de vulnerabilidade. Estamos falando de lideranças que talvez tenham a ver com direitos humanos porque fazem defesa da vida, do território, da vida de uma forma geral. E como isso aumentou na pandemia? Temos várias situações, por exemplo: **a auto-organização que mencionei requer que o grupo tenha alguém para a auto-organização, só que ao propor isso, na maioria das vezes, é a liderança que tem o aval da comunidade e as possibilidades de buscar alternativas para o território.**

Assim, vemos que na pandemia essas pessoas estavam ainda mais vulneráveis porque eram elas que iam à cidade, que faziam as compras, faziam a articulação em busca de atendimento e, agora mais recente, o acesso à vacina. A possibilidade de contrair o vírus e levar para a comunidade causava insegurança, pois sabíamos com o que estávamos lidando e não tínhamos o apoio e as condições necessárias para resolver ou minimizar as questões da pandemia nos territórios.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

A melhor estratégia que pudemos perceber foi a questão da coletividade. Ela nunca foi tão forte como na pandemia e nunca a gente teve a consciência tão nítida de que é preciso estar na coletividade, estar em comunidade, porque são essas experiências dos/as mais velhos/as e o esperar dos/as mais novos/as que nos dão sentido para esses momentos tão difíceis. As estratégias de auto-organização dos territórios tradicionais demonstraram muito isso: de que é preciso ter união, é preciso ter empatia com a dor, com a situação do/a outro/a. Essas questões são muito fortes e as comunidades que se uniram para buscar solução para seus territórios, principalmente contra o vírus e na defesa para que ninguém pegasse é uma estratégia de sobrevivência, mas também é uma estratégia de se estabelecer no/a outro/a.

Acredito muito que o lado humano das pessoas, as emoções, quando são compartilhadas num grupo ganham dimensão maior, podem conseguir avanços muito significativos. Nesse sentido, vimos muitas redes de solidariedade, redes que nasceram na pandemia e outras que se fortaleceram. É preciso estar junto no sentido de contar com o/a outro/a para formar parcerias e buscar as soluções. Isso em se tratando de políticas públicas, de buscar direitos, e de coisas básicas também, de alimentos na mesa.

Quando a gente trabalha junto, em parceria, a gente consegue se fortalecer. Para mim, a mensagem que vem da pandemia é que a gente não pode se isolar, mas buscar soluções juntos/as mesmo que cada um/a esteja em espaços diferentes, de poder contar com organizações, com pessoas que realmente tenham sensibilidade para o/a diferente, ressaltar o acesso a direitos, à formação social e às contribuições dos povos e comunidades tradicionais, não o aspecto das diferenças, do preconceito, da exclusão. A pandemia nos traz isso como reflexão: **é preciso ter empatia, estar junto, buscar que o direito seja cada vez mais efetivado.**



Denise Dora

Artigo 19



Meu nome é Denise Dourado Dora, sou advogada e trabalho há vários anos na área de direitos humanos.

Sou do Rio Grande do Sul, e iniciei minha vida profissional na região do Vale dos Sinos, atuando com sindicatos de trabalhadoras do calçado, vestuário, químicos, metalúrgicos, bancários, uma experiência muito importante, fundante na minha vida política, pessoal e profissional, que já vinha de um ativismo nos movimentos estudantil e feminista, quando participei da criação de um dos primeiros grupos feministas estudantis, o Liberta. Também contribuí um pouco com a construção da comissão de mulheres trabalhadoras da CUT e do Partido dos Trabalhadores, que na época eu era filiada. Isso foi progressivamente me levando a trabalhar com o tema dos direitos humanos, a entender que o escopo daquilo que eu fazia profissionalmente estava inserido num marco normativo e político mais amplo.

Particpei da criação da Themis – Gênero e Justiça, em 1993, que atua com o acesso à justiça para mulheres. Criamos o programa Promotoras Legais Populares. Era um momento muito difícil e tínhamos que inventar mecanismos de defesa para as mulheres e de como cobrar a responsabilidade do Estado, de como repensar o marco da política pública e da lei. O próprio caso da Maria da Penha surge em decorrência desse largo debate, que na década de 90 contou com a Conferência da ONU para os Direitos Humanos, que aprovou os direitos das mulheres como direitos humanos, retomado pela Conferência da ONU para Mulheres, em 1995, na China.

Trabalhei como coordenadora na área de direitos humanos da Fundação Ford Brasil de 2000 a 2011. Continuei advogando com direitos humanos e atualmente eu sou diretora regional da Artigo 19, uma organização de liberdade de expressão. São quatro décadas de trabalho e ativismo de direitos humanos, feminista e antirracista.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A gente vinha de um processo de reorganização desde 2016, pelo menos, quando teve o impeachment da presidente Dilma e uma rearticulação de forças extremamente conservadoras no país para retomar o poder de Estado federal, tudo isso de forma fraudulenta, que levou à eleição do Bolsonaro. A coalizão das milícias com os militares, com o mercado financeiro, com grandes empresas que especulam com recursos naturais, com um grande setor evangélico mais tradicional e conservador e com uma enorme fatia da população confundida por notícias falsas pelos processos da Lava Jato.

Os anos de 2016, 2017, 2018 foram um trem que passou por cima de uma construção cuidadosa que vinha sendo feita desde a transição da ditadura militar. E em 2019, Bolsonaro destruiu os fundamentos do Estado Democrático de Direito: fechou os Ministérios do Trabalho e da Cultura, começou a destruir o aparato do Estado, tentando aprovar no Congresso legislações desfavoráveis,

destruindo sistemas de regulação e proteção ambiental. A gente estava lidando com isso quando vem a pandemia que, por si só, fragiliza as relações humanas e coloca as pessoas numa situação de luta pela sobrevivência. Foi uma experiência horrível num contexto de um governo federal extremamente destrutivo do bem-estar público e da ordem social e econômica minimamente estabelecida no Brasil.

Este momento criou imediatamente dois efeitos: vulnerabilizou ainda mais a população brasileira, que já vinha perdendo muitos direitos no campo da educação, da igualdade, da equidade, o que tornou todo mundo muito mais frágil, inclusive para reagir ao que o governo Bolsonaro estava fazendo de horrível em relação à pandemia mesmo: o controle de informação, a manipulação, a tentativa de ganhar dinheiro com a vacina. Tudo de ruim e criminoso que podia ser feito eles fizeram. Por outro lado, exigiu da sociedade civil um nível de resiliência, de força, de qualidade, de criatividade.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Nesse contexto supercomplexo, é incrível ver a capacidade das organizações de se reinventarem e reinventarem suas relações e solidariedade. Se reorganizou uma agenda de lutas, o que exigiu muita criatividade. O movimento da moradia, na tentativa de sustar despejos durante a pandemia, entrou com ação no Supremo Tribunal, ganhou uma liminar e criou uma ferramenta de luta superinteressante para evitar que a barbárie fosse maior. As organizações se juntaram para entrar com uma ação judicial contra a tentativa do governo de diminuir o acesso à informação.

Houve muitas iniciativas no Congresso Nacional para reduzir o escopo da ação da sociedade civil: projeto de lei da segurança nacional, projeto de lei antiterrorismo e projeto da lei de fake news. **E teve grande movimentação da sociedade brasileira em torno de uma solidariedade horizontal,** que a gente experimentou com o Betinho, nos anos 80, com a Ação da Cidadania,

uma grande ação cívica puxada pela sociedade civil para o combate à miséria, à fome, que acabou gerando marcos, criação de programas e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

As organizações, por dentro, começaram a pensar como transformar os recursos para o público com quem trabalha. A Themis doou chips de celular para mais de 500 trabalhadoras domésticas terem acesso à informação porque foi a categoria que mais sofreu, perdeu emprego. Para as Promotoras Legais Populares também houve doação de cestas básicas e chips. A sociedade civil reinventou formas de se comunicar, montando grupos de autoajuda. A Covid trouxe uma agenda muito importante: a recuperação da ajuda humanitária e do apoio ao tratamento à pobreza, à miséria, à desigualdade e inventou uma forma criativa de transformar as agendas de luta para que elas pudessem produzir novas ferramentas.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Se exigiu dos/as defensores/as um nível de coragem e de resiliência muito alto. De um lado, como pessoas, porque também era necessário sobreviver. **A gente viu muitos companheiros/as falecerem por conta da Covid e foi triste;** a gente mesmo tinha que se defender do vírus. Foi um desafio alto pensar em como se cuidar e isso é interessante porque o movimento de direitos humanos traz, por dentro da sua agenda, a questão do autocuidado, do repensar formas de trabalhar que não sejam exaustivas, que não sejam predatórias. O governo Bolsonaro ataca os/as defensores/as dos direitos humanos. É um governo violento, misógino, que odeia a igualdade. Então, sempre que você vai reagir, como postar algo nas redes sociais, está correndo o risco de que uma horda de robôs cheios de ódio

te ataque, ataque tua família, exponha fotos, entre nas tuas contas, etc. Os temas da Artigo 19 são a segurança da informação, a liberdade de expressão, e a gente vê que esse neofascismo tenta capturar a ideia de liberdade pra si mesmo, arma uma confusão sobre o que é a liberdade de expressão e os discursos de ódio e colocam todo mundo em um nível de vulnerabilidade absurdo. Isso exige muita coragem individual das pessoas para se expor e continuar.

O terceiro aspecto é o autocuidado, a coragem, essa inteligência coletiva, solidária, de pensar de outras formas, de ser muito criativo/a, se articular com outros movimentos. Isso também exigiu muito mais e, de forma nenhuma, a gente vai continuar fazendo as coisas como antes.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

A gente vai viver um mundo pandêmico por certo período. Os cientistas estão nos avisando isso. O primeiro elemento da experiência é a gente repensar os padrões de biossegurança e o que a gente está fazendo. Muitos estudos mostram a relação entre devastação das florestas e migração de vírus para mamíferos, que não têm imunidade para lidar com eles. Isso exige que o movimento de direitos humanos incorpore a agenda ambiental, no sentido da sobrevivência do planeta, da humanidade, de uma forma radical.

A defesa da Terra, do nosso ecossistema, as questões de biossegurança têm que ser tratadas por toda estrutura dos direitos humanos, instituições, comissões (nacionais e internacionais) e pelo próprio movimento, para que a gente tenha um respiro de vida, de sobrevivência. A Eliane Brum fala que somos “negacionistas do bem”, seguimos negando que está acontecendo uma coisa horrível com as mudanças climáticas e com a pandemia e continuamos comprando carne no supermercado, roupas, coisas para além do que precisamos.

Então, temos que ter uma ruptura de práticas. A experiência também tem que ter nos ensinado mais sobre as relações dentro das organizações, dos movimentos. Um padrão de cuidado, de gentileza entre todos/as ativistas de direitos humanos, como compor um campo que seja mais cuidadoso, afetivo, menos competitivo, para fazer face ao neofascismo. Ao mesmo tempo, a gente vê em Honduras, a primeira mulher negra, socialista, ganhou as eleições; a independência de Barbados. O mundo está se movendo e a gente tem que se alinhar politicamente, mas também eticamente, com o que tem de melhor.

Muitos estudos na história mostram que as mudanças nas pessoas têm um impacto muito forte e entender isso a partir das trajetórias é muito legal. O movimento feminista se constrói com grandes marchas e tudo mais, mas se constrói com a mudança de atitude das mulheres dentro de casa, com suas filhas, filhos, nas suas parcerias; um fazer cotidiano. **E a gente aprender como as pessoas reorganizaram suas vidas e continuaram com o ativismo nesse processo de pandemia é muito importante.**

Diva Santana

Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia



Sou Diva Santana e a minha militância no Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) da Bahia vem desde a época da anistia.

Além de ser militante, sou familiar de desaparecido político e estou conselheira da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei Federal n. 9.140/1995) que em grande parte foi destituída pelo governo federal. O trabalho esfriou, tivemos apenas três ou quatro reuniões desde que a Dra. Eugênia Gonzaga e parte da equipe foram destituídas.

A defesa dos direitos humanos consiste nos princípios básicos de uma sociedade que tem os seus elementares direitos garantidos. O empobrecimento do nosso povo, a desigualdade social, a falta de oportunidades para uma convivência mais igual, a defesa da democracia e de políticas estruturadas para geração de oportunidades, garantindo o direito de todos/as a uma boa educação, saúde, emprego, lazer etc., são violações que me levam à luta em defesa e promoção dos mais diversos segmentos sociais atingidos.

São várias as frentes de luta no GTNM, em que pese a amplitude da defesa dos direitos humanos e as violações desses direitos a diversos segmentos sociais, a exemplo da luta de combate à tortura, contra a violência policial que são demandas constantes, principalmente nas comunidades da periferia,

onde os pobres e negros são atingidos. Na área de educação e conhecimento geral, somos demandados/as a fazer palestras nas escolas sobre a ditadura militar e sobre as violências.

O GTNM tem uma participação ampla nas discussões que envolvem a sociedade. Por exemplo: atualmente fazemos parte de uma comissão que discute a contribuição para a nova constituição chilena; fizemos uma apresentação e discussão sobre o filme "Marighella", com pessoas que lutam em defesa da memória, verdade e justiça, e em defesa da democracia; memória dos brasileiros que foram perseguidos, mortos, muitos desaparecidos. Atuei durante quase 20 anos no Programa de

Proteção às Testemunhas, desde sua criação na Bahia. Como membro do GTNM, participei do processo de discussão para criação dessa política pública que, infelizmente, hoje, a gente não sabe se está funcionando. Trabalhamos com redes sociais na Bahia e em outros estados, promovendo oficinas, particularmente com membros da sociedade organizada com vistas à promoção da rede de protetores/as.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Nosso país atravessa, neste período de quatro anos, um desgoverno que, dentre outras aberrações, nega o princípio da ciência, promove confusões, levando o descontrole social à prevenção e ainda debocha do vírus. Diante da política negacionista, por desconhecer a ciência, a sociedade civil tem atuado com limitações, e somente com muitos programas do estado e municípios, chamando a atenção da população para a necessidade da vacinação.

Em que pesem os esforços dos governos estaduais, a vacina chegou muito tarde, o que levou a muitas mortes, principalmente de pessoas idosas. No estado da Bahia, o governador, algumas prefeituras municipais e outras organizações se esforçaram com políticas de acompanhamento psicossocial às famílias,

criando grupos nas universidades, nos hospitais, nas escolas, promovendo atendimento às vítimas do vírus.

Diante da reclusão, não era possível a exposição no atendimento às demandas. Contudo, um meio foi utilizado para o acompanhamento com o trabalho de orientação: como prevenir, como procurar os meios de saúde para quem estava contaminado. **Esta demanda de acompanhamento continua com as famílias que perderam seus entes e aqueles/as que ficaram com sequelas do vírus.** Os milhares de vítimas, bem como de órfãos/ãs, desamparados/as, devem ser acompanhados/as pelo poder público, possibilitando a garantia de atendimento psicossocial, de moradia, emprego etc., o que exigirá mobilizações da sociedade civil.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Considerando as limitações de exposição, utilizamos o instrumento da internet, através de lives, com associações de moradores e o atendimento geral com as orientações. Cobramos muito do poder público (estado e municípios) a atenção às vítimas, não só aos/às que estavam contaminados/as, mas também às suas famílias.

A luta de resistência continua, principalmente diante do negacionismo imposto pelo Presidente da República e seus seguidores, para uma realidade nova para o país que exige dos poderes públicos respostas imediatas com vistas a salvar vidas. **A nossa luta com a sociedade, basicamente a mais carente, ocorre com o apoio no sentido da orientação e solidariedade.**

Contudo, é necessária a intervenção do Estado, com políticas públicas.

Na sua avaliação, quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?

As medidas de prevenção à contaminação do vírus, pelo menos no estado da Bahia, foram acertadas, o que levou ao distanciamento, o que também dificultou a atuação mais presencial. Fiz parte do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Bahia e, no pico da pandemia, fizemos várias reuniões para atender demandas das pessoas contaminadas e das famílias; procuramos, por meio de lives, oferecer algum amparo, orientação médica e social. Enfrentamos a pandemia, a gripe, e agora as chuvas na Bahia.

Após as chuvas, as doenças chegarão, principalmente num período em que estamos vendo a mutação do vírus da Covid. O mosquito da dengue traz também a chikungunya e outras doenças perigosas e contagiosas, e a população mais atingida é a que está nas áreas mais vulneráveis. A atuação da sociedade civil deve, dentre outras lutas, exigir dos poderes públicos o atendimento aos/às atingidos/as, garantindo e possibilitando o tratamento da saúde, a garantia de educação com vacinação de alunos e sua atuação social (escola, lazer etc.).



Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Com a chegada da terceira dose da vacina (apesar de algumas pessoas terem se contaminado mesmo assim), estamos mais livres para atuar. Os defensores e defensoras de direitos humanos conviveram sempre com dificuldades para o fortalecimento da luta em defesa e promoção de direitos.

Por meio de políticas públicas, a sociedade poderá difundir a criação e fortalecimento de redes, baseadas na proteção e promoção dos direitos humanos, em que os/as protetores/as ou educadores/as tenham plenas condições de atuação nas diversas áreas, com a promoção da segurança e da garantia de direitos.

O fortalecimento dessa rede se dá também com as políticas públicas. Ao protetor ou protetora, é necessário ao menos uma formação sobre a defesa de direitos, a promoção e a garantia da cidadania, a garantia da educação, saúde, lazer etc., sobretudo a segmentos totalmente destituídos de alguns saberes. **É necessária e urgente a promoção da educação para a população mais excluída, principalmente de saberes.**

As pessoas desconhecem os seus direitos e a forma de garanti-los, ainda que tenha o conhecimento da vida: a rua ensina. O voto é um dos elementos mais importantes para a construção da democracia e, por falta de conhecimento sobre sua importância, por vezes é trocado por um pagamento de recibo de luz. E a rede tem esse papel de formadora de opiniões. Entendo que a sociedade organizada tem papel relevante na condução governamental, visando o atendimento social unânime para todos/as. Eu estou esperançosa, mas também pronta para resistir, para garantir a eleição e a posse de um governo que venha governar esse país. **Quem chegar vai pegar uma terra arrasada: quase tudo vendido, política de direitos trabalhistas acabada.**

Espero que avancemos na luta, combatamos o vírus da Covid, que haja vacinação das crianças. Tenho expectativa de seguir na luta, sempre defendendo os direitos das pessoas. A sociedade brasileira tem um Programa Nacional de Direitos Humanos, que é o PNDH-3. É preciso garantir sua aplicação e lutar contra a decisão da Ministra Damares que quer modificá-lo.

Eduardo Siqueira de Oliveira

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)



Sou Antônio Eduardo Siqueira de Oliveira, natural do sul da Bahia. Entrei no CIMI em 1989, atuando com o povo Pataxo Hã Hã Hã, no sul da Bahia, nos municípios de Pau Brasil, Camacã e Itaju do Colônia.

Fui praticamente formado nesta luta. Uma luta em que o povo tinha como definição política o retorno ao território que foi invadido na década de 1930 e 1940. Depois foi expedido o título de propriedade pelo governo do estado da Bahia num território indígena. Neste processo de expulsão, houve muita violência, muitas mortes, promovidas pelo poder público do estado através da polícia militar e jagunços de fazendeiros, com aparato militar e paramilitar para expulsar os indígenas desse território. Eles retornaram ao território em 1982 e reiniciaram todo um processo de luta para permanecer em uma pequena área retomada e, ao mesmo tempo, ir ampliando a participação e presença deles no território. Para tanto, iniciaram um processo de luta no âmbito judicial com ação de nulidade de títulos no âmbito administrativo para que o governo federal assumisse a assistência e responsabilidade dessa comunidade através da FUNAI e nas ações próprias deles de retomada do território. Uma luta para recuperar o território que durou 28 anos e durante toda esta luta eu participei enquanto Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e enquanto militante da causa indígena, dos movimentos sociais e também na defesa dos

direitos humanos, pois o que estava em jogo ali era a integridade física de toda uma população e o respeito ao ser humano.

Os Pataxó Hã Hã Hã sobreviviam de uma forma extremamente desfavorável. Tinha o conflito físico, psicológico e o conflito até financeiro e econômico por alimentos, já que a terra que retomaram inicialmente não fornecia possibilidade de produzirem. Foi uma luta em que vários tombaram. Foram mais de 16 lideranças indígenas assassinadas diretamente em conflitos, fora aqueles/as que faleceram devido às consequências dos conflitos, principalmente as consequências psicológicas.

Eu fui formado nesse processo de conflitos e depois participei de várias outras lutas no regional que envolve não só o estado da Bahia, mas também Minas Gerais e Espírito Santo. Tive a oportunidade de assessorar outras lutas e outros projetos e inclusive o mais recente, dos Tupinambá de Olivença, onde iniciamos a partir de 2000.

Restabelecemos o contato e fui o primeiro a entrar na área com algumas comunidades que vinham empregadas das fazendas e depois ajudamos em todo o processo de articulação interna para que o povo viesse a ser respeitado enquanto povo e então eles assumiram a identidade enquanto Tupinambá. Depois, a oportunidade de discutir a questão da retomada dos seus territórios e toda a organização interna e articulação externa com outros poderes, mais diretamente com a Serra do Padeiro, com o Cacique Babau. Tivemos várias iniciativas e, inclusive, ele foi incluído no programa de proteção várias vezes devido ao acirramento da luta na região. Acompanhamos com ele a visita do pessoal dos direitos humanos e do pessoal da secretaria do estado e do próprio Conselho, que foi criado pelo movimento e foi um suporte muito importante para a luta deles. Isso é um pouco da minha história de 33 anos de participação no CIMI.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A pandemia trouxe consequências para todo mundo e todas as lutas do Brasil. No hiato entre 2019 e 2020, quando chegou este processo de pandemia, tivemos que nos readaptar e tivemos também que ficar em uma situação de expectativas, porque tínhamos a ansiedade de estar próximos às comunidades, às lideranças, mas a pandemia nos impedia. **E o inimigo não fez distanciamento social.** As populações tradicionais, indígenas, quilombolas, que sofrem mais esse ataque em relação aos seus direitos, foram impactadas pela pandemia, pela invasão dos territórios e também pela violência, pois houve uma situação grave que foi a atuação da Polícia Militar no apoio à invasão dos territórios, no apoio aos que são contrários a quem defende os direitos humanos. E hoje o medo paira sobre o campo porque a violência foi instalada, ou melhor, reinstalada ou redimensionada em consequência da filosofia do governo federal que incentiva o armamento, a posse de armas e o uso de armas contra esta população.

Então, os/as defensores/as de direitos humanos ficaram encurralados/as sem poder sair, foram assediados por este poder militar e paramilitar, pela precarização dos órgãos de proteção. A lei foi totalmente deixada de lado e foi cortado todo o diálogo com o governo municipal, estadual e federal e não pudemos estar junto a eles. Vamos ter que retomar este processo, mas não sabemos em que condições, apesar do esforço do pessoal e de muitos programas terem continuidade. Eu participei em 2020 de várias reuniões do projeto “Defendendo Vidas”, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos que tem como objetivo principal a proteção aos/as defensores/as. Participei também da discussão das propostas de renovação deste projeto junto à Misereor e deste maior, o Sementes de Proteção. Acho estas iniciativas extremamente importantes. Estes/as operadores/as continuaram na defesa dos/as defensores/as e se não fosse isso a tragédia teria sido maior.

Mas, enfim, a pandemia trouxe estas consequências porque os inimigos não pararam, eles continuaram e, pelo contrário, se fortaleceram e impuseram aos/as defensores/as de direitos humanos uma situação de isolamento porque a violência foi ampliada. As pastorais do campo formaram uma comissão das populações tradicionais e tivemos uma reunião presencial onde vários representantes de comunidades tradicionais relataram situações terríveis da violência decorrentes do projeto desenvolvimentista deste governo, do agronegócio, enfim todo impacto que está tendo no meio rural. Uma situação muito preocupante é a do oeste da Bahia, com o MATOPIBA. É um projeto do agronegócio, de desenvolvimento, com o apoio do governo do estado, que tem implementado ações de extrema violência contra as populações, contra as lideranças e que é também uma violência contra os/as defensores/as de direitos humanos.

Repito: a resistência dessas comunidades, desses/as defensores/as é fundamental para o nosso trabalho, pois são eles/as que nos animam, nos mantêm nesse rumo em defesa da vida, de um ambiente saudável, de um mundo melhor. São eles/as que tocam essa luta e essa resistência de permanecer nos seus territórios de forma coletiva, solidária. São eles/as que nos dão sentido de manter a luta tanto no espaço urbano e também rural, que nos impulsionam na nossa luta e nossa ação solidária na perspectiva de um mundo melhor.

Podemos fazer isso de várias formas, mas na prática são eles/as que estão nos defendendo, não somos nós que os/as defendemos. Portanto, esta resistência deles/as, este grito deles/as por ajuda tem que ser ouvido porque, sem eles/as, nossa luta praticamente não tem sentido. Não temos que ficar teorizando, tem questões práticas que precisam ser feitas, ser cuidadas com relação às populações indígenas, populações tradicionais, quilombolas, das periferias dos centros urbanos.

Como avalia as lutas **pela promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

Essa atuação dos/as defensores/as adquire outro sentido nesta conjuntura porque nós fomos impactados por um governo que nenhum analista político, social, econômico fazia ideia do que viria. É claro que já tínhamos elementos do que seria o governo Bolsonaro, do que seria até a presença física dele na liderança de um governo federal.

E o que aconteceu em 2019 e 2020 foi muito pior do que prevíamos: **a destruição do Estado, a destruição da esperança do povo brasileiro.** Portanto, a necessidade destes programas, destas lutas, desta articulação. E esse nosso apoio é fundamental nesta conjuntura. Chega a ser vital porque os impactos desse governo são terríveis. Portanto, este reforço a estes lutadores e lutadoras é fundamental, pois fomos impactados/as pela pandemia e estamos sendo impactados/as pela destruição feita pelo governo.

Os mais de 620 mil mortos (dez/2021) refletem a ação do governo. Isso vai ser difícil de recuperar nas famílias que estão enlutadas, no aparato de proteção destas famílias, na destruição do Estado, de todo aparato de proteção social. Quando falo do Estado, falo do Executivo, do Legislativo, do Judiciário que parecem estar completamente desvinculados da realidade do povo brasileiro. Dizem que as instituições estão funcionando, mas não estão. As únicas que estão funcionando, minimamente, são as instituições que têm o trabalho social, que se preocupam com nossos/as lutadores/as, nossos/as defensores/as. É o mínimo que podemos fazer e é uma questão que nos impacta, impactou a todos/as e vamos ter que readaptar, readequar. Temos que ser oleiros/as para consertar este vaso e inclusive nós mesmos, pois estamos todos/as quebrados/as nessa realidade.

A gente estava na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para tratar da situação de duas crianças Yanomami que foram tragadas pelas dragas que estão explorando ouro em seu território. **São 25 mil garimpeiros na região e a população está passando fome porque não pode sair de suas aldeias para caçar, para pescar, porque é violentada pelos garimpeiros.** Nessa sessão da Comissão de Direitos Humanos da

Câmara estava o Ministro da Justiça e o presidente da FUNAI e o argumento dele foi que a situação dos Yanomami é culpa da Venezuela. Aí os deputados que estavam lá, a base deles, os generais, os policiais que são deputados, chamavam os/as indígenas de vagabundos/as, que passam fome e estão morrendo porque não trabalham; que é muita terra para poucos/as indígenas e que os garimpeiros estão trazendo progresso para o país. São da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, mas não estão preocupados com as vidas humanas.

Os/as indígenas que estavam presentes se revoltaram e partiram para a briga. Chegaram os seguranças e a sessão foi suspensa. Em determinadas situações, infelizmente, a indignação é tão grande que causa essa reação. Esta é a situação que estamos vivendo no Brasil e foi agravada neste governo. Estamos fazendo as devidas avaliações para que a gente conserte este vaso quebrado e consiga ir consertando também o Brasil. Estamos falando do lado também dos nossos defensores/as que estão muito mais quebrados/as e necessitando de nosso apoio, nossa ajuda, porque sobre eles/as pairam diretamente estas ameaças e todo um processo que foi muito pior do que imaginávamos.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Foi angustiante. Em vários locais teve situações que o nosso pessoal que está lá na ponta não conseguiu parar: **“olha, se formos ficar aqui parados/as nós vamos estar também compactuando com este projeto de morte”**. Os indígenas também falavam: **“olha, vocês não estão aqui, mas o governo está, as igrejas neopentecostais estão, os grandes projetos estão, eles não pararam e estão agindo diretamente na divisão das comunidades”**. Isso foi elemento que a pandemia trouxe: eles investiram maciçamente no divisionismo, principalmente dentro do movimento indígena. Então, essa nossa ausência fez com que ampliasse essa proposta divisionista, principalmente levada pelos neopentecostais. Eles intensificaram bastante esse processo, pois estas igrejas trabalham um projeto político que é o mesmo do governo, do capital. Foi uma situação de bastante ansiedade para a gente, tanto que no mês de julho/2020 reunimos o Conselho e

decidimos voltar, porque o estrago é muito grande. Os garimpeiros no território do povo Munduruku não pararam, continuaram provocando tragédia e até expulsaram a polícia federal do território. Os Yanomami enfrentam situações terríveis em Roraima na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, há problemas no Mato Grosso, no Maranhão, ou seja, foi uma avalanche de ameaças que agravou bastante a situação destas comunidades. Para nós foi um impacto terrível não poder estar junto com eles/as. Agora a gente retoma com todos os cuidados por conta da pandemia, mas sabemos da necessidade de em muitas situações começar do zero, identificar quais são os estragos, pois foram dois anos. Fizemos o esforço para manter o contato pessoal, mas ele não é suficiente. No primeiro momento, atendeu a nossa vigilância, mas não foi suficiente por conta do divisionismo que foi implantado na comunidade. **Até o acesso à vacina foi complicado.**

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Apesar de termos várias iniciativas neste sentido de uma atuação em rede, eu considero que ainda temos dificuldades. É claro que o Brasil é grande e há uma necessidade de articulação melhor nesta área de direitos humanos. O CIMI participa do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), são muitas ações, muitas iniciativas, mas às vezes nos dá impressão de que estas iniciativas não se juntam e isso nos enfraquece. Acho que há necessidade de articulação de uma rede sem extrapolar as autonomias dos respectivos movimentos, das instituições, mas é importante qualificarmos este diálogo e termos como meta o nosso objetivo principal que é quem está na base.

Precisamos focar mais na base, precisamos ver como vamos voltar para este elemento mais direto, mais essencial, mais fundamental.

Portanto, acho que temos muito que conversar, temos que deixar de lado certas individualidades e especificidades e trabalhar o que nos fortalece. Deixar de lado o que nos enfraquece porque o inimigo é um para todos, é o grande capital que está destruindo a natureza, a solidariedade entre os seres humanos, a perspectiva de coletividade, de diversidade. Então temos que nos unir mais numa proposta mais política, não tanto estrutural, não econômica, em termos de vislumbrar mais o que nos une em termos de solidariedade e coletividade e deixarmos de lado algumas divergências que às vezes nos prejudicam.

A gente combate um projeto de morte no campo mais amplo e, às vezes, sem perceber, estamos fortalecendo o projeto no micro, nas nossas organizações.

Elisety Veiga Maia

Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (PA)



Sou Elisety Veiga Maia, do estado do Pará, tenho formação em História, sou educadora popular, trabalho em vários projetos de educação popular com o método Paulo Freire e educação em direitos humanos.

Atualmente milito no Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, com o tema específico sobre a questão do feminismo, a luta pela saúde das mulheres e fortalecimento e defesa dos territórios da Amazônia. Já fui presidenta do Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres do Pará por duas gestões. Sou da equipe do Projeto Educar e Resistir por Direitos Humanos na Amazônia, uma rede de direitos humanos no estado do Pará, coordenada pela Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), da qual sou representante na executiva nacional da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e na coordenação nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH Brasil).



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Vou falar mais de Amazônia, nosso território. Nossa resistência tem sido de muita luta. A gente criou há dois anos a Rede Amazônica de Solidariedade, junto com o pessoal dos conselhos de igrejas, CPT, Cimi, Cedeca, Unipop, MST, Malungo, o pessoal ligado à Abong, para arrecadação de fundos para doação de alimentos para populações indígenas, ribeirinhas, pescadores, quilombolas, LGBTQIA+, mulheres solteiras com filhos. Foi muito importante essa luta de resistência.

O outro grande cenário foi a questão da criminalização. Na região, e principalmente no Pará, continuaram a criminalização e as violações,

mesmo com a pandemia: **vários assassinatos, despejos de assentados/as da reforma agrária, sem contar a questão indígena.** Outra parte do Projeto Educar e Resistir, além da formação, é o acompanhamento de casos, de defesa desses/as trabalhadores/as. É uma rede – MAB, CPT, SDDH, Cedeca – que vem acompanhando essas situações de violação que se agravaram na pandemia com os garimpeiros, sojeiros, os projetos de ocupação da Amazônia. O Pará foi o estado que mais teve desmatamentos, mesmo com o processo da pandemia, como revelam os relatórios oficiais. Isso é muito grave. Além disso, há os alagamentos e os conflitos no Sul, Sudeste e Oeste do Pará.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Temos nos solidarizado cada vez mais. Mesmo com o distanciamento, sem ter todas as pessoas nas instituições, nós não paramos. O que deu para fazer em home office, fizemos, mas continuamos a ir para as regiões porque cada caso violado a gente não deve deixar impune. Nem que seja a denúncia. A gente sabe que são anos e anos de um processo quando se vai à justiça para um caso desses, mas a gente não se cala.

E a rede de solidariedade se fortalece. A SDDH faz parte do Conselho de Segurança Pública – junto com Cedeca, Cedenpa, Movimento de Emaús, CNBB – e ele não parou, não tem se curvado para essas violações cada vez mais sérias. Este último crime (morte de ambientalistas), inclusive, em São Félix, onde foi morta praticamente a família toda é uma coisa muito bárbara.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

No início, aqui no estado do Pará a gente teve vários problemas. Em 2020, quando a pandemia começou, todos os portos foram fechados, principalmente pelas muitas conexões com Amazonas e Amapá. A fronteira ficou fechada e ficamos cerca de seis meses com contato difícil nessa região. A gente sabe que a conexão via internet dificulta; tem áreas onde não pega internet, não pega celular. Este final de semana eu estava em uma região assim, em contato com pescadores que estão lutando para receber o seguro defeso que o governo Bolsonaro não está pagando. Infelizmente, a mídia não divulga essas situações. **A conectividade ficou muito difícil e também por ser algo desconhecido.**

Uma coisa que mudou e nos ajudou foi Belém ter ganhado a prefeitura, com muita luta, com muita resistência depois de 16 anos na mão de dois bandidos.

Tudo que se tinha de direitos humanos aqui na região se acabou: conselhos, estruturas de apoio a mulheres, a negros/as. Bolsonaro investiu muito para a vitória do candidato dele, mas a gente conseguiu recuperar essa prefeitura. Foi uma agenda de direitos humanos de muita importância e isso nos deu um fôlego porque, no primeiro ano da pandemia, foi briga de foice aqui: a prefeitura queria fazer uma coisa, o governo queria outra. A população, os movimentos, as igrejas se articularam e foram para as ruas brigar para ter um governo popular. Isso foi muito importante para em 2021 termos outro cenário na luta e na resistência, para salvaguardar o retorno dos movimentos a debater a questão dos direitos humanos. Foi criada uma Comissão de Direitos Humanos, têm sido articulados os comitês, está se rearticulando o orçamento público com participação popular. **Então, é outra realidade.**

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Fortalecer a resistência é de extrema estratégia política. A gente não tem grandes organizações aqui, nesse campo. A gente tem muitos movimentos, movimento de igreja, organizações de pescadores, quilombolas, mas não temos grandes entidades que têm apoio financeiro. Com essa precariedade no fortalecimento institucional, a gente só avança na estruturação em rede. A SDDH conseguiu, nesse processo, mobilizar recurso e isso foi de extrema importância porque a gente sabe da dificuldade de financiamento, principalmente nessa área.

A gente trabalhava no Projeto Educar fazendo oficinas nas escolas, centros comunitários, fazendo debates sobre direitos humanos, o contraponto para a importância de denunciar as violações. Tivemos muitas chacinas em Belém. O bairro onde a gente é situada foi marcado por duas chacinas. **O tráfico tem permeado.**

Então, o grande desafio para nós é fazer esse debate, por isso a gente está no Conselho de Segurança Pública, nessa resistência, fortalecer esse Conselho para ter pessoas fortalecidas nesse debate. Infelizmente, o Conselho de Defensores/as de Direitos Humanos aqui no Estado do Pará não passa por um bom momento. A gente tem três ferramentas importantes: **o Conselho de Segurança Pública, o Conselho de Defensores/as e as Ouvidorias do Sistema de Segurança Pública e da Defensoria** (que sempre são indicações nossas, pessoas ligadas a esse tema) e a gente sempre aposta nesse fortalecimento. Por conta da pandemia, esses conselhos se reuniram de forma virtual.

Outra estratégia é o Conselho da Mulher e o Conselho de Saúde. Com essa recuperação da prefeitura, o Conselho de Saúde vai fazer sua eleição, depois de vários anos na mão de pessoas

que não discutiam realmente uma política de defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e em contexto de pandemia isso é de extrema importância para nós. Em 2020, quando as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) foram assumidas, estavam fechadas. Só havia duas funcionando na grande Belém. Para os 17 municípios do Marajó, o hospital regional fica a 36 horas. A precariedade de saúde é muito difícil em nossa região e é importante ter uma capital que dê esse suporte. A vitória da coligação PSOL e PT para a prefeitura foi muito importante e, mesmo o governo estadual sendo do PMDB, o filho do Jader, eles acabaram fazendo uma aliança no período da Covid para dar conta de tudo isso.

O fortalecimento dos conselhos, a recuperação dessa estratégia, é importante para que a gente possa monitorar as políticas, ter acesso a esse debate, ter acesso ao financiamento. Nesse período fizemos a conferência de saúde e conferência da mulher e eu tive oportunidade de visitar vários municípios e debater com as prefeituras essa questão. Só em 2020, tivemos 63 feminicídios no estado do Pará. Fizemos debates com as mulheres, reuniões virtuais com elas e o Judiciário; campanhas contra o feminicídio em sete regiões do estado para que as mulheres não se sintam sós nessa luta.

Nesse processo da Covid temos nos reinventado, principalmente em relação à comunicação. Com o Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as, que a gente acompanha aqui pela região em nível nacional, temos feito oficinas sobre mídias, capacitando grupos. Para nós dos direitos humanos tinha aquela história do presencial, então todos os nossos cursos tiveram que ser reinventados. Foi um grande aprendizado e ainda precisa haver continuidade nesse campo. **Tratar da segurança digital por conta da criminalização, abrir fronteiras para esse campo, mas com muita segurança.** Temos o caso de Vargas, advogado das vítimas de Pau D'Arco, que, por conta de algumas gravações, está preso (agora em prisão domiciliar), respondendo a processo como mandante. O próprio defensor sendo criminalizado. Assim como acontece com outros/as. Isso nos entristece, mas a gente continua nessa aliança de que precisamos defender nosso território e, principalmente, a vida. **“Resistir é o primeiro passo”. É nosso lema aqui.**



foto: Michelle Guimarães

Fernando Pigatto

Fórum Nacional de Defesa do Direito Humano à Saúde



Iniciei a participação nos movimentos sociais, na luta por direitos, na década de 1980, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nos grupos de jovens e na Pastoral da Juventude.

No movimento estudantil, fui presidente da União Municipal dos Estudantes Rosarienses e da coordenação geral do DCE em Santa Maria. Em 2008, em Rosário do Sul (RS), comecei a participar do movimento comunitário, presidindo Associação de Moradores, fui secretário geral da União Geral de Vilas e Bairros, entrei na entidade estadual e na Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam). Hoje presido a Federação Gaúcha das Uniões de Associações de Moradores e Entidades Comunitárias (Fegamec), estou diretor de saúde da Conam e a represento, desde 2015, no Conselho Nacional de Saúde (CNS), onde fui eleito presidente em 2018 e reeleito em 2021. Também participo do Fórum Nacional de Defesa do Direito Humano à Saúde, que reúne organizações e movimentos sociais nesta luta.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A pandemia só agravou a retirada de direitos. Tivemos um golpe, em 2016. Uma ruptura que tinha intenção de retornar ao poder os liberais. Não aceitaram o resultado das eleições de 2014 e criaram uma situação para que o golpe fosse dado contra a presidenta Dilma. O que não contavam é que serviriam de alavanca para um governo de extrema direita no país.

Governos liberais retiram direitos. Não é só a política econômica que defende o privado em detrimento do público, os direitos humanos são atacados. Quando uma pessoa não tem habitação e os programas sociais diminuem, as dificuldades do povo aumentam. Saúde é direito humano que também é atacado quando incentivam privatização, desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovam a Emenda Constitucional 95/2016. Isso tem consequência direta no sistema de saúde, na assistência social. Aprovaram reformas como a da previdência e a trabalhista, retiraram muitos direitos.

Chegou a pandemia, estamos vivendo sob um governo de extrema direita, negacionista, anti-ciência, e que tem um projeto de morte. Não é por acaso que investe, por exemplo, na estratégia de imunidade de rebanho, sabendo dos resultados que tem.

É porque sabe que quem vai morrer são as pessoas da população negra, de periferia, pessoas idosas, com comorbidades, mulheres, que para eles são descartáveis; para eles não são vidas, são custos, são números.

O CNS fez um relatório, em parceria com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), executado pela Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH) e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), que é um subsídio de orientação para as organizações da sociedade civil, conselheiros e conselheiras de saúde, elaborado a partir de uma avaliação de pesquisadores/as sobre a atuação e omissão do governo federal na pandemia. O CNS atuou junto à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia no Senado Federal e realizou ações junto à OEA e à ONU e incidências no Congresso Nacional, com a Frente Parlamentar criada após a CPI e com as Comissões de Direitos Humanos e que atuam na área da saúde. O documento de denúncia foi entregue ao Procurador Geral da República e à Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão. Este documento está tendo uma repercussão importante em nível nacional e internacional no campo dos direitos humanos.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Tivemos várias trincheiras de luta para que o golpe não acontecesse e para fazer a resistência. Dá para citar os Fóruns Sociais das Resistências que continuamos realizando. Não paramos de lutar porque sabíamos o que viria pela frente, mas não imaginávamos que teríamos um governo de extrema direita e nem uma pandemia. Quando chega a pandemia, se agrava tudo: retrocessos, perda de direitos, ameaças à democracia e à vida, mas seguimos lutando.

Os movimentos golpistas continuaram cada vez mais explícitos e violentos, vide o último 7 de setembro [de 2021], que pedia o fechamento do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional, a volta do AI-5. Agora há uma tentativa de amenizar esse discurso e essa prática cotidiana de um governo que defende torturador e o período de exceção que vivemos em nosso país; um governo que é referência para a ultra direita no mundo. Então, nossa resistência precisou continuar acontecendo para enfrentarmos a pandemia e o pandemônio, como diz o professor Nicolelis.

O CNS se colocou como uma das trincheiras. **Nós dos movimentos sociais, populares, comunitários, sempre fomos trincheiras, só que tivemos desafios:** a nossa luta é na rua, no contato com as pessoas nas comunidades, nas mobilizações, nas marchas, nos atos públicos, nas ocupações. A gente não pôde fazer durante a pandemia. A gente teve que vir para o mundo virtual onde as pessoas que mais sofrem são as que também têm menos acesso. Precisamos furar a bolha, cavar espaços, inclusive em órgãos de comunicação tradicionais, onde a gente nunca teve espaço. Demos entrevistas, enviamos vídeos, que tiveram repercussão para fazer o enfrentamento da pandemia e a defesa da vida que, ao mesmo tempo, mostravam a força do controle social brasileiro que estava sendo essa trincheira de resistência e de luta não só frente à pandemia, mas ao projeto que está colocando as pessoas e o nosso país em risco.

O CNS foi citado como fonte para notícias mais de 2 mil vezes em 2021. Isso repercute nas instâncias estaduais e municipais e para outros órgãos de controle social que foram atacados e têm uma referência para continuar fazendo a resistência, a luta. Alguns foram completamente destruídos, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) que foi atingido em nível nacional, mas continua atuando nos estados no combate à fome e à miséria que voltaram com força.

Atuamos não apenas defendendo a vacina, mas na realidade das pessoas, sensibilizando, por meio das campanhas de solidariedade, como **“vacina no braço, comida no prato”**. Saúde não é só assistência, é ausência de doenças, é direito de acesso à terra, moradia, educação, cultura. O SUS está na água que a gente bebe, na comida que a gente come e no ar que a gente respira, porque temos as vigilâncias em saúde. O SUS é vida e é por isso que fazemos do SUS um espaço de garantia de direitos, mas também de resistência e, na pandemia, voltou a ser reconhecido como um patrimônio do povo brasileiro e referência para o mundo.

Precisamos interferir fortemente no processo eleitoral que vai acontecer em 2022, fazer constar nos programas de governo os compromissos assumidos, mas avaliar também as trajetórias, pois é muito fácil assinar carta de compromisso e depois rasgar. Precisamos fazer com que as garantias de direitos possam estar nos debates e projetos a serem apresentados no país e nos estados, porque as eleições serão gerais.

A gente precisa trabalhar muito com formação. Temos vários projetos no CNS e resultados muito importantes nessa área. Precisamos, cada vez mais, atuar na ponta, nas comunidades ou voltar a fazer (quem parou). Intensificar a relação com o povo; ouvir, mais do que falar; sentir o que as pessoas estão sentindo. É acolher, estar junto, para garantir que vamos transformar nosso país num país melhor, o mundo num mundo melhor. Estamos observando a questão das vacinas, uma desigualdade muito grande. A campanha “vacina no braço, comida no prato” tem que ser mundial, garantir para todas as pessoas.

Retiram dinheiro para precarizar o SUS e as pessoas defenderem a sua privatização. É como acontece com as estradas: deixam esburacar para motoristas pedirem pedágio. Mas, na saúde, os “buracos” são vidas tiradas de nós. Por isso, precisamos defender o SUS como sistema público, de qualidade, universal, integral, com equidade, que cada vez tenha mais recursos para atender melhor as pessoas, que seja mais defendido e reconhecido do que é.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Quando se fala em direitos humanos, geralmente vem à mente quem defende a população carcerária, a comunidade LGBTQIA+, as populações negra, quilombola, ribeirinha e em situação de rua, ou seja, as populações que são mais atacadas e que, inclusive, sofreram os efeitos da pandemia porque ela não é igual para todas as pessoas. Hoje temos ataques a quem atua na comunicação, no controle social. **Tivemos um decreto presidencial no início de 2019 (Decreto Federal n. 9.759/2019) que extinguiu centenas de órgãos colegiados em nosso país, que garantiam direitos.** Nunca tivemos tantos ataques ao meio ambiente e perseguição às pessoas que atuam nessa área. Também quem atua na luta por terra e moradia é perseguido. A resistência deve ser para a gente não perder mais direitos e vidas. Devemos lutar para reverter tudo isso.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Precisamos atuar cada vez mais em rede, fortalecer as redes. Logo que saiu o Decreto Federal n. 9.759/2019, a gente se posicionou. Disseram: **“o CNS não foi atingido, não extinguiram o conselho, não mudaram a composição”**. Mas nós nos sentimos atingidos porque outros Conselhos também são Conselhos de direitos e, por isso, a gente buscou, inclusive, se aproximar mais do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Conanda) e de outros, nos unimos mais. Fazemos parte da Comissão Especial do CNDH que trata da participação social e tivemos a iniciativa do documento de denúncia internacional sobre o que aconteceu no Brasil na pandemia (referido acima). Precisamos continuar pensando estratégias. A atuação dos conselhos em rede é uma delas e, para além disso, o fortalecimento de frentes: Brasil Popular, Povo Sem Medo, Frente pela Vida (constituída durante a pandemia).

A gente precisa olhar para frente. Amanhã vai ser outro dia – tema da 17ª Conferência Nacional de Saúde – e estamos construindo este amanhã todos os dias, com o esperar de Paulo Freire. É nisso que a gente acredita e por isso continuamos lutando, com brilho no olho. Vamos virar esta página triste da história, como fizemos lá atrás, e lutaremos para que nunca mais aconteça. Por isso que acreditamos em relações construídas, por exemplo, com a Abong, o MNDH, e as diversas organizações que atuam no Projeto Sementes, que temos orgulho de ter, seja via Conam, seja via CNS, seja como cidadão. Eu tenho muita alegria de ter essa partilha de lutas e sonhos comuns que nos mantêm vivos/as.

Agradeço, continuo à disposição e acredito no lema do Fórum Social Mundial: **Um outro mundo é possível. Continuo acreditando que ninguém solta a mão de ninguém. Continuo acreditando em vários temas, poemas, músicas que nos inspiram todos os dias.** E é assim que a gente deve continuar. Um forte abraSUS. Sigamos. **Venceremos!**



Getúlio Vargas Junior

Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam)



Sou Getúlio Vargas Junior, presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam).

Atuo no movimento comunitário desde os anos 2000. Fui diretor da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa) por várias gestões e também da Federação Gaúcha das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias. Participo da Conam como conselheiro desde 2005 e como presidente desde 2017. Representando a Conam atualmente no Conselho Nacional de Saúde (CNS), sou coordenador adjunto da Comissão de Financiamento e Orçamento do CNS e, desde 2020, assumi uma cadeira de

suplente no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), onde coordeno as Comissões do Direito à Cidade (motivo pelo qual entrei no CNDH) e da Alimentação Adequada e co-coordenando a Comissão de Direitos Humanos e Pandemia, uma comissão que não recebe demandas, mas está fazendo todo o estudo das violações de direitos humanos vinculadas ao enfrentamento da pandemia.

Essa representação no CNDH não é só da Conam. Foi um bloco de construção de todas as entidades urbanas passando por ONGs, Fórum Nacional da Reforma Urbana (do qual faço parte da coordenação) e da Campanha Despejo Zero, da qual faço parte do grupo

facilitador. Nos últimos anos, a minha vida tem sido de representar a Conam e ter estado com profundidade nesses temas do direito à moradia, da luta contra o despejo e do direito à cidade. Os temas da saúde e do direito à cidade têm sido o foco de atuação da Conam nesse último período e, como presidente da entidade, eu não posso deixar de acompanhar esses temas que são tão caros para a sociedade e que se refletem em cerca de 20 mil associações de moradores que atuam no país, organizadas pela Conam, pelas federações estaduais e municipais filiadas.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) fez dois relatórios, um para a Organização dos Estados Americanos (OEA), outro para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia no Senado Federal, registrando todas as violações de direitos humanos que foram diagnosticadas nesse processo. Na primeira reunião com a OEA, dois fatos chocaram os relatores. Primeiro, as ameaças de despejos (e muitas se consolidaram) – se por um lado diziam “fiquem em casa”, por outro lado aconteciam os despejos, uma das violências mais graves. O segundo foi que o orçamento de 2021 foi menor que o orçamento de 2020 (que já não era suficiente) em R\$ 40 bilhões. Isso se reflete na questão da fome, da saúde e é transversal a todas as políticas.

A Emenda Constitucional 95/2016, que não foi flexibilizada nem durante a pandemia, acabou sendo o proibitivo em investimentos minimamente necessários para enfrentar a pandemia. A Frente Direitos Valem Mais a cada ano produz notas técnicas exigindo os valores mínimos necessários para garantir o financiamento do conjunto das políticas sociais e revelou que o recurso do ano de 2020 para a saúde era de R\$ 40 bilhões, ficou igual em 2021; para assistência social ficou um déficit de R\$ 80 bilhões; para segurança alimentar

precisamos de mais R\$ 12 bilhões. **Ao olhar para quaisquer áreas das políticas sociais há uma desidratação.** Quando não há investimento nas políticas sociais, isso penaliza a garantia dos direitos humanos, impossibilitando que o povo tenha o mínimo necessário nessas áreas essenciais.

Houve a criminalização, violências. O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por exemplo, a cada posicionamento firme recebia ataques a si e à sua família. Retaliações que sofre por exercer o controle social. Advogados e lideranças que denunciavam os despejos e remoções foram coagidos pela polícia, como o “Dito”, um dos coordenadores da Campanha Despejo Zero, que foi intimado para depor porque estava fazendo o seu papel de advogado popular. E isso ocorre num momento em que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF) orientava a suspensão dos despejos durante a pandemia. Neste contexto de resistência e luta, quem mais lutou foi mais agredido. Só quem é pai, mãe, negro/a, sabe como entra, mas não sabe como sai de uma delegacia. Muita resistência por um lado, mas indignação por outro. **A criminalização é histórica para defensores/as de direitos humanos.**

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Em 2020, percebemos muitas redes de solidariedade e o auxílio emergencial de 600 reais, nos primeiros meses, segurou um pouco a pressão em relação à fome nas comunidades. Mas 2021 foi o período mais duro, com mais mortes; a atividade econômica não podia acontecer em razão da baixa imunização, pessoas não podiam trabalhar; o auxílio emergencial reduziu drasticamente. Foi um ano de fome, de muita dificuldade, 100 mil pessoas morreram num intervalo de 30/60 dias. Mesmo os/as lutadores/as por direitos humanos foram

vítimas, não somos uma ilha. Com a sobrecarga do Sistema Único de Saúde (SUS), quem tinha doenças crônicas, comorbidades, protelou o tratamento. Então, muitos/as lutadores/as, lideranças, se foram não exatamente pela pandemia, mas por outras causas.

Além disso, vidas poderiam ter sido salvas. A pandemia não criou uma crise no Brasil, não criou a falta de financiamento, de violações contra defensores/as de direitos humanos, mas aprofundou ainda mais este tipo de violência.

Quando uma pessoa morre, quando uma família passa fome, ela bate é na porta da liderança comunitária. Há uma desilusão com a política em geral, então é preciso um processo de mobilização, de sensibilização. Se aprofundou a divisão: um campo que tem esperança, um campo que está desiludido; isso está em todo lugar, inclusive na periferia.

Há um sentimento de desalento nas bases, especialmente onde não há trabalho de base.

A pandemia nos distanciou: **assim como teve muita solidariedade, teve menos ações no sentido formativo, educativo; variou muito de território para território.** Muitas organizações se reorganizaram, por outro lado, aumentou a perseguição e a repressão por parte do Estado e, em alguns estados, a polícia e a milícia se confundem. Independentemente do governo estadual e municipal, quando não há política de atendimento social, alternativas para os/as jovens, os problemas estão entrelaçados.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação** dos/as defensores/as de direitos humanos?

Dependendo da área, alguns lutadores/as foram mais expostos que outros/as. A Campanha Despejo Zero é um exemplo. Lançada em 2020, articulou uma ação nacional, inspirada numa aliança internacional, com a presença de vários movimentos nacionais de luta pela moradia, de redes como o Fórum Nacional de Reforma Urbana, o BrCidades e diversas ONGs de atuação mais locais. Conseguiu-se dar uma marca nacional para uma ação que era local, também articulando com os movimentos camponeses. Hoje há espaços no CNDH para incluir os dados da Campanha Despejo Zero – remoções, violações, ameaças. São 80 remoções e despejos que foram evitados e 11 mil famílias conseguiram seu local para morar graças à Campanha e a sua inserção nos conselhos, como o CNDH. A pandemia serviu para que esses/as lutadores/as se organizassem em torno de uma única bandeira. Ajudou a constituir um caldo de luta para as próximas lutas e resistências.

Por outro lado, a pandemia permitiu ver outras violências, **como os ataques virtuais e presenciais** aos funcionários da saúde e à militância da Campanha Despejo Zero.

No Senado, latifundiários senadores fizeram propaganda contra evitar os despejos vendendo narrativas falsas. A especulação imobiliária faz um forte ataque a quem luta pelo direito à moradia; tudo vira mercadoria e os interesses econômicos em detrimento dos direitos sociais. Todas as formas de mercantilizar os direitos eles tentam: tentaram alterar os artigos 182 e 183 do Estatuto da Cidade para que a propriedade volte a ser absoluta. **Se eles acreditam na cidade mercadoria, nós acreditamos que cidade é vida.**

Com a pandemia, muita gente deixou o plano de saúde privado e 70% da população brasileira tem só o SUS como programa de saúde. Então, se tivesse o censo (que foi também cancelado), com certeza estes dados do SUS iriam saltar de 70 para 80%. A Campanha Despejo Zero é um exemplo do coletivo acima do eu, do local com o nacional estar acima dos egos. Há uma política de higienização nas periferias e, com a ajuda das milícias, há um extermínio. Existem lideranças que não podem falar sobre violência para não se exporem. A única solução para contrapor essa violência é aumentar o cinturão social: criar oportunidade de emprego, impedir que caiam no tráfico, ofertar políticas sociais.



Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

A Conam é uma rede, uma confederação nacional, que se junta às confederações estaduais, às confederações municipais e associações de moradores que estão na ponta. Isso é uma rede, se reflete na saúde; a Campanha Despejo Zero está se refletindo em redes. Para ilustrar, em 2021, as duas Comissões do CNDH que mais receberam denúncias foram a Comissão da Terra e a Comissão do Direito à Cidade, a maioria denúncia de despejos. Então o principal tema da CNDH em 2021 foram os despejos, pois este campo estava organizado para acionar as denúncias.

A fragilização das políticas sociais sobrecarregou o CNS e o CNDH. Então, **é importante fortalecer os movimentos sociais, constituir um fórum, uma plenária de defensores e defensoras de direitos humanos**. Nós temos até o mosaico de organizações muito próximo do CNDH por conta das eleições do conselho, mas o conselho é pequeno para abarcar tantas organizações.

Assim como ter outras iniciativas como o Despejo Zero, pois aproxima uma diversidade que vai além do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Assim como a luta dos direitos humanos é mais que a Plataforma DhESCA ou o MNDH. **Há que somar os dois, porque ambos têm redes fortes, pujantes, cada uma com suas características.**

Talvez uma rede que consiga um mote, que unifique as pessoas pelos direitos humanos, consiga fazer uma rede forte que articule os movimentos de direitos humanos, cada um dentro da sua luta, com pautas que unifiquem, que não tenham um dono, sem suprimir a identidade, mas focando no que unifica. Nosso desafio é transformar as denúncias em incidência, em documentos, em políticas públicas, em recomendações, usar todo esse caldo, toda essa musculatura para mudar a realidade, se debruçar em transformar.

Gianfranco Graziolla

Pastoral Carcerária Nacional



**Sou Pe. Gianfranco Graziolla,
Missionário da Consolata.**

Minha atuação com direitos humanos vem de longe, do final dos anos 80, em Portugal, mas se concretizou e fortaleceu praticamente nos anos 2000, quando cheguei ao Brasil, em 2001, em Roraima, atuando com os povos indígenas e depois com as Pastorais Sociais, onde fui coordenador, e do Centro de Migrações e Direitos Humanos – CMDH da diocese, ligado ao Movimento Nacional de Direitos Humanos. Participei de encontros nacionais e também falei e escrevi sobre este tema.

Desde começo de 2015, estou na coordenação nacional da Pastoral Carcerária. Tortura, escravidão, temas que têm a ver com os direitos dos seres humanos e da atuação neste campo fazem parte, juntamente com a questão da cidadania. Direitos humanos para mim é uma questão de cidadania, defesa da essência do ser humano.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

O contexto é bastante desafiador quando falamos de direitos humanos e de Pastoral Carcerária e ainda mais no contexto da pandemia porque, já antes, nós tínhamos sérias dificuldades com os direitos humanos. Muitos pensam que é só no governo atual, mas a coisa vem de antes e a gente lutou contra isso, a gente falou que isso era voltar a uma ditadura, uma ditocracia (ditadura da democracia) que, não importa o governo que está, viola os direitos humanos, as convenções contra a tortura, os direitos da casa comum, da ecologia integral.

Não temos direito a uma saúde de qualidade para que a coletividade possa enfrentar esta pandemia. Tanto com o negacionismo que é estrutural, com uma situação de tortura estrutural

quando se nega às pessoas a saúde ou quando se fazem propostas indecentes como fez o Presidente da República com o uso da hidroxicloroquina. Muitas mortes que tivemos, provavelmente, se devem a isso, o que é uma violação do direito de escolha, do direito à vida. E é mais grave quando não só o Presidente da república, mas todos os poderes do estado violaram o direito do povo a ter uma saúde de qualidade.

A ciência nos disse que, se queremos ter vida, temos que dar passos em certos sentidos: meio ambiente, a questão do lixo, tratamento das águas etc. A pandemia veio agravar as violações dos direitos humanos dos povos nativos.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

As lutas são ímpares. Frei Beto, quando estava no governo Lula, disse: “nós estamos no governo, mas estamos longe de estar no poder”. E nós vimos isso quando o Fome Zero foi totalmente desvirtuado por questões políticas e de alianças. Nós nos iludimos de que um governo de esquerda pudesse dar uma guinada e não fomos atentos à situação política do momento, sobretudo quando se tratou do segundo mandato do presidente Lula. Uma das coisas que precisamos fazer hoje é uma análise de conjuntura e procurar junto a associações, movimentos, organizações, algo que possa ajudar a defender a cidadania e os próprios direitos humanos, pois hoje temos fundamentalismos, polarizações.

Como sociedade, temos que reorganizar e dar espaço para novas lideranças, seja ao nível das organizações, seja da própria Igreja Católica. Continuamos com a cabeça nos anos 70, com saudosismos e a cultura hoje é de mudanças extremas. Os direitos humanos exigem de nós uma atualização e reflexão, acolhendo o novo que está nas nossas juventudes porque parece que as juventudes são um empecilho. Também o movimento Laudato Si que tem um homem [Papa Francisco] que está fazendo 85 anos e está dizendo: não se acomodem, não fiquem no sofá, vamos!

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19** na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?

Não pensemos que a pandemia tem passado de uma forma leve dentro do presídio, embora, no início, se dissesse que o cárcere seria fechado para que a doença não entrasse. Isso foi uma ilusão porque o cárcere é fonte de doenças e a doença é tortura, violação de direitos humanos. Há pessoas que entram sadias e saem com transtornos mentais, dependentes químicos, várias doenças que adquirem e ficam para toda vida. A pandemia veio acentuar o que já existia. E uma coisa que sempre nos preocupou é a falta de informações, de transparência desse sistema. Aquilo que é considerada sua falência é uma estratégia perfeita para manter as pessoas aprisionadas e excluídas da sociedade e para continuar a alimentar a cadeia do crime. Tivemos também certo número de pessoas mortas entre os presos, assim como funcionários, por causa da Covid.

Para defensores/as, a pandemia nos acuou. Alguns tiveram Covid, com alguns falecimentos e tudo isso nos afetou muito. Agora, acho que

devemos começar a olhar os direitos humanos não tanto como algo extraordinário, mas como a vida do dia a dia, a práxis, o motor que alimenta a nossa corresponsabilidade em todos os campos: social, político, do bem comum e isso tem que nos ajudar também a incidir muito mais nas opções de condução da nossa nação, que é continental, e dos estados locais.

A Covid nos conscientizou de que nem direitos humanos nem as realidades voltarão a ser como antes. A Covid veio nos dizer: **procurem percorrer trilhas novas para poder vislumbrar Um Outro Mundo Possível**, aquele que nós teoricamente ou poeticamente temos na cabeça. Isso se concretiza não com receitas, mas com a procura cotidiana, a caminhada de tantas pessoas. Infelizmente, muitos dos nossos afetos, pessoas significativas, se foram e isso nos diz que direitos humanos não é teoria. Se temos os direitos humanos, nós vivemos. Contrariamente, nos tornamos inimigos uns dos outros: o outro é meu adversário, e não o diferente que me enriquece, me faz entender outro prisma da vida.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Participei da formação A Vida por Um Fio, promovida pela Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), juntamente com outras pastorais. Isso está se revelando importante porque a pandemia veio fazer que a gente desse mais atenção ao território no qual vivemos, ao regional, ao particular. Estávamos andando muito no nacional (não que não seja importante). Isso nos fez criar essa rede de apoio que tem uma formação concreta, tem defensores/as de direitos humanos

e tem também o apoio que é dado hoje por essas redes que estamos usando, sem deixar a importância do encontro presencial que tem todo um aspecto de calor humano que é único. Essas redes sociais vieram nos ajudar a construir redes, a nos formar na atenção e atuação em defesa dos direitos humanos e dos seus defensores e defensoras. Porque, às vezes, não temos consciência do risco que corremos, sobretudo quando estamos nas realidades concretas, na base do dia a dia.



A rede se constrói na escuta atenta de todos os participantes, das várias organizações se apoiando no que é essencial. Deixar de lado picuinhas que parecem importantes, mas não são.

O que é fundamental é o direito dos povos à autodeterminação, a questão das minorias, da terra, das reformas. Nisso temos que ir com força e quanto mais nos unimos e nos entrelaçamos construindo redes, pressionando e aprofundando, isso nos faz crescer, nos dá mais força. Os povos indígenas nos ensinam isso: cada povo tem sua visão holística da realidade e das mudanças, mas quando têm que enfrentar o que chamam de inimigo, a onça, eles vão juntos. Um pode ser quebrado, mas um grupo que está unido não se verga.

As redes são essenciais para fortalecer quem está na ponta e protegê-los dos ataques dos inimigos dos direitos humanos. São ataques violentos, ferozes e, se não tem uma retaguarda boa, podem levar à derrota e a mortes que se podem evitar.

Papa Francisco nos diz que estamos em uma crise global, ecológica, política, de humanidade e o grande desafio é não nos deixarmos abater, não nos deixarmos vencer, mas procurar caminhos. Deste momento de crise, de não encontrar caminhos fáceis e imediatos, pode nascer um broto novo que nos dá uma humanidade mais irmã, mais humana em todos os direitos, do bem-viver, como dizem os povos indígenas, de uma Terra sem males onde o direito de todos, de todas e da casa comum é respeitado.

Givânia Silva

Coordenação Nacional de
Articulação de Quilombos (Conaq)



**Sou Givânia Silva, quilombola
de Conceição das Crioulas.**

Sou da Coordenação Nacional
de Articulação Quilombola
(Conaq) desde seu nascedouro.
Sou professora, pesquisadora,
atualmente em sala de aula no
quilombo e também atuando
junto a comunidades
quilombolas do Brasil, com foco
agora um pouco mais nas
questões de gênero e educação.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Primeiro precisamos fazer uma discussão sobre direitos humanos no Brasil. Temos uma longa trajetória em defesa dos direitos humanos, mas, em algum momento, parece que fazemos uma espécie de seleção de quem são esses/as humanos portadores/as dessa defesa. **No caso das comunidades quilombolas, ficamos muito tempo por nossa própria conta, haja vista que somente a Constituição Federal de 88 nos reconheceu como sujeitos de direitos, passando a poder reivindicá-los.** Efetivamente, não fazíamos parte deste universo da defesa dos direitos humanos, mesmo sabendo que a autodefesa sempre foi feita por nós, desde quando fomos capturados/as no continente africano, até os dias de hoje.

Em momentos tensos, como o da pandemia, normalmente os/as mais vulnerabilizados/as são sempre os/as que já são os/as mais

vulnerabilizados/as mesmo. No nosso caso, a pandemia rapidamente entrou nas comunidades, a gente não teve uma política de governo, nem sequer o registro dos/as que contraíram o vírus, dos/as que perderam a vida. Isso tudo foi feito pelo movimento quilombola, com apoio de outras organizações de direitos humanos nessa rede que a Conaq tem atuado.

Na pandemia nós tivemos muito mais apoio das organizações da sociedade civil, negras e não negras, do que mesmo do Estado enquanto responsável pela política pública. Mas é preciso dizer que a violação de direitos humanos nas comunidades quilombolas não começa e nem termina na pandemia. O quadro já estava posto e o que a pandemia fez foi aprofundar e evidenciar ainda mais essas violações que já são estruturadas a partir do racismo e estão aí há muitos séculos.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Foi pela luta. Quem sobreviveu, sobreviveu por si. Até hoje as medidas apresentadas como necessárias à prevenção da Covid foram negadas pelo governo, então os movimentos tiveram que se reinventar e fazer políticas públicas: pensar nas comunidades que produziam e não tinham mais para quem vender; nas pessoas que não tinham mais alimentos; naqueles/as que estavam distantes e a vinda para a cidade seria uma possibilidade real de encontro com a pandemia e como produzir máscaras e álcool em gel e fazer chegar; monitorar para saber quantos/as contraíram a doença e quantos/as morreram; depois entrar com ação no Supremo Tribunal Federal, ganhar e começar a monitorar a vacinação da população quilombola.

Criamos uma rede de pesquisadores/as quilombolas que chegaram a mais de 400 comunidades no Brasil, alcançando mais de 300 municípios, entrevistando e dialogando com quase 200 mil pessoas em cada uma das rodadas que a rede fez para entender como essa vacina chegou, já que não tem uma política de controle, não tem uma coordenação da política nacional e isso se reflete nos estados e municípios.

Os movimentos sociais tiveram que criar suas próprias estratégias de sobrevivência na pandemia porque, a partir dos governos, isso não existiu. Quem está preocupado com a garantia dos direitos humanos são os movimentos sociais. **Não tem governo, não tem sistema de justiça.**

Como a gente costuma dizer: estamos num mato sem cachorro. Quem tem sido âncora desse debate, desse enfrentamento são os movimentos sociais – os tradicionais e outras formas de ajuntamento, de aquilombamento, que se geraram a partir da pandemia. Por exemplo, a Coalizão Negra por Direitos, uma junção de organizações da sociedade civil negras já estava instalada quando a pandemia chegou, mas ela tomou uma dimensão e assumiu uma pauta estruturadora tanto nacional quanto internacional: desde fazer campanha de alimentos, máscaras e álcool em gel, às denúncias e aos enfrentamentos. Estão sendo os movimentos sociais que, por meio das suas pautas, têm tentado minimizar os efeitos da pandemia, embora em algum momento a nossa capacidade não alcance, como fazer chegar vacina mais cedo no Brasil e talvez impedir que metade das pessoas tivesse perdido suas vidas.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

A pandemia aprofundou os problemas que já tínhamos para todo mundo. Mas, no caso de defensores e defensoras de direitos humanos, isso se complicou muito mais. O fato de a gente não ter condições de se deslocar; muitas instituições fechadas; tudo acontecer só por via de internet (muitas e muitos dos nossos sequer têm energia, imagine internet); a forma de fazer incidência era se deslocando a algum lugar, o que não pôde ser feito. **Quando a gente pensa nas novas tecnologias, a gente tem uma ideia de que todo mundo está no mesmo patamar, e não está.** Muitos/as quilombolas ficaram sem auxílio emergencial porque não tinham energia, internet, ou o aplicativo, ou não dava para tirar o documento no tempo exigido. Essas são os/as invisíveis da sociedade e vão continuar invisibilizados/as.

Essa é uma questão importante e precisamos falar dela fazendo essas observações porque muitos/as dos/as defensores e defensoras de direitos humanos que, inclusive, são anônimos, ficaram impedidos de fazer suas ações porque não dispõem dessas condições de ligar uma câmera e dialogar. A situação piorou e a violência só aumentou. É um quadro geral, haja vista outros eixos de violação que a gente viu que a pandemia ajudou em muito para aumentar.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Não vejo outra saída para nós que não seja a atuação em rede. Eu aprendi muito cedo, acho que nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a questão das varinhas: uma vara é fácil de torar, mas se há muitas varas fica difícil de quebrar. O que fez efeito, o que vem dando resultado, apesar de a gente não ter alcançado o todo – e ninguém consegue – foi a atuação em rede. Cada vez mais há necessidade de sairmos das nossas caixinhas, de deixarmos de demarcar os temas. Todas/os nós podemos atuar na pauta de gênero. Eu tenho feito questão de dizer que as pessoas brancas têm obrigação de atuar no combate ao racismo porque ele é um mal da sociedade e, portanto, é obrigação de todo mundo.

Nessa atuação em rede, a gente precisa não só fortalecer esses laços e abrir mão das nossas caixinhas individualizadas, mas precisa também pensar estrategicamente quais são os indicadores que têm promovido maior número de desigualdade e acho que nenhum brasileiro tem dúvida em relação às questões de gênero e de raça que estruturam as desigualdades em nosso país. Além de manter e ampliar, precisamos entender que um tema como gênero, por exemplo, mil organizações podem trabalhar e vai ter sempre questões para todo mundo trabalhar e fortalecer essa atuação em rede cada vez mais.

Gostaria de fazer uma provocação sobre como estamos no Brasil, a forma como se aproxima para nós o ano de 2022 e como o tema dos direitos humanos precisa ser encarado seriamente e discutido na sociedade, sobretudo com aqueles/as que pleiteiam vagas de representação no Parlamento ou nos Executivos nacional e estaduais. **Não é possível mais que a gente possa achar que nossa luta em defesa dos direitos humanos, das questões de gênero, raça e classe vai andar se a gente continuar elegendo pessoas contrárias a todas essas pautas.** Então, era esse recado que eu queria deixar: que esse tema fosse um dos estruturadores do debate, da incidência política e da atuação das organizações da sociedade civil em defesa dos direitos humanos em que cada vez mais se faz necessária a atuação em rede.

Heliana Hemetério

Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)



Sou carioca, formada em História, tenho pós-graduação nas questões de gênero e raça pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Comecei minha militância na década de 1980, no Instituto de Pesquisa de Culturas Negras, no movimento negro. Mais tarde, comecei a militar somente nas questões de gênero e raça junto ao Fórum de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Participei do primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988; do encontro estadual, também no Rio e fui aprendendo o que é realmente o racismo. Venho de uma família intelectual negra, filha e neta de professores, bisneta do primeiro professor negro no Rio a dar aula no colégio militar do Instituto de Educação D. Pedro II, professor Hemetério dos Santos, abolicionista, sobre quem há uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado. Comecei a participar do movimento porque a questão racista já existe em minha vida. O fato de eu ser uma mulher lésbica faz com que eu me aproxime do movimento LGBT, com outras lésbicas negras, e do movimento feminista, na década de 1990. Em 1996 participei do primeiro seminário nacional de lésbicas; em 1999 fui convidada para coordenar um projeto no

Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ). Hoje, minha militância é voltada para as questões de gênero, raça e sexualidade. Tenho toda minha militância entre mulheres negras, com prioridade para lésbicas negras, trazendo também o debate das questões de gênero para as mulheres bissexuais e travestis negras.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Com muita resistência!

A população mais atingida pela pandemia foi a população negra, as mulheres negras. **E entre as mulheres negras, é claro que estão as bissexuais, lésbicas e trans, que nunca são colocadas.** A campanha de ajuda humanitária para as mulheres que estavam desempregadas, nas periferias, em momento algum fez o recorte das identidades de gênero e das orientações sexuais. Só se colocavam mulheres negras, com filhos, desempregadas, mas não se colocava que

entre aquelas mulheres negras existiam lésbicas que são mães, avós, chefes de família, responsáveis por filhos, sobrinhos/as, mães. As mulheres trans, então, foram ignoradas, abandonadas. Todas as campanhas de ajuda para elas, que estavam sem poder realizar seu trabalho como trabalhadoras do sexo foram feitas pelas próprias mulheres trans ou por ONGs LGBTQIA+. Ninguém falou também das prostitutas e nós que somos do movimento sabemos que elas têm famílias e é o trabalho delas que as sustenta. **É uma sociedade que se comporta o tempo inteiro de maneira heteronormativa.**

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Eu queria ser bem otimista, mas não consigo.

Estamos tentando fazer ver a importância dos direitos humanos para todos/as. Mas quem são todos/as? Sempre foi muito difícil para a população entender esse trabalho de promover os direitos humanos por causa do mote absurdo de que direitos humanos é direito de bandido. Precisamos mudar o discurso. Quando falo em direitos humanos em espaços onde as pessoas não têm compreensão digo que não é para bandido: **é alimentação, saúde, saneamento, vida sexual saudável etc.**

Promover e garantir direitos humanos está cada vez mais difícil. Hoje se vê os incêndios de casas indígenas, de espaços de agricultura familiar. Se faz a queixa, mas não se resolve nada, não se prende ninguém, não se condena ninguém e nós continuamos à mercê. Não consigo ver ainda a garantia dos direitos humanos. Consigo ver a nossa luta, que a gente não abandona.

As políticas de direitos humanos não têm equidade. Na questão racial, estamos pautados no genocídio, mas como abrir a pauta para a população negra, nos seus diversos recortes? Temos uma indiferença enorme em relação às pessoas que sofrem de capacitismo. Dentre as mulheres, tem as que são cadeirantes, com problemas de visão, e suas dificuldades não são colocadas.

Então, se imagina o que sofre uma mulher pobre, preta, cadeirante, cega, usando muletas ou com deficiências mentais?

Uma mulher negra, como eu, pensa na questão racial, no recorte de orientação, de gênero. Uma feminista branca vai pautar os direitos sexuais e reprodutivos, a liberação do aborto (que é uma preocupação de todas nós) como uma questão de direito. E eu vou falar sobre a morte das mulheres pobres por aborto como uma questão de justiça reprodutiva que é um conceito criado por mulheres negras: não basta ter o direito à reprodução, tenho que ter condições de reproduzir, condições financeiras para dar a vivência ao/à meu/minha filho/a.

O feminicídio diminuiu entre mulheres brancas e aumentou entre mulheres negras, é porque o racismo está ali. E falo das lésbicas assassinadas, da violência doméstica contra lésbicas, do “estupro corretivo” que não aparece entre mulheres brancas, mas entre as mulheres negras. O transfeminicídio não é colocado nas estatísticas do feminicídio e isso é uma transfobia do movimento feminista e do movimento de mulheres.

Precisamos também pensar que a importância dos direitos **não é levada em consideração nem pela direita nem pela esquerda.**

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

A sensação de impotência que nós, defensores e defensoras, estamos enfrentando há algum tempo por conta do governo foi aprofundada pela pandemia. Sou da Junta Diretiva da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e temos tido reuniões sobre as questões da América Latina, a ofensiva da extrema direita, a perseguição de defensores/as em El Salvador, defensores/as desaparecidos/as na Colômbia, o Chile com um candidato de extrema direita – que felizmente perdeu a eleição. E o Brasil com um discurso totalmente de direita, a população pobre e periférica se envolvendo nas igrejas neopentecostais referendando esse discurso, sem perceber.

Todo dia se fala que o racismo sustenta o capitalismo e nós, mulheres negras, sustentamos essa sociedade. **O racismo, hoje, é a luta mais séria que nós temos.** Nós, mulheres negras, estamos atentas, em luta, e não vamos recuar, mas temos também uma série de coisas entre nós.

Como vamos falar com as companheiras neopentecostais que estão referendando este governo e que não têm conhecimento? Como vou dizer para uma companheira da periferia que a igreja que fica com o filho dela naquele espaço de segurança para que ela vá trabalhar é a mesma que oferece resignação para que ela não tenha noção dos direitos humanos, da vida indigna que ela vive, sem saneamento, sem escola, um posto de saúde que atende de maneira diferenciada de outra unidade que está em um bairro melhor?

Nesse momento da pandemia, a maior preocupação é o emprego. Há pessoas passando fome. Aqui em Curitiba, um homem estava distribuindo ossos para as pessoas fazerem sopa e vem um infeliz e começa a vender o osso a R\$ 10,00 o quilo. **A exploração da miséria, uma sociedade totalmente desumanizada.** As pandemias são cíclicas e ninguém melhorou nada, nem vai melhorar, e isso me angustia muito.



foto: Michelle Guimarães



Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

A gente necessita de articulação cada vez maior e relações fortalecidas entre redes. **A gente trabalha raça e gênero e tem que trabalhar classe.** Os movimentos têm que estar juntos nas lutas, as pautas precisam ser interseccionais. Nós, mulheres negras, chamávamos de tripla, quádrupla discriminação, quando se acrescentava a questão da orientação, da religiosidade. Hoje se chama interseccionalidade, que é importantíssima para fortalecimento de uma unidade de pauta. Mas, é preciso que a gente olhe para dentro e veja até onde pode ir. Não vai adiantar eu ser uma feminista maravilhosa na luta pelo aborto, contra o feminicídio, se não dou conta do meu racismo introjetado e não consigo ver a mulher negra e seu papel na construção desse feminismo e dessa equidade.

Hoje estamos com homens e mulheres negros na academia, lésbicas brancas fazendo mestrado e doutorado; falando com quem, para quem? **Toda dissertação e tese deveriam ter uma sinopse para distribuição popular para que todos/as tomassem conhecimento.** E também a renovação desses textos. Tem muitas jovens fazendo dissertações excelentes e a gente fica pensando nas outras, nas midiáticas. Estou falando de novos quadros, com novas análises.

A gente tem que aprender a falar com jovens, escutá-los/as. Eles/as reclamam de nós e em parte eles/as têm razão.

Nossa luta enquanto defensora de direitos vai continuar sempre, mas a gente não vai esmorecer. Sou uma pessoa otimista, acredito no poder das mulheres. Quando esta sociedade voltar a ser matriarcal, nós conseguiremos chegar pelo menos próximo da equanimidade. Não acredito nesta sociedade patriarcal: a história do mundo está aí para a gente entender que os homens brigam pelo poder. O entendimento dos homens a respeito da vida é que fará a grande mudança no sentido de perceberem que este comportamento não os leva a nada, a não ser a grandes momentos de briga e morte.

Eu não considero a possibilidade do mundo se reconstruir se não for pelas mulheres. Eu acho que é por isso que todas as culturas, sejam ocidentais ou orientais, nos colocam na subalternidade e algumas querem nos exterminar de verdade. Não haverá possibilidade de um mundo com equanimidade se ele não voltar para a mão das mulheres. **Não acredito no poder dos homens para a paz e equanimidade no mundo.**

lêda Leal

Movimento Negro Unificado (MNU)



Sou lêda Leal, uma mulher de 56 anos, mãe de quatro meninas e avó de uma menina chamada Luara. Atuo no movimento negro desde 1985.

Atuei, antes da minha entrada para o Movimento Negro Unificado (MNU), no movimento estudantil, fui líder dos centros cívico e acadêmico no ensino fundamental e no ensino médio, na organização da nossa pauta à época. Sou formada em Pedagogia, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino e também alfabetizadora. O método Paulo Freire me ajudou a atuar na educação. Hoje eu sou sindicalista, ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação por conta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), onde sou tesoureira. Sou secretária de comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Goiás

e coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que tem 44 anos de muita resistência e luta contra o racismo. Neste momento estou em Goiânia e a minha atuação é também dentro do sindicato, elaborando as lutas contra o racismo em todos os locais que atuo, que vivo. Sou uma mulher forjada na luta, na perspectiva de Luíza Bairros e Lélia Gonzalez.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Acredito – e tenho visto – que as violações aos direitos humanos no Brasil tomam fôlego.

Assistimos e somos testemunhas de alguém que se elegera com uma bandeira da morte. Isso nos alertou para nos juntar, nos somar e nos organizar para viver. O país se uniu por conta da miséria e da fome, estarecido com a possibilidade de a gente ter uma pessoa que tem aversão à vida e ao cuidado com as pessoas. **Todos/as estamos muito feridos/as por causa das mortes, a falta de cuidado do Estado brasileiro.**

Em lugar da responsabilidade de uma pessoa que deveria cuidar da nossa saúde, educação, do país, veio à tona o desprezo. Essa pandemia deu conta de nos unir e entender que precisamos cuidar de algo que possa parecer com aquilo que pensamos: um país livre de alguém que não goste da vida, das pessoas, de proteger. A pandemia trouxe muitas tragédias, mas trouxe para nós também a possibilidade de unidade na ação para que a gente possa fazer com que nossos direitos sejam bem respeitados.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Nós, definitivamente, temos uma possibilidade gigante. A gente tem um envolvimento muito emocional, dos papéis que a gente lê, dos marcos legais que a gente estuda, do que a gente propõe para a sociedade. Então, essa vontade de nos defender criou uma aliança contra os desmandos do Estado. Isso aumentou à medida que vimos nossas cidades, os estados, o país, o mundo se organizando para isso. Essa luta sofreu e sofre muitos ataques da direita irresponsável, egoísta, daqueles que não querem dividir, que acham que os bens materiais são só para uns, que acham que a comida não deve ser repartida, que torcem o nariz quando veem a população dormindo debaixo das marquises. Temos que cultivar mais em nós a vontade de nos proteger dos genocidas que se espalham pelo mundo.

Na sua avaliação, quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?

Tem uma coisa muito bacana para nós que atuamos em defesa da vida. Nós nos alertamos de que precisamos engajar mais pessoas, trazer mais pessoas para esse local do cuidado da vida. E isso nos deu também a possibilidade de pensar nas nossas vidas. Por mais que a gente corra muitos riscos, porque a gente defende o cuidado, a proteção às pessoas, nós nos alertamos que as nossas vidas também são importantes. A luta pelas vidas dos/as outros/as no momento em que a gente percebe que tem uma orquestração contra a população mais pobre, negros/as, mulheres, LGBTQIA+, fez com que tivéssemos o senso de justiça mais aguçado no sentido de nos proteger.

A gente tanto pediu proteção para todo mundo, mas chega um momento em que a gente olha para todos os lados e vê que as pessoas estão morrendo pelo descaso do Estado. Esse impacto que se abateu sobre os/as defensores/as é assustador. **O medo da morte, concretamente.** A morte sendo organizada pelo Estado, por esse governo genocida. Isso deu um alerta para os nossos cuidados para que a gente pudesse trabalhar uma possibilidade de aumentar as lentes da visão para compreender a importância de cada um/a no seu local e de nos mantermos vivos, vivas, para poder continuar defendendo vidas.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

A grande tarefa nossa é nos manter vivas e vivos. **Mas precisamos conhecer mais a legislação, divulgar mais os marcos legais que regem as relações humanas neste país e as outras relações que não estão escritas, fortalecer esse laço de humanidade, do/a outro/a ser responsável pelo/a outro/a no sentido da gente criar essa unidade.** Poder falar e ser ouvido/a em todos os espaços. Precisamos cultivar mais isso dentro das escolas, espaço fundamental para a gente criar pessoas com potencial para defensores/as públicos dos direitos humanos.

Precisamos continuar desmentindo os violadores, começar a exigir a punição, prender os violadores. A punição deve ser um dos marcos: não temos como abrir mão de que essas pessoas que atentam contra nossas vidas, contra nossos direitos de falar, de ir e vir, de existir como nós somos sejam interrompidas e tiradas de circulação. **Precisamos conversar mais, tramar mais e aprender: cursos de formação, rodas de conversa de formação política,** com identidade, com pertencimento racial, com a possibilidade de as pessoas se reconhecerem racialmente e também enquanto mulheres, enquanto parte fundamental na construção de um país melhor. É preciso que isso seja amplamente divulgado e realizada entre nós a conversa de que somos importantes. Brotar em cada um/a a responsabilidade pela vida do/a outro/a. Precisamos partir para mais convencimentos e, para isso, é preciso estudar, ler, elaborar, ter a comunicação do nosso lado, investigar, punir os crimes contra o ser humano. Mas precisamos entender esse ser humano, apoiar esses seres humanos na busca pela sabedoria de saber viver melhor.

Toda vez que se troca uma data [ano] por outra, ela precisa ser muito bem saboreada por nós, que estamos vivos e vivas. **Precisamos garantir que a gente possa atravessar essa tragédia** que assola

nosso país, a falta de responsabilidade do Estado com a população e a gente fazer, definitivamente, um combinado entre nós: nós vamos querer, somente, para nos representar nos espaços de poder pessoas que gostem de viver, gostem da vida e de gente. Essas pessoas que gostam de cuidar do/a outro/a precisam ser colocadas nas câmaras municipais, nas prefeituras, nos governos, na Presidência da República para a gente poder garantir que nosso país será gerenciado por pessoas que gostam da gente, que admiram as pessoas, que querem fazer o bem, que querem contar e recontar as histórias de luta do nosso povo.

A gente precisa aprender com os nossos/as mais velhos/as, com a população que veio escravizada, do berço da humanidade, a população negra que foi brutalmente arrancada do continente africano para o Brasil e que trouxe o sentido da coletividade. Precisamos usar, de forma muito correta, o que Zumbi e Dandara nos deixaram como legado: a possibilidade da convivência numa sociedade onde todos/as são respeitados/as, ouvidos/as, têm deveres e têm direitos, onde a percepção da vida de cada um/a seja olhada de forma individual, mas coletivizada para dar sentido para nossa relação humana. Viva Zumbi dos Palmares! Viva Dandara! Precisamos ter essa pegada da constituição coletiva e do olhar nos olhos do/a outro/a, com felicidade e dizer que o/a outro/a é também parte da minha vida e, por isso, defendo a vida, a natureza, as manifestações, a diversidade, a pluralidade. É assim que precisamos dar sentido para nossas vidas neste planeta, no Brasil, aqui em Goiânia.

Agradeço a possibilidade de ter dado uma contribuição pequena daquilo que eu faço porque eu gosto das pessoas, gosto de viver, gosto de lutar para que as pessoas possam ter mais direitos. **Esse é um pouco o significado da minha existência.**

Islândia Costa

Associação Vida Brasil



Sou Islândia Costa, mulher negra, tenho 53 anos e estou na Associação Vida Brasil, uma organização não-governamental que tem sede em Salvador.

Sou sócia fundadora, estou desde o início, em 1996. Estou no programa de acessibilidade, direitos das pessoas com deficiência e políticas públicas. Também faço parte da coordenação colegiada.

A Vida Brasil atua no campo dos direitos humanos, ligada à questão de crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência, população negra. As questões de direitos humanos acabam sendo bem interligadas. Eu sempre costumo pensar que a minha vinculação é de vida porque acredito que as pessoas que estão na militância entram nisso porque se identificam por suas histórias de vida também. O fato de ser uma mulher negra, de vir de família pobre, de bairro periférico legitima a participação e isso faz parte da vida da gente. Eu costumo brincar que eu sou uma mulher da vida, da Vida Brasil.

Falar da Associação também faz parte do meu percurso. Sou arquiteta e urbanista. São 25 anos de organização e mais 50 e poucos anos da minha vida com essas reflexões e essa militância. A Vida Brasil tem um peso (ou uma leveza) muito grande na minha vida e uma de suas características muito fortes é que ela trabalha em rede e a gente sempre priorizou essa participação em rede porque entende que o coletivo pode mudar a realidade, agregar conhecimentos na busca dos direitos.

Essa é uma luta também da minha vida porque foi através do coletivo que eu me senti mais forte. Nossa ideia é de também contribuir no fortalecimento desses espaços coletivos porque é uma retroalimentação disseminar muitas práticas e conhecimentos. Trabalhar nesse sentido nos fortalece e nos traz um bem-viver.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

O período da pandemia trouxe um quadro de agravamento na defesa dos direitos humanos, não só no Brasil, mas no mundo inteiro; impactou muito fortemente sobre as economias, as relações geopolíticas, como também as relações sociais de forma geral. Sobretudo, ela aumentou e colocou uma lupa bem grande sobre as desigualdades e uma das consequências mais graves foi que ela atingiu as populações mais vulneráveis, como sempre acontece historicamente.

E, nas organizações, trouxe o desafio da sustentabilidade. Nós sempre enfrentamos dificuldades, mas vieram desafios novos. Houve muitas violações na questão ambiental perpetradas por agentes públicos; restrição dos espaços democráticos, como os conselhos; as políticas públicas foram retaliadas; usurpação de terra indígena; violência policial; genocídio da juventude negra; feminicídio; abusos. Parecia um furacão e num contexto de governo totalitário. Vimos as pessoas com deficiência sofrerem bastante, presas em suas casas; a violência sexual contra meninas e mulheres negras e com deficiência aumentou porque as pessoas ficaram mais reclusas, a pobreza aumentou. É um contexto às vezes desesperador, ao passo que

mostra que também somos fortes; e essa força é sentida na atuação do coletivo. A gente teve que se organizar de novas formas porque o virtual foi um novo e difícil desafio por conta do contexto governamental. Recurso reduzido, isolamento social criaram novas barreiras para a gente, mas conseguimos nos reunir e nos refazer rapidamente em torno de novas demandas e da emergência pela vida. Grande parte das ações foi para garantir alimentos, mas a partir daí começamos a pensar em estratégias criativas para fortalecer as bases. Por exemplo, fazer as cestas junto a organizações da agricultura familiar e pensar nas cooperativas que vão costurar as máscaras foi um dos caminhos possíveis. Então, foi muito bonita essa forma como a gente, organicamente, se reuniu, se refez e conseguiu ter resiliência. **É uma lição dolorosa, mas importante.**

Salvar vidas leva a uma rápida articulação em torno dos meios de comunicação virtual, principalmente. Em pouco tempo as organizações conseguiram realizar ações de formas criativas, resilientes e sustentáveis. Até por conta da exclusão digital, nem todo mundo tem acesso, **mas quem conhece suas bases tem meios de chegar, através da comunicação boca a boca.**

Como avalia as lutas **pela promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

Avalio de uma forma muito positiva porque foi num contexto difícil. A luta é constante. As organizações, as pessoas estão “acostumadas” a esses enfrentamentos. Existe a limitação por conta de tudo isso, mas eu avalio que houve também uma forte coesão por conta das dificuldades, **uma reorganização de uma forma muito positiva e muito bonita.**

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Quando a gente começa a pensar nesses impactos, vem muita coisa negativa. Houve, realmente, uma fragilização das organizações e uma coisa que marca muito é a perda de pessoas, de representantes. Isso foi o que mais impactou. O isolamento das pessoas e o contexto político também. **Outra coisa foi o impacto sobre nossa saúde mental**, porque é uma das maiores torturas que podemos sofrer: a perda de pessoas queridas, de pessoas da resistência, contexto de violência, de isolamento. Imagine isso tudo para uma pessoa com deficiência, cega, que mora sozinha; para uma pessoa idosa; para uma mãe chefe de família, negra, sem emprego.

Poucas pessoas conseguiram fazer seus trabalhos à distância, o que aumenta a exclusão; as pessoas ficaram com medo de morrer, de ficar doentes ou trazerem a doença para seus familiares; o medo do desemprego, da fome, da violência.

Tudo isso afetou a saúde mental dos/as brasileiros, principalmente da população mais pobre que não tem condição nem de comer, ainda mais fazer terapia; isso é muito grave e gera mais pobreza e exclusão.

Mas há impactos positivos, a população acostumada na luta. Pode perder uma batalha, mas a guerra continua: há uma capacidade de se reinventar, de resistir, mesmo em meio a esse caos. Resistir é criar – como foi o lema do Fórum Social Mundial – e se há um acordo para que a gente morra, a gente está acordando para viver. A gente tem resistido e vamos conseguir reverter o quadro, mesmo com muitas cicatrizes depois.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

A Vida Brasil está envolvida em várias frentes de defesa dos direitos humanos e da democracia, até em diversos cargos e articulações: na vice-presidência do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência; na presidência do CONSEA/BA; no MNDH, na suplência do Grupo Tortura Nunca Mais; no Conselho Internacional do FSM representando o Coletivo Baiano. A gente não está só e o fato de estarmos em um coletivo e de pensar nesses direitos de forma conjunta faz com que a gente mude a realidade.

Mas nós precisamos de melhores condições para trabalhar para que possamos preservar nossa saúde física e mental. A pandemia aumentou nossa carga de trabalho, com muitas funções, poucos recursos financeiros e um desgaste físico e mental muito grande.

Temos que continuar na busca de recursos financeiros para as organizações, bem como, para a melhoria da vida das pessoas que estão trabalhando. Tentar buscar ideias, projetos, para fortalecer as organizações mais vulneráveis que não possuem estrutura, na maioria das vezes não tem nem um computador, internet ou sede.

Outra questão é melhorar a comunicação com as novas mídias, que foi um dos desafios que nos deparamos na pandemia; a gente se deparou com a questão da exclusão digital também.

É necessário reciclar, fazer cursos. Mas, não ficar focado só na mídia digital; continuar trabalhando essa comunicação falada, com as organizações de base e ajudar a buscar novos recursos midiáticos porque o mundo caminha nesse sentido.

Outra coisa importante é fortalecer também a proteção popular dos/as defensores/as com órgãos oficiais como o Ministério Público, a Defensoria Pública. Fortalecer esses órgãos e eles também intensificarem as ações porque têm recursos destinados para isso. Precisamos trabalhar em cooperação com essas redes de órgãos oficiais, fortalecer essas parcerias até para tirar um pouco a carga sobre as organizações, as suas lideranças.

Eu acredito muito – apesar de estar tudo tão difícil, parecendo que nos leva a uma perspectiva pessimista – que tudo pode ser mudado e nós já estamos vivendo esta mudança, mesmo dentro desse contexto, porque conseguimos resistir e estamos ainda construindo. Os/as militantes, as pessoas que estão na resistência estão de parabéns. Muita gente fala que no Brasil só tem corrupção, mas nós estamos aí para provar que não. Estamos aqui desde que nos entendemos como gente, na resistência das mulheres negras, dos indígenas, das pessoas com deficiência, das nossas organizações. **Vamos continuar sendo brasileiros e brasileiras em busca de um país em que a gente tenha justiça social, que seja espelho do que pensamos e temos nas nossas organizações.** Agradecer por esta entrevista que nos fez dar uma parada e refletir, na coordenação da Vida Brasil, falar sobre nós, sobre o contexto é muito importante. Eu me construí muito neste caminho de 25 anos e ainda quero continuar me construindo. Vamos continuar. Sucesso para nós e ELE NÃO!

Jonas Valente

Coalizão Direitos na Rede



Meu nome é Jonas Valente, sou jornalista, resido em Brasília e milito no campo do direito humano à comunicação.

É uma atuação que eu faço desde o movimento estudantil e atualmente integro o Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (Lapcom), que é um grupo de pesquisa, mas, ao mesmo tempo, tem uma atuação nesse campo, tanto individualmente quanto por meio da Coalizão Direitos na Rede que é a principal rede de organizações da sociedade civil na área da comunicação, especialmente no campo da internet.

Essa tem sido a minha atuação no que a gente chama de movimento de comunicação, que discute o direito humano à comunicação. Um termo mais recente que vem sendo trabalhado é direitos digitais, uma ideia de compreender não somente o direito humano à comunicação, mas outros direitos relacionados às tecnologias digitais.



Como avalia **a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

No caso das comunicações, a gente teve uma intensificação do uso das tecnologias digitais, a gente vê isso em tudo. Ou seja, com o isolamento social, as pessoas tiveram que usar as plataformas, as tecnologias digitais para atividades de trabalho, para quem ficou no trabalho em casa; para educação (as universidades e as escolas passaram a dar aulas à distância); para interagir (as pessoas passaram a ter que se “encontrar” por meio das plataformas de vídeo).

E isso escancarou o problema das grandes desigualdades, não somente da quantidade dos acessos (**a gente tem hoje, no Brasil, 20% da população que não tem nenhum acesso à internet**), mas também da qualidade desses acessos, já que, mais ou menos, **6 em cada 10 brasileiros têm acesso somente pelo celular** e, quanto têm acesso somente pelo celular, ficam reféns da franquia, que é o modelo que a gente tem no Brasil. Então você contrata X giga, quando ele acaba, isso é bloqueado ou você fica somente com o que é chamado de serviços grátis.

Então, para o movimento de comunicação, a pandemia significou uma intensificação de uma série de processos e agendas de luta. **A gente pode falar também na proteção de dados**, já que durante a pandemia começaram a surgir diversas iniciativas de aplicativos para identificar pessoas infectadas. Esse foi um debate muito grande tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual; vários governos estaduais também fizeram isso.

E outro ponto que é bastante importante e tem estado na agenda é a discussão sobre o discurso online e, especificamente, sobre a desinformação que é um problema antigo, mas ressurgiu nos últimos anos potencializado pela internet e pelas plataformas digitais. **Na pandemia a gente viu o surgimento de uma pandemia específica da desinformação sobre o tema do corona vírus**, que é o que os jornalistas e as organizações internacionais chamam de infodemia. Então, todas essas agendas surgiram de forma muito intensa para o movimento de comunicação e eu me envolvi nessas discussões juntamente com diversos outros colegas e diversas outras organizações.

Como avalia as lutas **pela promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

A organização da sociedade civil, assim como todas as atividades, também sofreu com a pandemia porque a gente perdeu a presencialidade física e isso impactou a questão das reuniões. As pessoas tiveram que ir para as reuniões nas plataformas de vídeo, isso gerou um surgimento de lives e muitas vezes uma estafa pela realização de muitas reuniões. Então, esse é um primeiro ponto: como os movimentos se organizaram utilizando essas tecnologias. Um segundo ponto é no debate com a sociedade: o uso muito grande de lives também gerou um excesso (tanto que a gente não tem mais em 2021, 2022, a quantidade de lives que a gente tinha em 2020). Passou a ser uma atividade muito forte, e as redes sociais passaram a ser cada vez mais utilizadas para esse contato com a população que o movimento de direitos humanos faz.

Teve um impacto também na incidência, já que a gente perdeu a possibilidade de estar presencialmente no Congresso, nos parlamentos, nos governos e isso também passou a ter que ser feito à distância. Isso não significa que a incidência diminuiu: ela mudou de perfil, a gente fez campanhas de incidência muito fortes em relação a diversos projetos de lei sobre regulação de plataformas, acesso à internet, iniciativas do governo federal. E, no caso do Congresso, especialmente sob o comando do Arthur Lyra, que vem sendo uma gestão bastante problemática e conservadora, a gente tem a dificuldade de não poder estar ali de perto pressionando os parlamentares.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Eu acho que trouxe um impacto na forma de fazer a luta. **Primeiro na forma de como a gente se organiza, como a gente interage, tudo sendo muito mediado pelas plataformas digitais, pelo uso de aplicativos, redes sociais...**

É uma coisa que já existia, mas que passou a ser quase que exclusiva a partir da pandemia, sejam as interações por meio dos grupos, assíncronos, sejam as interações das reuniões, síncronas. Então, houve esse primeiro impacto na organização, houve um impacto nas atividades, não só dos/as defensores/as como de suas organizações: as atividades político-organizativas, de formação, de organização e muitos movimentos com pessoas que não necessariamente estavam acostumadas ao uso dessas tecnologias tiveram que, de uma maneira quase a fórceps, entender como usá-las.

Por um lado, para parte dos/as defensores/as, isso foi mais tranquilo, especialmente para aqueles que já utilizavam isso, mas para outros/as não. **A gente tem defensores/as de direitos humanos de diferentes perfis, diferentes gerações, diferentes cidades, de diferentes condições de acesso.** Se a gente pensa em movimentos sociais do campo, movimentos sociais da periferia, de pessoas que dependem de uma franquia, não têm internet fixa, então para essa pessoa participar de uma série de reuniões, isso significa que ela tem que medir com o que ela vai gastar a franquia dela. Então você passou a ter um impacto nas condições das pessoas inclusive militares.

E, por fim, outro aspecto é como os/as defensores/as de direitos humanos, no âmbito da sua luta, dialogam, incidem, mobilizam o público-alvo, a base das suas ações. Tudo também mediado pelas plataformas, já que a capacidade de contato físico estava restrita.



Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Em primeiro lugar, para os movimentos de direitos humanos, existe esse cenário, que a gente achava que 2022 seria um cenário de pós-pandemia e a avalanche da variante ômicron mostrou que não. Então, a primeira coisa é que não saímos da pandemia. E o movimento de direitos humanos tem que seguir nas lutas relacionadas à pandemia.

A luta pelo direito à saúde, pelo direito à renda – e aí tem toda a discussão de quais são as políticas sociais pra esse momento, de qual é a recuperação econômica e social que se deseja. Então, há toda uma agenda política que precisa ser feita para isso.

Segundo, em relação às formas de fazer luta, um ponto muito importante é que o movimento de direitos humanos – e os movimentos dos diferentes direitos humanos – consigam **refletir mais criticamente sobre o uso dessas tecnologias. Elas não são neutras** e, inclusive, ascenderam as empresas detentoras especialmente das grandes plataformas, como é o caso de Google, Facebook, Apple, Microsoft, que são, inclusive, grandes atores políticos, não somente atores econômicos. E o que a gente vê, infelizmente, são muitos movimentos de direitos humanos que, por conta da necessidade, acabam adotando aquelas tecnologias que estão mais próximas, estão disponíveis, sem ter uma percepção e uma discussão sobre o que implica utilizar esse conjunto de tecnologias, que, independentemente da continuidade da pandemia ou não, vão continuar sendo utilizadas e, durante a pandemia, são utilizadas cada vez mais intensamente.

Isso implica em reforçar posições de mercado monopolistas desses grupos, **isso implica repassar dados e, para defensores de direitos humanos, repassar dados é uma questão crítica** porque isso pode ser usado depois tanto na perseguição de forças de segurança quanto no uso inclusive pelos seus opositores. Se o movimento de direitos humanos ambientalista, por exemplo, está passando dados e esses dados vão para uma empresa que depois pode comercializá-los ou comercializar o acesso a esses dados para uma empresa que destrói o meio ambiente, no fundo a gente está alimentando uma máquina que é empregada pelos inimigos dos direitos humanos, pelos violadores dos direitos humanos.

Então, uma dica fundamental é: a agenda do uso das tecnologias digitais e da comunicação precisa ser uma preocupação transversal.

Eu sempre digo que a gente precisa aprender com o movimento feminista, com o movimento negro, com o movimento LGBTQIA+ que, corretamente, transformaram suas agendas em preocupações transversais de todos os movimentos sociais. Eu não estou querendo aqui igualar o tema, eu só quero dizer que a ideia de que esse tema está presente, independentemente de qual é o movimento, e que ele é uma preocupação que precisa ser incorporada pelos movimentos de direitos humanos como um todo. O movimento de comunicação – Lapcom, Coalizão Direitos na Rede – já têm essas reflexões amadurecidas e, inclusive, iniciativas de formação e o que a gente precisa fazer é amplificar o diálogo entre quem já está fazendo esses debates e a ABONG, as redes de organizações de direitos humanos, para que a gente possa disseminar essa discussão entre mais organizações.

Júlio Barbosa

Conselho Nacional das Populações Extrativistas



Eu sou Júlio Barbosa, morador da Reserva Chico Mendes, nasci aqui no Acre, em Xapuri, nos seringais.

Sou militante do movimento sindical há muitos anos. Ainda jovem, comecei a minha militância no movimento sindical, o início da minha luta se deu nas Comunidades Eclesiais de Base e depois se deu no movimento sindical. Entrei na luta do movimento sindical muito em razão das lutas que eu tinha aqui, já fazia parte dos movimentos que atuam aqui na região. Sou fundador nacional do Conselho Nacional das Populações Extrativistas através do Grupo de Trabalho Amazônico e sou presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (pela segunda vez). Já fui prefeito aqui na minha cidade de Xapuri por dois mandatos e também sou presidente da Associação dos Moradores da Área de Reserva do Xapuri que é a Associação Concessionária da Reserva Xapuri. Esta é a minha história.

A nossa luta socioambiental e também em defesa dos direitos humanos está muito ligada à resistência pela permanência de nossa categoria em nosso habitat e sua floresta. Então, nossa luta foi sempre em defesa do território, do território que chamamos de uso coletivo, de uso comum, que são as reservas extrativistas, as RDS's (reservas de desenvolvimento sustentável), os projetos de assentamento agroextrativista.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Eu acho que foi o momento mais doloroso que passamos na nossa história. Primeiro que a pandemia veio e ninguém estava esperando, pelo menos nenhum ser humano no mundo estava preparado para enfrentar uma pandemia dessas. Nós fomos convivendo com ela pela necessidade de resistir, de sobreviver. Aqui em nossa região, na Amazônia, no Acre, em Xapuri, especificamente, a gente não fazia empate [método de luta baseado em formas pacíficas de resistência, criado pelos seringueiros, para impedir o desmatamento] porque achava bonito; a gente fazia empate porque havia necessidade, para fazer a defesa do espaço de vida, da nossa floresta, do nosso ambiente, de onde nossas famílias retiravam o sustento para sobreviver. O empate foi um instrumento usado para isso, porque era uma situação muito grave para nós.

A pandemia não foi muito diferente. Ela foi muito cruel, porque atingiu a saúde, a vida de milhares dos nossos amigos e parentes. Ela fez também com que se fosse obrigado ao isolamento, ao distanciamento muito grande e isso fez com que a gente passasse a não se reunir; quando reunia era de forma virtual e a reunião virtual tem um público seletivo. Falo da categoria a que pertencemos que tem sua grande maioria que mora nas florestas e onde não tem sequer telefone, imagine internet. **Na medida em que essa população não se reunia mais, então nossos territórios passaram a ficar muito vulneráveis e foi aí que de fato prevaleceu a frase tão famosa do ano passado que foi “abrir a porteira para a boiada passar”.**

Na medida em que a pandemia se espalhava, na medida em que a população não podia se reunir, as estratégias do governo atual foram de investir contra os territórios de uso coletivo, contra as conquistas do povo, a ocupação secular da Amazônia, conquistas dos assentamentos. Então essa história para abrir a porteira para a boiada passar de fato foi muito forte dentro dos nossos territórios. E isso afeta não só a sobrevivência dessa população como também a segurança.

Nós passamos a viver um processo de insegurança muito forte sem saber qual seria o futuro dos nossos territórios com um governo investindo no Congresso Nacional, apresentando propostas para que fossem desmontados todos os instrumentos jurídicos que foram construídos ao longo de toda uma luta de resistência. E, ao mesmo tempo, investia através de suas redes sociais nos infratores que adoram cometer ilegalidades no Brasil, principalmente quando se trata de ocupação da terra. Então, esse processo de insegurança aconteceu de forma muito violenta para nós.

Mas, como nós temos movimentos, é muito forte a articulação dos movimentos socioambientais no Brasil todo e até fora do Brasil e algumas vozes “pingadas” no Congresso Nacional, nós conseguimos resistir. E digo que conseguimos resistir porque já estamos atravessando essa situação que nós estávamos enfrentando nessa pandemia. Foi muito difícil, mas tenho absoluta certeza que vamos atravessar e vamos sair muito mais fortes do que quando entramos nessa pandemia.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Chico Mendes transmitiu esta mensagem para todos nós de que a nossa luta precisava ter primeiro um trabalho de conscientização e convencimento do nosso povo, mas precisava ser uma luta que precisávamos construir muitos/as aliados/as junto conosco. Então, para enfrentar este problema, se estivermos sozinhos/as, nós, os/as extrativistas, os povos das florestas, sozinhos/as, nós não alcançaremos muito resultado. **Mas se nós estivemos unidos/as, vamos alcançar os resultados que de fato nós almejamos.**

Na sua avaliação, quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?

Eu acho que no caso dos nossos territórios não afetou tão profundamente a questão da escassez de alimentos porque a nossa população produz seus alimentos, mas mesmo assim afetou algumas comunidades com escassez de alimentos e esse tem sido um problema e continua sendo um problema que ainda estamos enfrentando.

Para defensores e defensoras fica uma insegurança muito forte.

Estas pessoas ficam expostas diante de ameaças porque os infratores se acham donos da verdade, se acham capazes de resolver tudo, inclusive através da força bruta e isso tem sido muito difícil.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

O que fizemos muito agora foi retomar a articulação dos povos das florestas, a primeira coisa que acho que é mais importante. Hoje nós estamos envolvendo não só os/as extrativistas, como os povos indígenas, mas também outros segmentos que são defensores/as dessa causa dos direitos humanos, dessa causa da defesa da sociobiodiversidade. E o nosso objetivo, a nossa intenção, a nossa estratégia é cada vez mais fortalecer este movimento de participação, de integração, entre todos os segmentos que defendem a causa dos direitos humanos, que defendem os/as defensores/as de direitos humanos, mas que defendem também a causa socioambiental.

Eu acho que estamos vivendo um momento muito delicado. Temos algumas questões muito sérias que nós temos que levar em consideração, mas eu acho que o nosso grande problema hoje é a gente enfrentar esta política genocida do governo federal, não só em relação à pandemia, mas a tudo que se refere aos direitos dos povos. E nós estamos vivendo aqui na nossa região,

na Amazônia, com essa situação com um governo que a todo momento tenta destruir todo um legado que foi construído ao longo de nossa história.

Por isso, não tem outro caminho para a gente fortalecer a luta e que aqueles/as defensores/as dos direitos humanos sejam protegidos/as e que seus sonhos sejam realmente realizados **a não ser a gente ficar muito unificado, muito fortalecido, com todos os segmentos de defensores dessa causa.** Eu queria colocar isso como uma grande responsabilidade nossa, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, da Aliança dos Povos da Floresta, de que nos só alcançaremos êxito e só conseguiremos enfrentar essa política tão desastrosa que existe hoje no Brasil se a gente estiver unidos/as, fortalecidos/as, construindo redes entre nós. Isso eu queria colocar como uma questão importante para o fortalecimento da nossa luta para garantir a defesa dos/as defensores/as de direitos humanos, principalmente aqueles/as que moram na floresta.

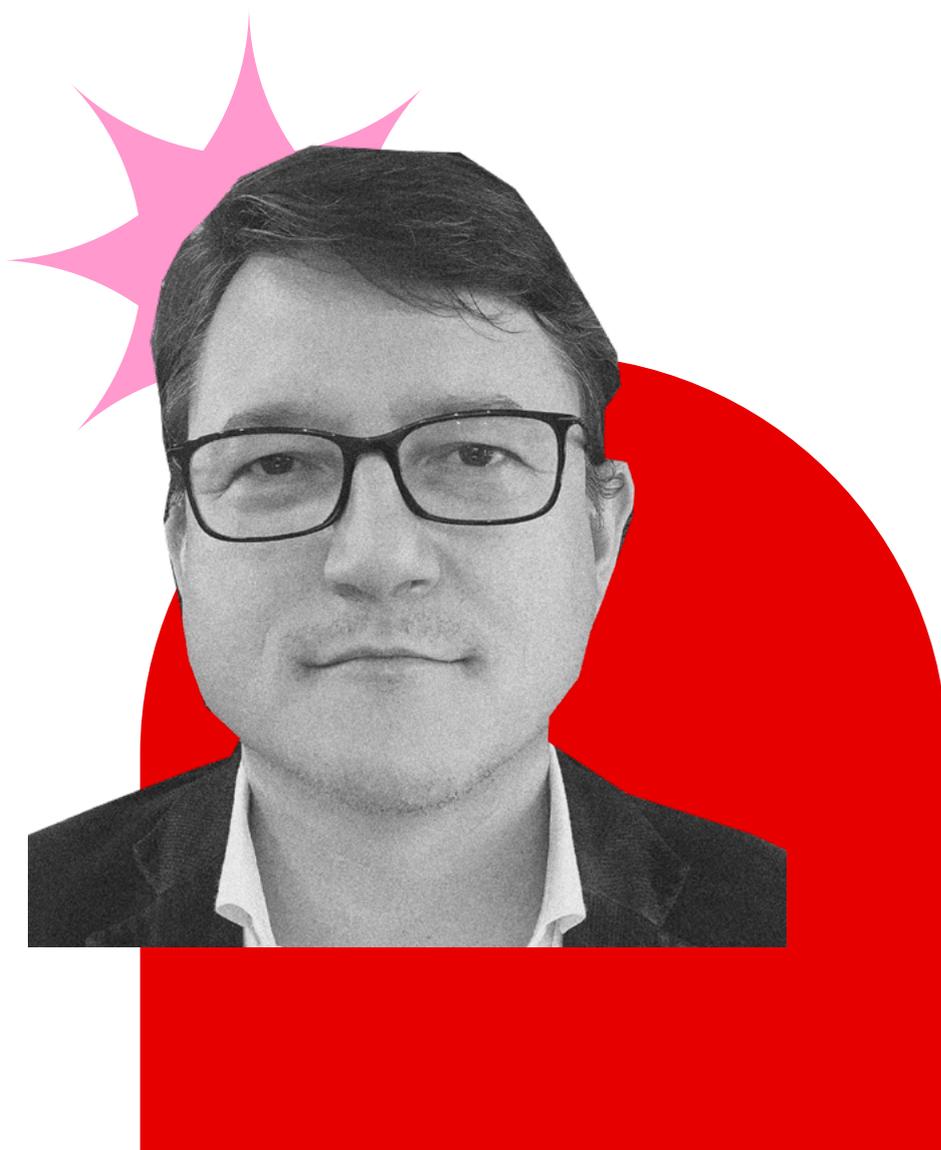
Leandro Gaspar Scalabrin

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)



Meu nome é Leandro Gaspar Scalabrin, sou advogado popular, participo do Coletivo de Direitos Humanos do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, que também faz parte da Via Campesina e representando a Via no Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Também como advogado de um quilombo aqui no Rio Grande do Sul, acampamentos do MST, ocupações de luta pela moradia MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Sou um defensor de direitos humanos.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Tem sido uma luta bem difícil por parte das organizações porque a pandemia as impediu de fazer lutas populares que são a principal forma de reivindicar direitos humanos no Brasil e conquistar algumas políticas públicas (o que é mais difícil) e também medidas compensatórias, imediatas. Tem sido um movimento bem difícil do ponto de vista dos movimentos mais organizados e, para aqueles menos organizados, nem se fala. A população tem sofrido muito com a exclusão, com o agravamento das violações de todos os seus direitos: moradia, alimentação, transporte público, educação, assistência social têm ficado mais precários.

Durante a pandemia houve uma piora generalizada dos indicadores e das condições desses direitos. Sem falar nas pautas temáticas: **totalmente paralisadas a reforma agrária e as demarcações de terras indígenas e quilombolas; nenhum novo projeto habitacional; congelamento dos recursos para assistência social, saúde e educação.**

Nós não temos só a pandemia. O Brasil vive uma grave crise institucional desde 2014, quando não foi reconhecido o resultado da eleição por quem perdeu; depois em 2016 veio o impeachment e em 2018 outro golpe que foi impedir, com processos judiciais, o candidato que estava líder nas pesquisas e elegeu o atual governo que a gente enfrenta desde 2019. E nesse novo governo, de 2019 a 2022, a própria democracia tem sido atacada; o Congresso Nacional foi enfraquecido; as instituições totalmente dilapidadas e enfraquecidas; a imprensa, os/as jornalistas atacados/as; os/as defensores/as e as organizações de direitos humanos atacados/as pela sua atuação; entidades proibidas de entrar em prédios públicos para se reunir com o governo, como aconteceu com o MST.

Os próprios direitos humanos foram colocados em questão por este governo. Eu tenho visto como muito importante o campo de atuação das instituições, a resistência: o Poder Judiciário, as instituições de justiça. E o próprio Congresso Nacional em alguma medida foi muito importante para resistir a todos esses ataques a políticas

públicas, a direitos, praticados por grandes autoridades públicas, governadores de estado, Presidente da República, ministros, criminalizando e atacando movimentos populares. Eu que sempre participei de movimentos populares e sempre acreditei que ali fosse o foco central da atuação e da resistência, penso que foi muito importante, neste contexto da pandemia, essa interlocução que as entidades e movimentos tiveram com os órgãos de Estado, inclusive o Conselho Nacional de Direitos Humanos que, junto com os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos, foi bem importante para a resistência neste período que ainda não acabou e que a gente não sabe como vai acabar.

Não sabemos ainda se vamos ter eleições em 2022, se, tendo eleições, quem ganhar vai poder assumir e, se assumindo, vai poder governar. Pode acontecer um golpe de Estado como quase aconteceu este ano [2021], de fevereiro ao 7 de Setembro, em que houve clara ação de órgãos governamentais, de instituições, do exército, de motins policiais, de grupos de whatsapp e grupos de congressistas atacando as instituições; e quase aconteceu um golpe de Estado no Brasil no dia 7 de Setembro.

Depois disso, vivemos certa “estabilidade”, mas não sabemos como será 2022. E, nesse contexto, quem foi à rua pedindo o impeachment, algumas pessoas, por exemplo, perderam a visão, outras foram presas ilegalmente por terem faixas contra o presidente e foram processadas com base na lei de segurança nacional; houve motim policial. Na minha cidade, destruíram um outdoor com uso de motosserra, ameaças a quem se manifestava nas ruas. **Esses são fatos concretos de violência real e simbólica contra defensores de direitos humanos, contra pessoas que exerceram seu direito de manifestação.** Em consequência desse contexto, ninguém ocupou a área urbana. O povo das periferias, da moradia, tem medo, sabe que se ocupar uma área para moradia vai ter esse mesmo tipo de repressão. Não houve ocupações pelos sem-terra; não houve grandes mobilizações dos atingidos por barragens também. Este é um pouco o contexto geral do nosso país na pandemia e também durante essa grave crise institucional que a gente vive.

Como avalia as lutas **pela promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

Houve muitas mobilizações pelas redes sociais. Esse canal foi muito importante e elas tinham embasamento na realidade: da fome, da falta d'água na periferia. Tiveram algumas atuações em rede que viabilizaram algumas conquistas e nisso o Congresso foi importante: o auxílio emergencial foi uma demanda que veio dos movimentos populares. Não teve lutas, não teve mobilizações concretas para reivindicar isso, mas teve nas redes sociais, pelas principais organizações nacionais, que teve força para que o Congresso Nacional aprovasse o auxílio emergencial em 2020. Foi um movimento muito importante que amenizou o impacto da pandemia. Não fosse o auxílio emergencial, o que estamos vivendo hoje, já teríamos vivido em 2020.

Além disso, **um clamor pela vacinação que fez com que, em meados de 2021, tivéssemos esse amplo programa de vacinação.** Isso também decorreu de toda uma campanha nas redes sociais, em reuniões, em coletivos, grupos de solidariedade. Nós tivemos muitas experiências de solidariedade com alimentação, organização de máscaras e conscientização da população que teve repercussão nas instituições e que obrigou o governo, mesmo sendo contra a vacina, a fazer uma ampla campanha de vacinação que hoje é vitoriosa. A gente hoje já vacinou 75% da população com a primeira dose. Vacinamos mais que a Europa. Ali por julho de 2021 ultrapassamos a Argentina que iniciou a vacinação antes de nós. Foram novas formas de organização e luta que aconteceram e se materializaram concretamente. De abril a junho aconteceram mobilizações de rua contra esses ataques à democracia, contra a carestia, pela vacina. E aí então a gente viu essa reação e a criminalização. Eu lembro o fato grave, em Pernambuco, onde houve um motim policial e atiraram nos manifestantes e até em quem não estava na manifestação. Uma pessoa perdeu a visão e outras foram presas por criticar esta política nefasta da Presidência da República ou dos governadores.

Houve essas reações e essas formas novas.

Eu, por exemplo, faço essa releitura da importância do Poder Judiciário, do Supremo Tribunal Federal em uma série de decisões.

O próprio governo tem uma lista de 132 decisões do Supremo que consideram que é o Supremo quem age de forma golpista e contra a democracia. Daí a gente vê como é importante ter o Supremo Tribunal Federal e algumas brechas de diálogo com o Congresso. E tem instituições como Ministério Público Federal e Estaduais, Defensorias Públicas e os Conselhos de Direitos e suas redes (CNS, CNAS, Conselhos Tutelares etc.) e essa institucionalidade, especialmente onde há sinergia entre sociedade civil e Estado, que são os conselhos de direitos.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Os/as defensores/as tiveram que se defender da pandemia e defenderam que essa fosse a política pública do país: que as pessoas evitassem aglomeração, contato social, para não alastrar a Covid. Num primeiro momento, os/as defensores/as tiveram esse cuidado, mas, ao mesmo tempo, ninguém abandonou o contato com o povo nas periferias, nos acampamentos dos sem-terra, nos grupos dos atingidos por barragens ou nas comunidades quilombolas. Mas foi muito difícil, um trabalho de risco; muita gente pegou Covid, muita gente perdeu a vida. Eu mesmo tive a doença porque tive que realizar trabalho presencial, tive contato com o vírus, transmiti para minha família. Foi muito difícil enfrentarmos a pandemia.



Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Para os/as defensores/as de direitos humanos, o que tem funcionado muito é **cada movimento popular que já tem o acúmulo de como proteger seus/suas militantes em situações de prisão, violência ou criminalização fazer a autodefesa e isso não se dá tanto em rede, mas muitas vezes pelo próprio movimento e as redes servem para ecoar, para denunciar essas situações, mas não para proteger mesmo**. Em alguns casos, a gente conseguiu bater à porta das instituições e conseguiu apoio para proteger defensores/as e em outros não, ou os/as próprios/as defensores/as não quiseram essa proteção.

Eu sou alguém que sempre foi muito crítico ao Estado, à institucionalidade, e nesse período de golpe de Estado, de falta de democracia, de ataque às garantias e liberdades democráticas a gente consegue ver como é importante ter alguma interlocução com as instituições. Seria importante defendermos políticas públicas e programas institucionais para proteger os/as defensores/as, mesmo com todas as falhas e críticas que temos.

Léo Pinho

Central de Cooperativas Unisol Brasil



Sou Leonardo Pinho, atualmente na presidência da Central de Cooperativas Unisol Brasil.

Sou diretor tesoureiro da Confederação Nacional de Cooperativas (Unicopas) e presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme). Sou militante do cooperativismo popular e da economia popular solidária. Exerci a presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos na gestão 2019/2020.



Como avalia **a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

A luta de resistência estruturante de uma agenda de direitos humanos é anterior à pandemia, em especial, é anterior ao golpe institucional contra o governo Dilma e no governo Temer. Ali se acelera a desconstrução de políticas públicas associada a uma agenda de retirada de direitos no Brasil: a Emenda Constitucional 95/2016, a reforma trabalhista, a reforma da previdência. Ali se inicia uma estratégia com o argumento de que, ao retirar direitos, viria a recuperação econômica e iria possibilitar um novo ciclo de crescimento com geração de renda. Com isso não se quer dizer que antes não houve ataques, não houve desconstruções de políticas públicas.

Logo depois tivemos uma eleição atípica na democracia, foi eleito um governo que defende a tortura e claramente se colocava de acordo com a agenda econômica de impor reformas com a retirada de direitos. Um governo diametralmente contra a agenda de direitos humanos, com ataques misóginos, coerente com o que ele prometeu. Entramos na pandemia e, obviamente, pelas suas características – diminuição das atividades econômicas e sociais, isolamento social – já demonstrava que iria causar impactos

na vida da população brasileira na situação de emprego, de acesso a serviços públicos, do direito à cidade. O período que antecedeu à pandemia foi de ataque aos direitos humanos, aos direitos civis, aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais no Brasil.
Uma combinação explosiva de pandemia e desmonte dos direitos.

Nesse contexto, continuamos essa agenda de resistência com mais dificuldades. Obviamente porque as formas de pressão social diminuíram, ficamos restritos ao formato virtual, as pressões se restringiram ao online, o que dificulta a incidência. Sobretudo nesse cenário geral de regressividade, de aprofundamento das regressividades de direitos humanos, em todos os DhESCAS. No direito ambiental, verificou-se o avanço da mineração nos territórios indígenas; o governo aproveitou a pandemia para aprofundar a liberação de agrotóxicos. Nos direitos civis, o caso emblemático foi a dificuldade de acesso ao auxílio emergencial porque as pessoas não tinham pacote de dados, não tinham celular. Este cenário anterior de regressividade foi aprofundado na pandemia; um exemplo foi a fala do ministro do meio ambiente: passar a boiada para aprofundar a retirada de direitos.

Com avalia **as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

Ficamos restritos ao ambiente virtual. Ninguém conhecia o ambiente virtual no funcionamento das instituições, mesmo quem já tinha prática de fazer reuniões virtuais usando esses instrumentos. Nós tivemos dificuldades: primeiro de adaptação à tecnologia, aliadas às mudanças de instrumentos, facilitando para quem tinha o poder nas mãos.

Quem não tinha recursos (celular, pacote de dados, internet dentro de casa), não tinha como fazer advocacy, não tinha como fazer lobby. Esses fatores comprometeram a atuação dos/as defensores/as de direitos humanos no começo da pandemia.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação** dos/as defensores/as de direitos humanos?

Quando falamos de direitos humanos, falamos das duas dimensões: os direitos econômicos, sociais e ambientais e os direitos civis. Dos DhESCAS podemos falar que, além do desemprego, informalidade, utilização dos meios legais para destruição do meio ambiente, dificuldades de acesso aos direitos previdenciários, temos também o impacto psicossocial nas pessoas. O Ministério da Saúde revelou que houve aumento da demanda por serviços relacionados à dependência química, tanto álcool como outras drogas, em mais de 60%; aumentou a depressão e o uso de medicamentos.

Nos direitos civis, o impacto das pessoas não terem acesso aos meios virtuais as impediam de acessarem seus direitos. A população em situação de rua e os estudantes de escolas públicas, principalmente pertencentes às populações de maior vulnerabilidade social, tiveram dois impactos: a fome e a falta da educação. Muitos estudantes se alimentavam pelo Programa de Alimentação Escolar e demorou mais de seis meses para que as famílias acessassem esses alimentos e mais um ano para que as prefeituras colocassem isso em questão. Na questão da educação, foi brutal a diferença entre os/as

estudantes de alta renda que tinham todos os instrumentos tecnológicos ao seu dispor e os estudantes da escola pública.

Os/as defensores/as de direitos humanos e as organizações também foram impactados/as porque o meio de acionar as instituições era virtual. **Por exemplo, como o público mais pobre poderia acionar a Defensoria Pública sem internet e pacote de dados para fazer a denúncia?** O acesso à justiça também foi impactado, tudo ficou muito limitado. Outro exemplo é o público da saúde mental que precisa do acesso permanente de vínculo com as instituições e profissionais. Quando houve o isolamento social, muitas pessoas não tinham nenhum instrumento online, então o acesso aos direitos, às políticas públicas, foi impactado. A pergunta é: o governo tomou medidas para atender à população de rua, à saúde mental, à justiça, o acesso à internet? **Nada.** O governo, além de passar a boiada, foi omissivo na situação de acesso a direitos. Isso se tentou fazer no âmbito municipal, embora saibamos que o acesso aos direitos é de responsabilidade do governo federal. Quando não há políticas públicas para o repasse aos municípios o impacto é muito grande.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

A primeira é que precisamos ampliar e qualificar o Programa de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.

A segunda é fortalecer os espaços de participação, de controle social. É necessário que todos/as os/as conselheiros/as tenham acesso aos meios digitais, especialmente nos municípios. Quando há estruturas nacionais com mais entidades e lideranças é uma coisa, mas quando olhamos, por exemplo, para os Conselhos Municipais de Saúde, temos usuários que não têm as condições mínimas de acesso.

Então, temos que olhar para isso: estes instrumentos virtuais vão continuar, pois a pandemia vai continuar. É preciso construir uma agenda de participação, de controle social, mas com a preocupação de garantir que esses/as conselheiros/as tenham acesso à internet.

O terceiro elemento é fortalecer as redes nacionais de direitos humanos, como a rede MNDH, a Plataforma DhESCA e outras redes. Fortalecer as redes nacionais. Por vezes, quem está em instituições e redes nacionais acha que dá conta da abrangência e não valoriza a

construção em rede com as organizações locais e comunitárias, que precisam ser fortalecidas nas suas bases e as nossas organizações podem contribuir com isso e fortalecer uma troca mútua de informações, de como está a dinâmica nos locais. O fortalecimento de estratégias nacionais com as estratégias comuns estaduais e locais, a construção conjunta em rede é muito importante.

Por fim, nós temos um grande desafio: as eleições. As entidades e organizações da sociedade civil de direitos humanos precisam construir uma agenda nacional que aponte que os direitos humanos não é só combater a violência policial, a morte de defensores/as de direitos humanos, a agenda mais óbvia. Ao falar em direitos humanos, estamos falando de uma agenda de desenvolvimento nacional, uma agenda econômica, que significa não concentrar renda, uma agenda de combate às desigualdades.

Por vezes, o movimento sindical não encara a agenda de direitos humanos como uma agenda que faz parte da luta pelos direitos trabalhistas, tratar da agenda econômica nacional. Aciona direitos humanos quando há violência numa manifestação.

Mudar esta visão de direitos humanos é uma tarefa fundamental. Apresentar direitos humanos como uma proposta de desenvolvimento nacional que cumpra o artigo 3º da Constituição Federal que afirma um desenvolvimento equilibrado, o combate à pobreza, à miséria e a garantia de direitos. É fazer que os direitos humanos entrem na agenda da sociedade, fazer a proposta de um novo modelo de desenvolvimento. Nós estamos no ano do bicentenário da Independência. O que o Brasil precisa para os próximos 100 anos é esta nova independência que vem com um novo modelo de desenvolvimento, fundamentado nas premissas dos direitos humanos.



Lúcia Secoti

Movimentos pelos Direitos da Pessoa Idosa



Sou Lucia Secoti, atuo em Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa mais ou menos desde 2005.

Tenho atuado nisso porque minha área de pesquisa é o envelhecimento, sou mestra em gerontologia. Já fui vice-presidente do Conselho Municipal de Campinas, atuei no Conselho Estadual de São Paulo e no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI).

Na primeira gestão 2016-2018 atuei também, especificamente, na comissão de articulação com os conselhos e comunicação social; no segundo mandato 2018-2021 fui eleita presidente do CNDI. Em junho de 2019 todo o colegiado foi destituído pelo decreto 9.893/2019 do atual governo federal.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A sociedade civil tem buscado fazer essa defesa, mas ela tem sido ainda incipiente porque **nós estamos com grandes dificuldades de realmente trazer a defesa das pessoas** e, no meu caso, da pessoa idosa nesse contexto de pandemia, haja vista que o grande percentual de óbitos é de pessoas idosas.

O Conselho Nacional da Pessoa Idosa foi destituído. Nosso colegiado foi o único que teve a presidência definida pelo Decreto 989/2019. Isso é uma aberração para um processo democrático. A segunda questão é que houve uma alteração desse decreto em março de 2021, mas se manteve a presidência. Foi empossado o “novo colegiado”, mas na verdade o que fizeram foi aumentar a representação de três para seis – antes da destituição, nós éramos 14 representações da sociedade civil e 14 governamentais.

Eles tiraram toda a possibilidade de participação da sociedade civil que agora é selecionada pelo Ministério (e algumas organizações estão se colocando neste papel de serem selecionadas pelo governo); não temos mais processo eleitoral. Ficou definido pelo Decreto que a presidência exclusiva será sempre exercida pelo titular da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e que a secretaria executiva desse colegiado será também exercida por essa Secretaria Nacional. **Com isso a gente vê o engessamento do controle social.**

Quando a pandemia foi decretada em março de 2020, a gente viu algumas movimentações da sociedade civil buscando a defesa da pessoa idosa, mas a gente não teve nenhum controle social nesse período e isso com certeza teve um impacto muito grande na defesa dos direitos da pessoa idosa.

Com avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Apesar de todas as dificuldades, a gente tem conseguido ter o enfrentamento mesmo diante desse triste momento mundial, esse grande desafio tem sido superado. **Temos visto uma coletividade muito grande, a união da sociedade civil, de diversos segmentos.**

Avalio que a gente tem conseguido avançar, tem sido positivo. Não da forma que gostaríamos ou que precisaria ser, mas a gente tem procurado promover a defesa dos direitos humanos, apesar dos pesares.



Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Os impactos são grandes em todo o mundo. Foi para todos/as. E, no caso do nosso país, o negacionismo intensificou essas questões na pandemia. Além disso, as informações desencontradas, a gente buscava informações pelo site do Ministério da Saúde logo no início, depois foi descontinuado. A imprensa é que está fazendo esse levantamento e para nós é muito importante porque a população idosa foi a mais atingida. A gente sabe como esse descompasso das políticas públicas impactou grandemente todas as pessoas, mas ainda mais a faixa etária acima de 60 anos.

Para defensores/as, como foram desarticulados os Conselhos Nacionais, os espaços democráticos em que está grande parte da sociedade civil, foi muito grande a desarticulação feita pelo governo federal desde 1º de janeiro de 2019. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi o primeiro grande conselho a ser atingido. **Tem sido desafiador e a gente tem que trabalhar num espaço que não são mais os Conselhos Nacionais, espaços democráticos de representação da sociedade civil.**

Tivemos que trabalhar à margem desses espaços e isso acarretou grandemente nossa luta, problematizou ainda mais a luta de defensores/as de direitos humanos nas diversas áreas. Temos feito esse trabalho de resistência e tenho acompanhado diversos segmentos e o impacto tem sido grande para todos/as os/as defensores/as.

Se nós tivéssemos esses espaços atuantes, como vínhamos trabalhando até 2019, com certeza teríamos uma defesa mais potente nesse momento da pandemia. O que eu vejo também é que com essa desarticulação a gente não pôde fazer o devido enfrentamento, o devido controle social que deveria ter sido feito. Com relação à pessoa idosa, a gente não viu nenhuma contraposição às questões que a gente faria como nota de repúdio, recomendações para que a gente garantisse à pessoa idosa os seus direitos neste momento em que muitas vidas foram ceifadas. Tem sido muito difícil não só pela desarticulação, em alguns casos extinção de colegiados nacionais e o aparelhamento que tem sido feito por esse governo. Eles criticam tanto o aparelhamento feito por governos anteriores, mas têm ceifado a participação social de uma forma muito triste, que abala os preceitos democráticos.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Vou trazer para a área da pessoa idosa e para o ano de 2006, bem antes da pandemia. A primeira Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa foi sobre a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. A segunda, em 2009, também teve a RENADI como tema, mas foi uma avaliação da primeira conferência. Mesmo antes da pandemia a gente já procurava este trabalho, inclusive eu, como presidente do Conselho Nacional da Pessoa Idosa, na época, busquei os outros Conselhos Nacionais para buscarmos esse trabalho de rede. A proposta era que a gente se reunisse uma vez a cada semestre.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos acolheu a proposta, na época (Leo Pinho era presidente e a procuradora Débora Duprat a vice-presidente), e conseguimos essa movimentação que resultou depois no que é conhecida como Comissão Especial de Participação Social da qual participam todos os conselhos que eram ou são vinculados ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos que foram atingidos pelo decreto 9.759/2019.

Faço essa retrospectiva para a gente entender o quanto é indispensável que nós tenhamos essa rede efetiva dos direitos das pessoas. **Direitos humanos é sinônimo de dignidade. É para todas as pessoas. É extremamente importante, sim, que a gente valorize esse trabalho em rede.** Vejo que é importante este trabalho de ouvir as pessoas de diversos segmentos, para que a gente possa ter uma rede nacional de proteção efetiva e nisso entra uma grande questão que é a comunicação. Em março de 2019, discuti com Leo Pinho, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, sobre a importância de a gente estar próximo porque a defesa da pessoa idosa também faz interface com pessoas com deficiência, criança e adolescência, igualdade racial, LGBTQIA+. A gente sabe que precisa ter esse trabalho em rede. Só assim nós vamos conseguir não só como sociedade civil, mas com o Ministério

Público, Defensoria Pública e diversas associações que têm esse interesse de defender os direitos humanos no nosso país. É imprescindível essa atuação em rede. Por isso que eu fiz questão de falar dessas duas conferências nacionais da pessoa idosa e da nossa preocupação para garantir os direitos da população mais vulnerável e fazer chegar a ela essa preciosa informação.

Essa rede precisa ser valorizada, o trabalho precisa ser intensificado e essa comunicação é indispensável. Quando eu conversava com as pessoas na minha atuação em Campinas e no meu trabalho de campo do mestrado, o que elas mais me diziam sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e outras legislações que protegem as populações: “eu não conheço, eu não sei”. Então, isso é indispensável e se a gente pudesse fazer “para ontem”, para levar às pessoas esse conhecimento e a defesa dos direitos de cada um.

Gostaria de ressaltar que a participação social é um dos pilares da democracia.

Nossa Constituição só é Cidadã porque traz a participação social para esse contexto de redemocratização. A gente tem visto, claramente, que o governo federal tem se dedicado a diminuir, extinguir a participação social e a sociedade brasileira não pode ficar calada sobre esse tema. É um apelo que eu faço a todas essas associações, às representações que estão nos conselhos para que a gente possa levar essa questão do amordaçamento da participação social no Brasil a todas as instâncias – nacionais e internacionais porque não há defesa dos direitos humanos sem a participação social. E como muitos pesquisadores demonstram, os direitos humanos são a raiz de todos os direitos.

Makota Célia Gonçalves

Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileira (Cenarab)



Sou Makota Celinha Gonçalves, sou jornalista, empreendedora social da Ashoka e estou coordenadora geral do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileira (Cenarab).

O Cenarab tem 30 anos de atuação; está presente em 18 estados do território nacional e é uma entidade voltada especificamente para a garantia do nosso direito constitucional às nossas práticas tradicionais de matriz africana e também à luta contra toda e qualquer forma de racismo, de homofobia e pela proteção do povo negro deste país.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Neste contexto da pandemia, a salvação da sociedade foram os movimentos sociais porque estamos vivendo um Estado negacionista, onde nossas vidas não importam, num crescendo do fascismo, do racismo, de toda forma de discriminação. E, nesse contexto da pandemia, as entidades do movimento social foram fundamentais para a garantia das vidas. Foi quem se preocupou com a qualidade de vida, com a sobrevivência das pessoas, porque o Estado brasileiro ficou totalmente inerte. Eu sempre digo que nós só brilhamos onde há total ausência do Estado, o que é uma pena. Era para nós tecermos pontes, construirmos estratégias junto com o Estado, mas, na atual conjuntura, temos um Estado da extrema

negação, da ausência, e na verdade acaba ficando sobre nossas costas toda a responsabilidade.

Nesses quase dois anos de pandemia [dezembro de 2021], a sociedade deve muito ao terceiro setor a garantia de vida, a sobrevivência, a alimentação porque, se dependêssemos do Estado, não teríamos tido nada. Se não fossem as mobilizações sociais, seriam muito mais mortos pela pandemia ou de fome mesmo. Quem tem fome tem pressa e quem garantiu a comida na mesa de milhões de brasileiros/as foi a sociedade civil, não foi o governo. Em 2020 e 2021, essas organizações tão discriminadas foram, na verdade, a salvação da sociedade brasileira.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

As lutas foram, são e serão essenciais, até porque precisamos pensar o pós-pandemia, essa ressignificação social. Qual é a sociedade – brasileira e mundial – que teremos pós-pandemia? **A sociedade não será mais a mesma.**

A mobilização social traz para nós a garantia da importância das organizações. Qual vai ser nosso papel? Qual a sociedade que esperamos construir? No movimento negro a gente diz que “estamos por nossa conta”. Hoje, acho que nós da sociedade civil inteira estamos por nossa conta porque não temos como contar com o Estado brasileiro neste atual governo.

A mobilização social é fundamental, inclusive para trazermos para a sociedade esse fio de esperança. Nosso papel é o de garantidor de direitos e essa garantia se dá na luta cotidiana contra o negacionismo, o fascismo, a ausência da democracia.

Mas, precisamos aprimorar nossas intervenções e, para isso, é necessário que escutemos: qual a sociedade que queremos pós-pandemia? **Quando perguntamos o que se faz para proteger, primeiro precisamos saber o que proteger a partir do que esperamos de uma nova sociedade.**

Entre 2020 e 2021, tivemos uma mortalidade não só de vidas humanas, mas da natureza. Morreram centenas de reservas naturais incendiadas pela ganância, pela irresponsabilidade. Tivemos mais de 620 mil mortes humanas. Acabamos lidando no meio do caos, meio “pipoca”, pulando ali e acolá para dar conta, porque não conseguimos tangenciar a realidade numa pandemia. Agora a tarefa é garantir a vida, a sobrevivência, a dignidade das pessoas. Esse papel nosso é fundamental nesse novo significado que nós queremos dar ao Estado, à sociedade e às nossas vidas, porque nossas vidas importam.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação** dos/as defensores/as de direitos humanos?

O início da pandemia nos trouxe muito medo, inclusive sobre a nossa segurança física e tivemos que nos organizar dentro do caos. **Nós, que defendemos essas vidas, essas histórias, vimos vários dos/as nossos/as sucumbirem, inclusive nessa tarefa de proteção.** Enquanto defensores/as dos direitos, nós não só colocamos nossas vidas como nossas esperanças e nossos sonhos nesse processo de garantir vidas. Em momento algum deixamos de ser aquilo a que nos propomos como defensores/as. Falo por mim mesma, pelo Cenarab.

Num primeiro momento, mesmo com muito medo, muita angústia, a gente sabia que muitas vidas dependeriam de nós. Eu lido com um público negro, favelado, periférico, macumbeiro, um público com grande potencial de transmissibilidade do coronavírus porque é quem sai, pega ônibus, quem está trabalhando no dia a dia para garantir a vida de quem estava no isolamento e essas pessoas levaram o vírus para as vilas e favelas. Como se faz isolamento, distanciamento social, num barraco de favela, onde moram 8, 10 pessoas? As pessoas falam que o vírus é democrático. O Estado é que não é democrático, não é assegurado de cidadania e dignidade para as pessoas. A institucionalidade brasileira nunca foi capaz de cobrir corpos negros. Imagina numa pandemia! E nosso papel foi exatamente de garantir que essas pessoas, ainda que na fragilidade social a que estão expostas, pudessem ter o mínimo.

O Cenarab ganhou e distribuiu 16 mil litros de álcool em gel. Colocamos todas as máquinas de costura para fabricar máscaras, pedimos tecidos, chegamos a fabricar máscaras de TNT (por mais que soubéssemos que não era tão eficaz, era o mínimo que poderíamos oferecer). Nós atuamos aqui todos os dias, desde o início da pandemia, cuidando de, no mínimo, 200 famílias por mês. Ainda pegamos enchente no mês de janeiro, com a destruição de toda uma comunidade e a gente teve que segurar com quentinhas. Eram 160 marmitas no almoço e no jantar para quem tinha perdido suas casas. Medo nós sempre tivemos, e não tinha vacina.

Corremos risco, a todo momento, mas o medo e o risco não nos impediram de cobrir a ausência do Estado, de tentarmos levar o mínimo de conforto às pessoas. **São, em média, 300 quentinhas por semana, 200 cestas básicas, sem contar o afeto, o ouvido, o nariz para poder cheirar, a boca para fazer um consolo, ainda que à distância, e ainda num processo de falta de colo, porque a ausência do direito ao luto é algo que fica para sempre.** Eu, por exemplo, que sou de uma tradição de matriz africana, em que a morte tem todo um significado, um processo ritualístico, não foi fácil ver os nossos indo assim, sem direito aos seus rituais. Nós temos que nos resignificar, inclusive sob essa ótica da ausência de vivência do luto. Não está sendo fácil porque a pandemia não acabou. Hoje você tem um refresco que às vezes é até incoerente e perigoso porque não sabemos o que está por vir, quando ainda não temos um número de vacinados/as que assegure uma proteção mais ampla.



Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Apesar da importância dessa nossa atuação que salvaguarda as vidas, ainda há um ódio muito grande do Estado em relação a nós. Além de não nos reconhecer enquanto importantes nesse processo, o Estado ainda nos odeia, na figura dos seus gestores negacionistas, fascistas. Há uma necessidade, neste momento, de criarmos teias nossas que possam nos proteger dessas ações de ódio, do fascismo. **Sabemos que estamos protegendo vidas que não interessam aos fascistas. Então, acabamos nos colocando na linha de frente dos riscos.**

Não tem fórmula pronta, mas sempre coloco que nós precisamos criar, de forma coletiva, estratégias de proteção exterior, inclusive, de espaços para denúncias porque não vejo, em curto prazo, uma mudança do trato do Estado para conosco, defensores/as de direitos. E, se nós não nos cuidarmos, não tivermos alternativas de proteção dos nossos corpos, podemos sucumbir na mão do fascismo. O fascismo vai olhar e ver que você é negra, jornalista, mulher e vai te destruir porque ele não suporta essa diversidade, não suporta a vida com dignidade.

Uma das estratégias que temos que ter é uma teia, um botão de pânico. Se acontecer com qualquer um/a de nós, **precisamos estar preparados/as para proteger nossos dados, os dados das nossas instituições, porque um Estado de exceção não respeita o privado.** Quem viveu os anos de chumbo sabe muito bem o que foi a intervenção da ditadura nos espaços de coletividade civil (sindicatos, entidades, movimento negro). Fórmula eu não tenho, mas sei que a gente tem que criar uma teia de proteção, uma grande rede nossa, que proteja nossos corpos.

Ainda sou uma mulher de muita esperança. Sou uma mulher de esquerda, macumbeira e uma pessoa que sempre gostou de trabalhar na linha de Paulo Freire. Um preto, nessa diáspora, tem que dar conta, inclusive, de viver a esperança. Eu acredito que precisamos, cada vez mais, criar pontes porque nós já temos muros em excesso e as pontes se constroem também com esperança. Temos que investir no verbo esperar.

Mônica Alkmin

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH Brasil)



Eu sou Mônica Alkmin, estou na coordenação nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), mas a minha referência institucional é a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal que tem como sede principal o Rio de Janeiro.

Também estou como conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), representando o MNDH. Representando o Projeto Legal, participo e sou embaixadora da Rede Family for Every Child (Família para Todas as Crianças). Pelo MNDH, participo na Coalizão Sul que envolve alguns países da América do Sul que fazem discussão com foco em criança e adolescente, mas não com exclusividade, e também tenho atuação na coordenação do Fórum Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, no estado do Rio de Janeiro.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Vivemos, obviamente, uma pandemia de saúde gritante, mas neste período percebemos também como a ausência de políticas públicas, de direitos continuados e de fortalecimento dessas políticas foi latente. Temos um Sistema Único de Saúde (SUS), uma estrutura de vacinação que, se estivessem fortalecidos, nos dariam condições de passar pela pandemia não com tanta dificuldade como passamos nesse contínuo de ataques.

Participação social e acesso à informação (transparência) são alguns pilares do Estado democrático que foram continuamente atacados nesse período da pandemia. A questão da informação não é só o fazer conhecer, mas o conhecer para definição de estratégias. E esse governo não só limitou o acesso às informações oficiais como manipulou essas informações e isso desdobrou numa dificuldade muito grande no fluxo de decisão.

Outra questão, que não inicia com a pandemia, mas fazendo um recorte desse atual governo, são os ataques tanto aos meios de comunicação quanto ataques e criminalização às organizações não governamentais e à participação dessas organizações na discussão contínua das políticas públicas e dos direitos humanos. Nós tivemos que ter uma luta e uma resistência com o agravante, no Brasil, desses outros ataques que vão além da saúde. Quantas mortes teríamos evitado se fossem definidos fluxos mais robustos e concretos de políticas públicas, se tivéssemos comprado vacina, fortalecido o investimento nas universidades e nas estruturas de pesquisa que o Brasil já tem? Então, a sociedade civil é fundamental nesse momento porque ela se organizou para garantir que os direitos conquistados não fossem retirados.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Falando do lugar em que estou – o CNDH e o MNDH –, tivemos uma necessidade de contato maior, mesmo que seja através da tela. **Uma necessidade e uma oportunidade de estarmos mais próximos/as porque a luta precisou estar mais próxima; porque as informações sobre violações e violências ficaram mais diretas e mais contínuas:** agressões a jornalistas, chacinas, morte de lideranças indígenas, do MST. Não tem mais como a gente ter um contato eventual, numa assembleia. Agora, temos que estar o tempo inteiro conectados/as, com novas estratégias.

Pela nossa característica brasileira, movimento se faz com movimento de corpo junto, mas aprendemos a lidar melhor com o encontro remoto.

Os movimentos tinham uma resistência a isso, mas precisamos, porque era uma pandemia e porque as violações ficaram diárias. E não é só a violência ao corpo, mas à atuação, à organização, à participação. Precisávamos estar mais próximos/as para debater novas estratégias. E criamos novas estratégias de contato, começamos a utilizar mais os sistemas internacionais. Precisamos também discutir além das fronteiras, pois estamos falando de uma realidade mundial, mesmo com as especificidades de países. Esse período também nos aproximou de grupos que já utilizavam com muita qualidade essas estratégias de articulação, mobilização e luta através das redes, como a juventude. E as nossas redes de contatos mais tradicionais precisaram rever, acrescentar outras estratégias de luta através das redes.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação** dos/as defensores/as de direitos humanos?

Tem questões muito definidas por conta da pandemia. Claro que a gente não vai eliminar a contínua e constante luta por direitos humanos porque é assim que se dá desde a invasão da Europa no que antes não era Brasil. Mas, nesse período da pandemia, podemos perceber a criminalização das organizações que é, efetivamente, também a criminalização das lutadores/as. Em alguns espaços, violência não só da perseguição na atuação, mas da perseguição à pessoa, propriamente. Líderes – mulheres e homens – foram assassinados/as.

Nesse período, tivemos algumas frentes que foram mais atacadas: a luta pela vida digna na terra – no campo, na cidade, nas águas – vem sendo muito atacada, não só na pandemia, mas desde o início deste governo. E essa luta se potencializa na pandemia. Um exemplo específico é a luta pela não retomada de terras ou de propriedades, tanto na cidade quanto no campo, contra os despejos. Tivemos um aumento de famílias que passaram a ter a rua como referência de moradia. O CNDH lançou uma normativa para evitar os despejos nesse período da pandemia porque não se tinha políticas de habitação, de recuperação de moradia. Na cidade isso foi muito forte porque a orientação era não sair de casa, se higienizar bastante, evitar contato. **Como é isso para quem mora na rua, para quem está nos acampamentos?**

Nesse governo, algo que é contínuo são as políticas independentes, não interligadas e, nesse período, foram percebidas pelas militâncias da luta: não há como falar de saúde e prevenção sem falar da política de habitação, de acesso à água potável (ainda temos um índice muito baixo de moradias com saneamento básico). Então, algumas lutas foram mais percebidas pela sociedade civil e, portanto, foi necessário um apoio maior para essas lutas, para defensores e defensoras, para além da luta óbvia que era a questão da saúde.

A perseguição à sociedade civil, às mulheres, mulheres negras, nesse período que coincide com a pandemia, mas que é uma característica do governo, foi prática institucionalizada. A violência policial e institucional foi muito maior. No Rio de Janeiro, temos um apoio do Supremo Tribunal para a não realização de operações policiais nas favelas no período da pandemia, mas o governo estadual e a polícia ficavam numa luta contrária a esse posicionamento, tentando estrategicamente formas de burlar a determinação. **E tivemos chacinas no Jacarezinho, no Salgueiro. Eu falo desse exemplo porque foi uma decisão para o período da pandemia, com a desobediência do governo estadual.** Então, a luta do defensor e da defensora precisou ter focos mais direcionados por conta de todo o desdobrar que uma pandemia nos traz.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Temos que aprender a lidar melhor com essa atuação remota por conta dos riscos que ela nos traz – não só do excesso de informações falsas que circulam, mas também pela dificuldade de saber exatamente quem está nos acompanhando. Vivemos muito isso no começo, 2020 e 2021.

Nos seminários, formações políticas e técnicas remotas, fomos aprendendo a lidar com estratégias de proteção às nossas conversas, nossas lutas e também de divulgação, de forma a fazer um contraponto ao excesso de informações mentirosas que circulam. Essa é uma estratégia com a qual precisamos cada vez mais aprender a lidar porque ela veio para ficar. E precisamos potencializar isso. Daí a outra questão que nos vem é que regiões do país não têm a mesma qualidade de acesso à rede que outras têm. Isso já mostra uma diferença que tem que ser resolvida. Se essa será uma das estratégias, então precisamos começar a resolver essa dificuldade, independente da pandemia. As organizações do MNDH estão em todo o território nacional e têm lutas diversas; o MNDH não é uma rede temática. As discussões vêm das representações dos/as conselheiros/as dos estados.

O MNDH já traz essa característica de que a proteção à defensora e ao defensor se dá em dois momentos. Um é de potencializar no trabalho porque eles/as estão atuando na defesa de algum grupo ou alguma luta; essa é uma questão fundamental e é preciso que as redes nacionais e um projeto nacional pensem nesse potencializar das lutas dos/as defensores/as.

Outro momento é quando eles/as estão sendo ameaçados/as em função da sua atuação. Primeiro, tem que ser feita uma proteção de forma que eles/as não deixem de atuar, mas eles/as precisam de uma rede local que garanta sua atuação e sua proteção física. Essa rede tem que se dar no território porque é lá onde a ameaça se dá e onde a proteção se dá. Qualquer projeto nacional que não tenha essa percepção de que é o território que tem que ser fortalecido, não está protegendo o/a defensor/a, mas uma luta ampla, que também tem sua importância.

O Projeto Sementes, em que diversas organizações e redes fortalecem as lutas constantes nos territórios, traz isso: esse reconectar das redes nacionais, que elas percebiam que, mesmo com especificidades estratégicas em suas atuações, estamos atuando juntos/as. Somos nós defensores/as, lutadores/as e estamos em redes que se reencontram, têm interseções. Mas a interseção fundamental é a luta, o acreditar que estamos juntos/as nessa luta. **Estar aqui como MNDH, olhando para a Abong e outros parceiros nessa proposta, é o mais importante deste Projeto, porque próximos passos serão dados, de forma conjunta, porque é no coletivo que a luta se fortalece.**

Ronilson Costa

Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional)



Eu me chamo Ronilson Costa, sou agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) há vinte anos, atualmente estou na Coordenação Nacional.

Durante a maior parte dessa caminhada, atuei na equipe da CPT Maranhão, um dos regionais mais desafiadores para os povos e comunidades tradicionais e camponesas e para agentes de pastoral ou militantes de movimentos sociais. Inicialmente atuei na CPT Regional com registros de conflitos e relatórios de ameaçados/as e comunidades em situação de conflitos, depois fui para o interior trabalhar com as bases, um desejo que eu tinha muito forte de trabalhar lá na comunidade.

No caso do Maranhão, o contexto é da Amazônia Legal onde avança o capital agrário gerando intensos conflitos na disputa por territórios já ocupados por comunidades tradicionais. O Estado tem sido um fiel aliado do capital e inimigo dos povos do campo e das florestas. Isso já vem de décadas e hoje muitas empresas atuam com segurança privada. Na verdade, houve situações de atuação de verdadeiras milícias, pistolagem, que ameaçam e expulsam com a força da arma.

É um contexto tenso e violento. Os territórios ocupados por quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, ribeirinhos/as, pescadores/as estão em constante disputa. O Maranhão ainda é uma fronteira agrícola onde o agronegócio se expande. A grilagem de terras e invasão dos territórios são ações violentas que têm causado a morte de muitas lideranças camponesas, indígenas e quilombolas.

A luta por direitos é a luta em defesa da vida, então a gente atua nessa frente com objetivo muito claro que é a defesa da vida das pessoas e também da natureza.

A vida que defendemos vai para além do corpo, compreende também os costumes da comunidade, o jeito de ser, fazer e se organizar, e também todos os elementos que compõem aquele território que são a base da produção econômica e reprodução social daquela comunidade. Minha atuação segue essa trajetória, aquilo a que se propõe a CPT: “Ser presença solidária no meio do povo e junto com ele caminhar no sentido de contribuir para sua organização política e contribuir no enfrentamento da caminhada daqueles que sofrem”.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A CPT tem uma prática pedagógica, mas também profética, que está relacionada ao registro e denúncia dos conflitos. A gente qualifica 2020 como um ano muito trágico para as comunidades e com a pandemia ela se tornou pior. De imediato a gente procurou adotar o distanciamento social e não tivemos como nos comunicar com muitas comunidades, já que a maioria que a gente acompanha não tinha celular ou outro meio de comunicação. Com aquelas que a gente conseguia ter algum contato, fizemos todos os esforços para orientar para manter o distanciamento social, evitar o contato com a cidade e, quando fosse necessário, também que adotassem protocolos internos.

Muitas comunidades conseguiram adotar protocolos internos de segurança, no entanto muitas delas tiveram dificuldades. **O campo, que se tornou para elas o lugar mais seguro, acabou depois sendo “atacado”, muitas pessoas saíram das cidades para esses lugares mais protegidos de contágios do coronavírus.** Eram parentes, amigos ou estranhos que chegavam sem fazer testes ou que tivesse qualquer tipo de preocupação com a comunidade. Enfim, toda aquela precariedade que até hoje existe naquelas comunidades que não tiveram acesso aos testes, às vacinas, da forma como deveria ser.

Enquanto as comunidades adotavam suas estratégias, o Estado brasileiro estava praticamente muito bem articulado com os setores opressores geradores da violência permitindo ajudar a boiada passar: menos fiscalização, permitir vários projetos de modo a beneficiar quem atuava no ramo do agronegócio, da mineração, enfim, projetos de morte. No Congresso Nacional, estavam se dando vários projetos de lei polêmicos que estão em processo avançado. Essas foram situações que tornaram essa realidade das comunidades ainda mais difícil, sem contar que os órgãos de proteção, os órgãos fundiários, Ministério Público, Defensoria Pública também adotaram protocolos de atendimento que dificultaram muito o acesso da comunidade a pressionar, resolver alguma coisa virtualmente. Tudo isso foi um prejuízo grande.

O ano 2020, na nossa série histórica de registro, foi o que teve o maior índice de ocorrência de conflitos: 2.254 ocorrências envolvendo um milhão de pessoas em situação de ameaça, de violência física, prisão. O motivo era porque estavam defendendo seus territórios, os direitos da natureza, o seu modo de vida, resistindo. **A região Amazônica foi responsável por 62,4% das ocorrências, 60,8 % das famílias afetadas no país, o que vem qualificando a região como a mais violenta para quem está no campo, na floresta, ribeirinhos/as, enfim.**

E o principal agente causador dessa violência foi o próprio governo federal, articulado com o Congresso Nacional: o sucateamento do Inca, da Funai, do Ibama, inviabilizando a atuação desses órgãos fiscalizadores e de atendimento às demandas das comunidades, o que facilitou que houvesse muitas invasões aos territórios. O governo federal foi responsável por 33% das ocorrências; se somar com os fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, grileiros, empresas, eles chegam como responsáveis por 84% dos casos de violência no campo. Indígenas foram os/as mais afetados/as (42%) e se somar com os/as quilombolas/as (17%), os/as posseiros/as que estão ali há décadas (15%) e os/as sem terra (10%), então se tem um número muito elevado de pessoas, comunidades que sofreram com ação, sobretudo, dos jagunços, da pistolagem, da milícia. E o mais preocupante é que há relatos de que facções criminosas já se articulam com estes setores para as comunidades abandonarem suas terras e isto é extremamente grave.

Como avalia as lutas **pela promoção e realização dos direitos humanos** no contexto da pandemia Covid-19?

Atuar ao lado da defesa dos povos e comunidades, seus modos de vida e territórios tem sido no Brasil algo extremamente perigoso. No nosso processo formativo, nas nossas reuniões, as comunidades discutem o processo de autoproteção, para que a forma como têm que se proteger não seja algo que venha de fora. Temos uma sociedade muito preconceituosa com quem é indígena, preto/a, mulher, LGBTQIA+, com quem está nas situações de maior vulnerabilidade, que acabam sofrendo ainda mais porque, às vezes, é a polícia que chega sem piedade, o próprio Estado que se omite, o sistema de justiça que não dá a relevância que deveria dar quando uma liderança é ameaça ou assassinada.

O termo defensores/as de direitos humanos às vezes omite as diversas identidades dos lutadores/as do povo por seus territórios. Penso que queiram ser reconhecidos/as tal como se autoidentificam. Quando o indígena vai à COP e enfrenta o frio escocês e coloca suas indumentárias, talvez ele queira dizer que quer ser visto como indígena e não como defensor de direitos humanos, apesar de que seja também um defensor de direitos humanos. **Isso é muito genérico e às vezes não dialoga com essas identidades que são extremamente importantes.**

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Primeiro fato que a gente sentiu é que a internet e os meios de comunicação são muito pouco democráticos em nosso país. Temos uma parcela muito grande da população que vive no campo que não acessa esses meios. Então, neste contexto de pandemia, de isolamento, como é que você conseguiria manter o acompanhamento, essa relação com esses grupos, essas pessoas?

Para muitas comunidades, o isolamento as distanciou também de outras dinâmicas de complemento da renda, como colocar seus produtos semanalmente na feira. Muitas comunidades são altamente produtivas, produzem para se manter e também para comercializar, então isso comprometeu muito a segurança alimentar dessas comunidades.

Outra dificuldade foi acesso a órgãos que devem responder às demandas das comunidades. Os protocolos adotados por eles não permitiam um acesso fácil dessas comunidades. Outra coisa que foi um dano irreparável foram as perdas dos/as guardiões/ãs da memória dos povos indígenas,

dos povos quilombolas, que têm muito forte a dimensão da oralidade e alguns/mas desses/as guardiões/ãs não resistiram à Covid e com eles/as se vai uma trajetória, as informações, o conhecimento sobre aquele povo.

Por outro lado, a pandemia denunciou a situação de abandono de comunidades não reconhecidas pelo Estado brasileiro, que se auto definem como tal – quilombola, indígena – revelando assim a total ausência de políticas públicas e a necessidade de fazerem manifestações para que pudessem ter acesso à vacina como grupos prioritários. São impactos que incidiram fortemente sobre estes povos, defensores/as, lutadores/as do povo.



Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

As estratégias têm que partir de uma aproximação respeitosa dos movimentos, das entidades, de quem está lá na ponta enfrentado, porque às vezes a gente chega e acha que tem pontos que possam encaixar naquela realidade e quando a gente não consegue ouvir bem a comunidade, conhecer os processos internos, à vezes tem cooptação. Em cada situação a gente precisa permitir que este discurso construa as estratégias de autoproteção e a gente precisa dialogar com isso, com esse jeito de ser. Vários povos estão dizendo que querem apoio, mas querem dialogar, decidir junto.

Naquilo que é comunicação, **é preciso uma comunicação responsável, que não exponha os/as defensores/as que não têm um aparato de segurança.** Às vezes as estratégias da comunicação são falhas, não avaliam as particularidades locais e aquilo que é possível acontecer.

Nós estamos numa conjuntura extremamente delicada, temos um cenário político totalmente desfavorável para quem está defendendo os territórios, para quem está ao lado daqueles/as que estão lá. Mas também o esperar vem com os povos e a luta. Para a gente que está nessa situação de apoiador/a, a gente se sente alimentado/a quando estes/as lutadores/as do povo, por seus territórios, seus modos de vida permanecem de pé, permanecem resistindo e dizendo que não abrem mão daquilo que é direito seu. Isso nos anima, nos fortalece, nos coloca mais disponíveis a apoiar essas lutas.

Roseane Dias

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)



Sou Roseane Dias, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. De formação sou assistente social e trabalho com comunidades tradicionais em duas regiões do estado do Maranhão.

A Sociedade foi fundada em 79, em pleno contexto de luta pela agenda dos direitos humanos. É uma organização que faz ações no campo da incidência, da proteção popular, na formação em direitos humanos, na articulação de movimentos, diálogos institucionais, proposição de legislações; monitoramento da violência no campo no Maranhão e participa de espaços de construção de políticas públicas (por um longo tempo participou do Conselho Estadual dos Direitos Humanos) e participou da construção de uma lei que cria um mecanismo de mediação nas situações de conflitos judicializados.

A SMDH tem uma atuação ampla junto a comunidades tradicionais e, nesse campo, pensa também na proteção popular, aquela que é feita junto com a comunidade e parceiros/as, medidas de proteção construídas pelos próprios movimentos no contexto de ameaças. Também faz a proteção enquanto política pública: desenvolve o programa estadual de proteção de defensores/as de direitos humanos e faz a proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas tanto no estado

do Maranhão quanto em nível nacional. Também busca fortalecer o processo de construção de redes com o projeto Sementes de Proteção, junto com parceiros/as. Outras ações muito importantes também são: pesquisa, monitoramento e diálogo institucional sobre o seletivismo dentro da pauta mais ampla do encarceramento e ações de reparação dos direitos humanos por meio de denúncias a mecanismos internacionais.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Temos visto o aprofundamento de violações estruturais que a gente sempre acompanhou: **a violência no campo; a violência institucionalizada dentro e fora das unidades prisionais; as mortes violentas praticadas não só por agentes públicos, mas também por civis;** a precariedade de algumas políticas públicas que deveriam visar à realização de direitos humanos.

Vivemos, neste momento da pandemia, um processo muito destruidor de um conjunto de conquistas que a gente fez a duras penas e também um período muito desafiador em relação ao desmonte do Estado Democrático de Direito, das políticas públicas e dos marcos normativos.

Também é importante destacar o avanço das forças do agronegócio, da mineração, das fontes de energia ditas limpas sobre os territórios tradicionais e vimos o Estado brasileiro

autorizando esses empreendimentos a avançarem sobre essas comunidades provocando contaminação, morte e toda sorte de violações.

Esse contexto nos desafiou a pensar ou repensar muitas práticas. A Sociedade se viu obrigada a repensar seus instrumentos de trabalho, suas ferramentas, as formas de acompanhamento das violações e as relações que estabelece com os grupos com os quais mantém contato direto. Além do aprendizado, isso também escancarou situações como a falta de energia elétrica em algumas comunidades, internet muito distante, falta de acesso a celular em diversas comunidades, falta de equipamentos tecnológicos adequados. É um momento de extremos desafios e limitações, mas os movimentos têm como marca a criatividade e a inventividade e todos/as nós tivemos de aprender junto com eles como pensar o acompanhamento mesmo à distância.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A gente não parou. Houve muita movimentação de movimentos, de grupos de base, de redes de articulação tentando fazer o seu trabalho de ponta, mas também o enfrentamento coletivo.

Nós participamos muito ativamente nas articulações do próprio Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), do projeto da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (AMDH) que elaborou denúncias de violações de direitos humanos no contexto da Covid. Além do MNDH, a AMDH reúne o Processo de Articulação e Diálogo Internacional (PAD) e o Fórum Ecumênico Act Brasil (FEACT Brasil). O conjunto de denúncias sistematizadas e encaminhadas para órgãos nacionais e internacionais é um indicador dessa

movimentação para enfrentar esses desafios, tanto no contexto da pandemia quanto do ponto de vista da democracia, da realização dos direitos humanos.

No campo da incidência, houve muita atuação no enfrentamento à grilagem de terras no Brasil; monitoramento do direito humano à saúde; acompanhamento aos povos e comunidades tradicionais. E hoje estamos participando de muitos movimentos que discutem o ano de 2022 e o chão que a gente pisou, nesses dois últimos anos, nos permite aprofundar as discussões sobre o projeto de Brasil que queremos. Estamos em um momento muito oportuno para discutir que direitos humanos a gente quer ver realizados e que democracia queremos.

A Sociedade realizou lives (“café com direitos humanos”) que permitiram discutir com parceiros/as, pesquisadores/as, movimentos, temas fundamentais como: seletivismo penal, encarceramento, democracia, bem viver, proteção popular, violência no campo. Ainda temos o desafio de pensar em uma reconstrução, revisar tudo que a gente viu desmontado nesses dois últimos anos. Olhando a história do nosso país, nunca faltou coragem, disposição e vontade de

continuar essa luta. E os movimentos, nessa forma mais ampla, têm se colocado nessa missão grande e a gente tem que buscar mais missionários/as para que a gente possa ter um projeto construído pelo povo. O desafio é grande, mas grande também é a esperança, nos moldes como pensava Paulo Freire: **a gente não está aguardando, a gente está fazendo e está mantendo a esperança porque é isso que nos move o tempo inteiro.**

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Alguns desafios que a gente enfrentou foram a questão da comunicação e do acesso à internet. Aqui a gente tem um aspecto interessante que é a importância dos parceiros/as que possam colaborar com esse processo protetivo às comunidades, como um sindicato, uma paróquia, às vezes um centro de direitos humanos.

A gente conseguiu manter essa comunicação através de parceiros/as, a quem a gente recorria para conseguir realizar uma reunião com as comunidades. Outra coisa que fizemos foi ajudar o pessoal das comunidades a manusear os equipamentos e orientar como poderiam conversar com a gente. Isso mostra um pouco as nossas dificuldades e, ao mesmo tempo, o que a gente vai descobrindo de elementos facilitadores da comunicação.

Outro desafio foi o processo de vídeo chamadas já que o modo de luta e de vida nas comunidades tradicionais se expressa pela oralidade. Passamos a ir preparando as atividades aos pouquinhos e solicitando que as comunidades trouxessem como estava a situação, onde estava a dificuldade da vacinação; orientava a fazerem áudio caso tivessem dificuldade de escrever e assim fomos aprendendo a construir essas atividades aos poucos. Fazer esse acompanhamento à distância

reafirmou para nós a necessidade do fortalecimento das redes de proteção.

Sem isso, a gente não conseguiria pensar na proteção tanto das pessoas ligadas ao movimento quanto dos/as novos/as parceiros/as.

Ao lado de tudo isso, a gente teve que conviver com o avanço dos empreendimentos nos territórios tradicionais, o que agravou profundamente alguns conflitos, promoveu muitas violações e mortes; morosidade da vacinação nas comunidades tradicionais; fake news, inclusive produzidas pelo próprio Presidente da República; e trabalho contrário à vacinação por igrejas evangélicas em algumas comunidades indígenas. O enfrentamento desses desafios pelas comunidades junto com as organizações traz muitos aprendizados. Um deles foram as formas de resistência e medidas de autoproteção.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?



Temos discutido muito isso na Sociedade. As redes de proteção popular têm alguns níveis de atuação. Estamos na ponta do trabalho que é a realização dos direitos humanos junto a comunidades tradicionais pelo reconhecimento dos seus territórios. **E é naquele lugar que a comunidade vive, se organiza, constrói seus laços de pertencimento que a rede de proteção popular tem que começar.** O trabalho de base, o fortalecimento dessa resistência é fundamental e, para isso, é muito importante o processo de educação para os direitos humanos para compreender aquela realidade.

Mas também precisamos dialogar, fortalecer os laços com outro nível que pode ser o nível local. Outro nível de articulação pode ser regional ou estadual. É fundamental pensarmos na nossa atuação de forma coletiva e planejada, com diversos segmentos acompanhando as situações, realizando levantamentos e pensando juntos como atuar em um contexto de ameaças às comunidades, não só no acompanhamento direto, mas em ações de incidência e denúncias junto a órgãos de controle de políticas públicas.

A rede de proteção popular para nós é uma ação que tem que nascer nos campos do movimento; estamos falando de uma marca histórica, a proteção que a gente sempre fez para a luta. A gente não teria essas lutas se não fosse a construção destas redes de proteção a defensores e defensoras – não proteção armada, mas uma política que conta com a rede de colaboradores, de protetores.

Os agentes de promovem violação dos direitos humanos nunca dormiram e nós temos nos mantido com muitas limitações, mas em pé. A caminhada é desafiadora, mas está deixando marcas que vão nos ajudar a pensar na tarefa de reconstrução do nosso País.

Rosilaine Ferreira

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)



Meu nome é Rosilaine Mendes Ferreira, mais conhecida como “Neguinha”.

Sou catadora de materiais recicláveis, representante do estado do Paraná pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e da Comissão Nacional do MNCR.

Também faço parte da Unicatadores e do Instituto Lixo e Cidadania. A minha principal atuação é voltada aos/as catadores/as e, hoje, por ser essa representação, faço parte de duas cooperativas: a Catamare, minha cooperativa de origem, e a Cataparaná, que foi constituída para agir em rede.

A minha principal pauta dentro da pandemia foi o direito dos/as catadores/as ao trabalho. Sempre fomos do grupo de risco. A gente sempre trabalhou com os maiores riscos, já que as coletas seletivas em geral nunca vêm da forma como deveriam vir: vem muito lixo hospitalar e muitas coisas que não deveriam vir na coleta seletiva. Na pandemia não foi diferente,

então nossa atuação foi a garantia do trabalho e também tivemos que agir de uma forma meio assistencialista, conseguindo cestas básicas e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para que os/as catadores/as conseguissem continuar o trabalho.

Também atuo com as mulheres procurando empoderá-las para que não sofram violência doméstica e até mesmo dentro do trabalho. Hoje a realidade já mudou um pouco, mas o fato é

que, dentro das cooperativas, o maior número de catadores/as é de mulheres, mas a posição de liderança sempre foi ocupada pelos homens e as mulheres se sentiam oprimidas ou violentadas de alguma forma. Já faz algum tempo que a gente trabalha para que elas tomem esse lugar de fala e que não sofram violência nem em casa e nem no trabalho.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Na pandemia foi muito difícil a garantia do trabalho porque, ao invés do poder público dar garantia de trabalho, fechava galpões, proibia catação na rua para não se “incomodar” com o que pudesse ocorrer devido à pandemia. **A gente teve uma luta muito grande de discussão com os**

municípios para mostrar que o trabalho sempre foi dessa forma, sempre houve os riscos e a pandemia não iria prejudicar só os/as catadores/as, mas a população em geral. Fechar ou não os galpões não seria a solução. Então, esse foi nosso principal trabalho: garantia da renda dos/as catadores/as.

Com avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A luta foi bem difícil. Graças a Deus a gente teve muito apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério Público Estadual (MPE) no Paraná. O MPT conseguiu criar uma rede meio que nacionalmente, emitiram notas com as obrigatoriedades dos municípios que eram: **promover o trabalho, garantir EPIs e uma renda mínima na pandemia.** O MNCR e o Instituto Lixo e Cidadania (que é a instituição que ajuda nessa discussão dos municípios com os/as catadores/as), enquanto facilitadores da discussão dos direitos humanos, conseguiram garantir o trabalho dos/as catadores/as.

Acho que o Paraná foi um dos poucos estados que não fechou totalmente; houve alguns municípios que, com o tempo, a gente conseguiu reabrir as atividades. A gente conseguiu que vários municípios não fizessem essa proibição. Graças a esse apoio, ficou mais fácil a nossa discussão com os municípios para que os/as catadores/as continuassem garantindo a reprodução.

Foi muito desgastante. Levando em consideração o lockdown, muitos municípios que já agiam de má fé aproveitaram para fechar as portas, para não dialogar.

Então, às vezes a gente teve muita dificuldade de acesso aos municípios. Muitos/as catadores/as ainda trabalham no galpão, no espaço que é do município e, quando era dessa forma, os municípios fechavam. **Aí você buscava fazer uma discussão, não podia se reunir por causa da pandemia; muitas vezes não queriam fazer nem reunião online.** Foi muito desgastante, muito intenso, principalmente no começo da pandemia, para a gente garantir o trabalho, as primeiras necessidades dos/as catadores/as.

Na sua avaliação, quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?

A gente começou a sentir a dificuldade dos/as catadores/as com as despesas aumentando; as crianças em casa; a quantidade de material diminuindo nas nossas associações, quando não estavam fechadas. Então, a gente começou a fazer esse assistencialismo que a gente já não fazia há muitos anos. Graças a Deus a gente conseguiu muitos parceiros: empresas locais, a Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat), alguns setores do governo do estado, que fizeram doação de cesta básica. A gente conseguiu distribuir mais de 10 mil cestas básicas no estado do Paraná e atingimos mais de 200 associações de catadores/as com a garantia de que chegasse uma cesta básica por catador/a por associação.

Temos uma grande porcentagem de mães chefes de família que, além de verem a renda diminuir, tinham que “se virar” e cuidar dos/as filhos/as e ter que trabalhar. Foi uma dificuldade gigantesca para os/as catadores/as se manterem no trabalho com as portas abertas ou, quando as portas estavam abertas, as mães não conseguem chegar até o trabalho porque tinham as crianças em casa que não estavam frequentando escola, creche etc. Foi muito difícil no começo da pandemia até elas se acertarem, conseguirem alguém para tomar conta das crianças para não deixá-las desamparadas. **Então tivemos que chegar com essas cestas para catadores/as para que conseguissem pelo menos manter o básico dentro de casa.**

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Acredito que, mais do que nunca, **os segmentos têm que se unir, ainda mais em se tratando do governo atual que não está nem aí para as minorias, para a periferia.** Os segmentos têm que se unir até porque eles se intercalam. Eu estou no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis que tem maioria negra, maioria de mulheres sofrendo abuso, maioria de mulheres mães solo, desamparadas pelo estado e pelos municípios. Mais do que nunca os movimentos sociais têm que se unir para se fazerem ouvir. É muito difícil quando você chega ao município para falar dos/as catadores/as e falar da violência doméstica, de criança e adolescente. Acabo não sendo ouvida porque eles acham que nosso foco é exclusivamente material reciclável. E não é! Nosso foco são as pessoas, qualidade de vida, dignidade da pessoa humana, não à violência, não ao trabalho infantil. E isso eu acho que passa por todos os movimentos sociais. A gente tem a causa principal, mas ela se desdobra para vários outros problemas dentro do eixo do que a gente está buscando.

Para se fazer ouvir e para conseguir um pouco mais de sucesso nas nossas brigas pelos direitos garantidos, os movimentos sociais deveriam se unir. Porque, se a gente começar a bater cabeça, um consegue uma migalhinha aqui, outro consegue uma migalhinha ali, mas as coisas, de fato, não se resolvem.

A gente tem que tentar se unir mais, se aproximar mais. A gente até já começou uma discussão mais próxima com a população em situação de rua. Já são movimentos irmãos, mas a gente tem que ampliar: tem que vir a moradia, LGBTQIA+. Tem que vir mais gente para essa discussão, para a gente fazer um alvoroço maior para poder explanar o que está acontecendo.

A gente vê os reflexos da pandemia em todo mundo, mesmo em quem não pegou. Eu tenho crise de ansiedade e meu filho desenvolveu diabetes graças à Covid. São coisas que poderiam acontecer futuramente, mas com o confinamento, com o desespero diante das coisas que estavam acontecendo, elas se adiantaram. Pessoas morreram porque os leitos de hospitais estavam lotados. São sequelas da Covid. A gente tem que ampliar essa discussão para que ninguém fique com essas sequelas. A gente vê que as coisas começaram a caminhar para a normalidade, mas acho que nunca vai existir o nosso normal e se a gente não se unir, não direcionar as lutas, a gente vai acabar batendo cabeça.

Acho muito importante essas pesquisas. Mas também que a gente sente de fato para dialogar para que a gente consiga, juntos, avançar um pouco mais. O Projeto Sementes pode nos dar mais apoio ou facilitar algum tipo de diálogo com outras pessoas para que a gente possa também ampliar essas discussões e trazer mais benefícios para as categorias, não só para os/as catadores/as. É muito importante a gente estar vendo o reflexo de tudo isso, mas daqui para frente, o que vamos fazer? Vamos ficar esperando as bombas acontecerem para a gente ir apagando incêndio?

A gente tem que se preparar. Claro que não tenho garantia de nada, mas acredito que o novo normal não vai ser o normal de antes, então a gente tem que se preparar para 2022 para que a gente não fique à mercê como ficamos em 2020, que pegou todo mundo de surpresa e foi muito impactante. 2021 não foi legal, mas a gente aprendeu a conviver com a Covid e 2022 **a gente tem que antecipar algumas coisas para que não se repitam.**

Symmy Larrat

Associação Brasileira de Lésbicas,
Gays, Bissexuais, Travestis,
Transexuais e Intersexos (ABGLT)



Sou Symmy Larrat, paraense, já milito no campo dos direitos humanos desde o movimento estudantil, direito à comunicação e atuo no movimento LGBTQIA+ desde o Pará.

Atuei na gestão pública, no governo Dilma e, na prefeitura de São Paulo, coordenando o Programa Transcidadania no governo do Haddad. Também coordenei um equipamento de promoção e defesa dos direitos humanos LGBTQIA+ em Salvador, BA. Hoje estou na Casa Neon Cunha, que é uma ONG LGBTQIA+ de promoção de abrigo a pessoas abandonadas, e estou presidenta da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

É muito importante que a gente atue neste campo dos direitos humanos no período dessa pandemia porque hoje a gente vive um falso sentimento de que chegamos à tal normalidade. Mas, essa normalidade é falsa em diversos aspectos: a gente ainda enfrenta a pandemia, ela vai se aprimorando; a gente não tem uma política nítida de proteção das pessoas; e temos um

aprofundamento das vulnerabilidades, das ausências e das violações (despejo, violência física etc.) que nós já víamos antes da pandemia; diversas ações estatais e violações em diversos campos. Então, a gente precisa, mais do que nunca, marcar essa atuação no campo dos direitos humanos porque **a maioria da população é a mais impactada neste processo.**

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Do início da pandemia para cá, a gente teve que ressignificar muita coisa, sobretudo a metodologia de atuação em áreas e demandas que nós não atuávamos, como o campo da assistência social, por exemplo, no que concerne ao enfrentamento à fome. **Segurança alimentar é um termo muito higienizado. O que realmente está acontecendo é que o Brasil, as populações mais vulnerabilizadas, voltaram ao quadro da fome.** E a gente teve que pensar como nós, movimentos do campo dos direitos humanos, sobretudo os de populações específicas, iríamos lidar com isso se atuávamos muito na garantia, proteção e defesa dos direitos. E tivemos que somar.

A gente atuava na assistência social em outros aspectos, como moradia, direito a programas sociais e aí a fome chega como uma demanda e com ela fomos assistindo ao aprofundamento dessas violações que já aconteciam: exclusões, violências, desemprego, falta de moradia, preconceito, falta de acesso a direitos e também violência física. Para a população transgênero, por exemplo, o período de maior isolamento social foi o período de aumento dos assassinatos (70%). Em 2020 foram registrados sete assassinatos de defensores/as de direitos humanos LGBTQIA+ e já passamos desse número em 2021.

Então, as pessoas que se colocam em defesa dessa população têm recebido mais ataques, mais ameaças, porque as pessoas estão mais vulnerabilizadas neste processo.

Tivemos que ressignificar a metodologia, usar a internet, usar as redes sociais, os programas, para chegar, comunicar e atuar. E, no campo do controle social, tivemos também que usar essas ferramentas, mas as metodologias que o Estado colocou para fazermos o controle social mais nos excluía do que nos colocavam com participação. Vimos que as pautas contra nós chegavam com muita celeridade nas Assembleias Legislativas. A votação e as pautas pró-pessoas LGBTQIA+, negras, mulheres, indígenas, enfim, não chegavam. **Chegava o que tirava direitos e não chegava o que garantia direitos.** A gente tinha muita dificuldade de fazer incidência política nesse período, mas fomos aprendendo a como lidar com isso.

Agora estamos podendo fazer mobilização de rua, mas tivemos um período em que não podíamos estar na rua. Então, como a gente iria mostrar essa força social, essa indignação? Tivemos uma perda gigantesca nos campos de saúde e educação porque a Covid foi usada para acabar e atrasar esses direitos, mas a gente ganhou em alguns anos nosso aprendizado no uso das redes.

Precisamos avançar no que concerne à segurança, à proteção das pessoas do campo dos direitos humanos nas redes sociais, porque nesse processo ficamos mais expostos/as. Falei da utilização das redes sociais para promover diálogos interseccionais e de resistência entre nós. A gente teve que se unificar nesse processo. **Não dava para fazer resistência nas redes sociais de maneira isolada.** E, como fruto disso, dentro do campo que eu atuo, muita solidariedade, muita parceria entre nós, ampliação das nossas interseções. Estivemos mais juntos/as no que concerne à nossa resistência. Talvez não na medida do que precisamos, mas essa sinalização é algo positivo no campo das resistências, até pelas demandas que chegavam: a violência extrema, a fome, a pauperização, os ataques. Isso é algo que temos que intensificar, no próximo período, valorando o que, na nossa atuação, ficou de positivo.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Nós, defensores/as, somos também pessoas. Então, também sofremos todos os impactos: violência, desemprego (diversos defensores/as perderam seus empregos); **eu mesma tive que mudar de cidade, trocar de trabalho em plena pandemia. Isso aconteceu com diversos defensores/as com a extinção, o enxugamento da política, a falta de investimento.** A fome, a violência, a falta de acesso a direitos também atingem os/as defensores/as de direitos humanos LGBTQIA+ e defensores/as como um todo.

Para além do que atinge a pessoa na sua individualidade, também temos o que atinge a coletividade e a gente vê a fragilidade da rede de proteção que vem sendo desgastada, esvaziada, tanto no que concerne à questão financeira quanto à questão da articulação. E uma ofensiva muito grande na tentativa de retirada de direitos ou de aprovação de proposituras que acirram a violência e a exclusão contra nossa população. Os defensores/as de direitos humanos foram atingidos/as por todo impacto negativo que atinge as pessoas mais pobres, mais vulneráveis, e teve um aumento da necessidade de enfrentamento a tudo isso. **Então, é inversamente proporcional: a gente está cada vez mais vulnerabilizada e tendo que dar respostas mais constantes porque os ataques são diários e as perdas também.**

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

A gente precisa trazer alguns temas para a centralidade do debate. Além do nosso recorte – gênero, sexualidade –, tem algumas questões nas estratégias que são importantes. Primeiro, o direito à informação. E o acesso à internet é parte desse direito. **Uma comunicação democrática é essencial, tanto no que concerne ao conteúdo, quanto ao acesso. Essa questão é central para a gente, senão vamos perder.**

Pensando que o acesso à informação precisa chegar a todos/as, que a gente precisa levar essa tecnologia para lugares mais distantes, precisamos pensar como nossas tecnologias de informação chegam às pessoas. Tivemos muitas lives, muitos webinários, muito conteúdo colocado nas redes sociais, mas a gente sabe a dificuldade de acesso para fazer uma reunião virtual na Amazônia. Como fazer uma reunião online com o povo ribeirinho, quilombola? E às vezes também com uma pessoa que está bem aqui do lado, numa periferia extremamente precarizada. A gente precisa trazer o debate do acesso à informação equânime e igualitário para as pessoas e como vamos adequar isso para que também não substitua completamente as atividades que a gente precisa para que a formação política e o diálogo cheguem a todos/as os/as defensores/as de direitos humanos.

Como nossa população, que às vezes tem memória muito curta, a gente não pode esquecer tudo o que passamos nesse período: **a importância da solidariedade, da humanidade; os ganhos que tivemos como relação; as perdas que tivemos (de militância, inclusive) para a própria doença ou pelas consequências da pauperização.** Não podemos esquecer o que fizemos de bom e os impactos que nos trouxeram. Que essa nossa unidade, aproximação, identificação de pautas, de estratégias, não se perca quando essa “normalidade” tomar a maioria da população. Os impactos, as perdas que aconteceram em um ano e meio não vão ser fáceis de a gente retomar; demandam mais tempo, mais organização. Que a gente não se esqueça de tudo isso que a gente passou e volte a cometer certas práticas ou deixar de fazer outras. Que a gente traga essa avaliação e que isso se traduza em ação.

Valdênia Aparecida Paulino

Justiça nos Trilhos



**Meu nome é Valdênia
Aparecida Paulino Lanfranchi,
tenho 54 anos, sou advogada.**

Atuei, enquanto defensora de direitos humanos, cerca de 30 anos na região de Sapopemba, zona Leste da cidade de São Paulo, no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) e no Centro de Direitos Humanos, em defesa da vida e no enfrentamento ao genocídio da juventude negra e periférica.

Entre 2008 e 2013, trabalhei como defensora e militei nos direitos humanos na Paraíba, onde trabalhei com as comunidades indígenas Potiguara e Guajajara, bem como com comunidades quilombolas e onde fui também Ouvidora de Polícia do estado. Agora estou no estado do Maranhão, na cidade de Açailândia, região Pan-Amazônica, onde trabalho na organização Justiça nos Trilhos, na defesa das comunidades que estão situadas ao longo do corredor da estrada de ferro Carajás, impactadas pela mineração.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Tem muitos elementos na atuação dos/as defensores/as que se somam com o contexto da pandemia. Em uma gestão governamental negacionista, a primeira luta nossa foi resistir e lutar. **Não existe resistência passiva.** A luta dos/as defensores/as é de resistência ativa: lutar para que as autoridades públicas assumissem a responsabilidade sanitária, numa das maiores crises de saúde que tivemos no mundo.

O segundo aspecto é o recorte de gênero. Com a pandemia, o impacto sobre as mulheres redobrou porque, em uma sociedade machista e patriarcal como a nossa, e em uma gestão em que o Ministério da Mulher reforça esse machismo, os cuidados familiares de saúde são ainda mais atribuídos às mulheres. Boa parte das mulheres perdeu o emprego; muitas ficaram em casa sem o recurso econômico e ainda com a obrigação de cuidar da saúde de seus familiares acometidos pela Covid e outras consequências. Tivemos um aumento da pobreza e, nesse contexto, a violência doméstica tende a crescer, como de fato cresceu.

Trabalhamos muito as regiões rurais e foi uma luta pelos direitos fundamentais, como transporte para o acesso aos hospitais. A região onde mais atuo é cortada por três BRs (rodovias federais), com

muito fluxo de caminhões. A contaminação chegou com força e o acesso ao sistema de saúde foi muito difícil, seja para chegar aos equipamentos de saúde, seja para ter o tratamento adequado.

Para nós, defensores/as que estamos na linha de frente, não foi possível fazer quarentena. Tomamos todos os cuidados, mas não pudemos sair de campo porque nossa presença era condição para as comunidades mais marginalizadas terem acesso aos cuidados indispensáveis. Depois, veio a busca incessante de auxílio porque a fome bateu dentro da casa das pessoas. Foi preciso criar campanhas, atuar na incidência política para que as autoridades se mobilizassem. Isso intensificou nosso trabalho em todos os aspectos, inclusive na questão do autocuidado. Ainda está sendo um período de muito estresse emocional porque estamos lidando com mortes que, infelizmente, não são naturais e poderiam ser evitadas.

Tivemos que trabalhar em várias frentes, nesse período, **mas algumas das características de defensores/as de direitos humanos são a resiliência, a ousadia e a criatividade. O que fizemos foi agarrar essas qualidades e usá-las todo o tempo.**

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Desde o início, defensores/as, organizações, buscaram se articular e criar uma rede de solidariedade material: **higiene para a prevenção, dar acesso à internet a muitas comunidades, inclusive na área da educação, em municípios do Maranhão que estão entre aqueles com o menor IDH do país** (a pandemia trouxe um atraso significativo no acesso à dignidade por conta do atraso na educação).

As redes de solidariedade que criamos foram fundamentais para evitar a fome a um nível que pudesse levar as pessoas a óbito; com transporte para acessar os cuidados de saúde; o acesso à internet para educação; ações administrativas e jurídicas para denunciar a prevaricação do Presidente da República. Esse movimento também foi importante: denunciar esse genocídio nas instituições brasileiras e no sistema interamericano e global de direitos humanos.

Outro movimento foi apoiar outras organizações como A Vida por um Fio, campanha puxada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com igrejas cristãs para cuidar dos/as defensores/as ameaçados/as, seja na prevenção, bem como nos casos de violações diretas. Acionamos Front Line Defenders, Freedom House, Justiça Global Brasil. Além da Abong, outro parceiro no cuidado com os/as defensores/as foi o Fundo Brasil de Direitos Humanos. Tivemos lideranças de comunidades quilombolas e indígenas ameaçadas e tivemos que acionar essas redes de proteção. O que fizemos foi fortalecer nossas redes, aprimorar nossas comunicações para que pudéssemos nos salvar enquanto povo, território, vidas individuais, memória e coletivo. E, sempre que oportuno, tratamos de registrar histórias, criar movimentos que dessem sinal de vida e proteção às comunidades, como aconteceu em Açailândia com o desenvolvimento da peça Somos Todos Água que deu vida à juventude numa das comunidades mais impactadas pela mineração. A peça foi virtualmente divulgada com outras comunidades.

Na sua avaliação, quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?

Piorou a vida dos/as defensores/as no sentido do estresse emocional e reduziu também a atuação de muitos/as defensores/as que estavam na linha de frente. Defensores/as com comorbidades ou outros problemas de saúde que os/as colocariam muito mais em risco. **Esses/as tiveram que fazer sua militância à distância e, claro, há uma diminuição no impacto da militância.** Também perdemos vários/as defensores/as de direitos humanos para a Covid e isso mexe tanto com nosso emocional como reduz as pessoas na linha de frente.

Nós estamos em uma região muito impactada pela mineração. A Vale, maior mineradora do Brasil, conseguiu na justiça que seu serviço fosse considerado essencial. No primeiro semestre de 2021, a Vale lucrou 75 bilhões de reais, mas deve ao governo brasileiro 44 bilhões de reais, metade do que lucrou em seis meses. Esse débito impacta diretamente nas políticas públicas. Vemos pessoas morrendo por falta de leitos em hospitais,

quando esses recursos poderiam suprir parte importante dessas carências. Essa cobrança poderia ter sido feita se houvesse um governo sério, comprometido com a vida. **Então, o impacto é o cansaço de bater nas portas dos poderes públicos para que as autoridades assumam suas responsabilidades no controle a essas empresas que visam o lucro sem considerar a importância da vida.**

Ao lado disso, nesse tempo em que os poderes públicos estavam com a atenção voltada para a pandemia, o agronegócio avançou e aumentaram as violações dos direitos fundamentais das comunidades tradicionais, ribeirinhas, que vivem em situação de pobreza. Na região de Açailândia, o impacto ambiental do pó do minério, a fumaça do processamento das siderúrgicas e o aumento excessivo do uso de agrotóxicos pelo agronegócio foram agravantes à pandemia, pois os principais órgãos prejudicados são os pulmões. Nós, defensores/as que não saímos da linha de frente, estamos num alto nível de estresse e temos que ter muito cuidado porque os violadores de direitos humanos esperam uma brecha no nosso cansaço para desqualificar nosso trabalho. E não podemos deixar que nos criminalizem, nos desqualifiquem, mas precisamos ainda estar nesta linha de frente e ainda mais articulados/as para fazer frente às violações em curso nos nossos territórios e no país.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?



Catalogar as experiências exitosas, as formas de resistência na pandemia. **Pensar estratégias de autocuidado, modalidades de autocuidado online e também, quando possível, presencial.** Identificar experiências de sinais de vida que fortaleceram as comunidades, elencar as principais dificuldades para que possamos pensar estratégias de possíveis alternativas, caso tenhamos outras ondas. A gente precisa criar uma “parabólica” de iniciativas que tanto pode captar como disseminar experiências.

Também precisamos ainda investir na formação sobre o conceito de proteção que, além do autocuidado físico, psicológico, social, passa pela questão de segurança. Estamos vivendo tempos de terror: aumentou a circulação de armas de fogo, retrocedemos em questões de direitos humanos e a desigualdade aumentou significativamente. Para quem é defensor/a, as tensões também aumentaram e **a questão do autocuidado ainda é uma culpa, por conta da nossa cultura religiosa, de altruísmo.**

Muitas vezes, as pessoas ou organizações não incorporam as necessidades preventivas nos planos de segurança e, infelizmente, só recorrem a um plano de segurança quando há ameaça e os atentados chegam. E nós precisamos trabalhar com a prevenção, principalmente na conjuntura política e considerando o cenário que aponta para 2022. Precisamos estar muito atentos/as, nos fortalecer, buscar os nossos pares que têm expertise para que a gente possa disseminar essa cultura de proteção.

Considero muito importante este registro que está sendo feito porque demonstra uma preocupação e cuidado com defensores/as. A gente precisa criar um fundo nacional para financiar a proteção de defensores/as. Com uma rede de contatos, de autocuidado e um fundo para isso, a gente vai poder cuidar muito mais dessa linha de frente de pessoas e organizações que estão na promoção e defesa dos direitos humanos.

foto: pexels

Vanilson Torres

Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)



Sou Vanilson Torres, sou do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) aqui no Rio Grande do Norte.

Nós estamos ocupando a cadeira do Conselho Nacional de Saúde (CNS) na titularidade, também estamos na Câmara Técnica da Atenção Básica e na Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM) do CNS. Estamos na comissão organizadora e coordenando a comissão de comunicação e mobilização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. E aqui no Rio Grande do Norte nós ocupamos vários espaços de controle social, como o Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania, o Conselho Estadual de Assistência Social, o Conselho Estadual de Política sobre Drogas, o Conselho Municipal de Saúde de Natal, o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, entre outros.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

A situação é bem degradante, mas desde bem antes da pandemia, em relação à população em situação de rua, a qual a gente representa. Nós já vivíamos violações de direitos humanos antes da pandemia, e ela só veio escancarar tudo isso. E são muitas violações, desde a negação do acesso à água, a negação do acesso à moradia.

Chegou o “fique em casa”, mas para quem está em situação de rua, como é que é ficar em casa sem ter uma casa?

Então as violações são diversas. Nós temos até agora mais de 620 mil vidas ceifadas e dentro dessas vidas temos muitas da população em situação de rua.

E isso é muito triste, porque, além das mortes, nós percebemos um número gigantesco de pessoas, que até então não estavam em situação de rua, mas, pela crise financeira, pela crise sanitária, estão vindo para a situação de rua.

Além do mais, a partir de 2018, temos a volta ao Mapa da Fome, da extrema pobreza. Nós temos a fila do osso, o aumento constante da alimentação, dos combustíveis. Então, tudo isso, junto com o desemprego, faz com que mais pessoas não consigam pagar seus aluguéis, suas contas e,

literalmente, estão vindo “morar”, sobreviver, nas ruas do Brasil. E isso é muito difícil para nós, que já tínhamos um número gigantesco de pessoas vivendo essa realidade e vemos agora uma nova leva de pessoas vindo para as ruas. Isso aumenta ainda mais as nossas responsabilidades enquanto sociedade, enquanto movimento social. E isso é muito triste porque nós sabemos que essas pessoas que estão vindo agora para essa situação, encarar a rua sem ter nenhum conhecimento dessa realidade é muito difícil, ainda mais quando envolve crianças, mães.

Para a gente isso é muito desafiador. Mas a gente sabe que isso faz parte também de um projeto de Estado, um projeto de governo: o governo Bolsonaro que, nas suas falas, dizia que era para ter matado 30 mil, e ele matou mais de 30 mil, realmente... **mais de 620 mil pessoas com suas vidas ceifadas, 620 mil famílias perderam entes queridos, algo que ficará marcado por toda a sua história, por toda sua vida.** Então, essa conjuntura é muito difícil e sabemos que a pandemia não acabou, temos variantes chegando e mais pessoas, infelizmente, tanto perderão suas vidas quanto virão para a situação de rua.

Como avalia as lutas pela promoção e realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Necessárias. Mas também tem os percalços. A gente sabe que os/as defensores/as de direitos humanos são criminalizados/as. Alguns dizem “Ah, defendem bandido”, “Ah, defendem criminosos, pessoas que não prestam”. E esses/as defensores/as de direitos humanos sofrem também ameaças. E aí fica a pergunta: quem cuida de quem cuida? Porque, se a gente for avaliar, nesse contexto de pandemia, os/as profissionais de saúde entram nesse contexto, além daqueles/as já tradicionais defensores/as de direitos humanos.

A gente entrou aqui no Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte na eleição de 2021. São muitos desafios para quem defende os direitos humanos nesse país. E o direito humano é algo transversal. Quando a gente fala de direitos humanos, algumas pessoas se limitam a achar que as pessoas que fazem essa defesa defendem pessoas aprisionadas, defendem pessoas que estão no socioeducativo. Não, direitos humanos é algo universal, é algo transversal, que perpassa por várias situações. **O direito à água é um direito humano, o direito à moradia é um direito humano. Então, em todos os contextos temos defensores/as dos direitos humanos.**

Mas nós, que fazemos essa luta em defesa dos direitos humanos, sofremos preconceitos, somos discriminados/as por muitos, seja pela mídia televisiva policallesca, seja por pessoas que não concordam com essa defesa. Essa luta tem seus perigos, tem seus percalços, mas é muito válida porque a gente sabe que precisa lutar por algo, e os direitos humanos estão dentro dessa luta como algo maior. Quem não defende os direitos humanos não defende nada. Passa sua vida, talvez, só vegetando, porque precisa estar em alguma defesa: seja da população em situação de rua, de trabalhadores/as. A gente não está aqui a passeio, mas muitas pessoas infelizmente estão passeando dentro do caos social que nós estamos vivenciando.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

Os impactos são gigantescos... Uma pessoa que, mesmo em dificuldade, morava na periferia ou de aluguel, de repente passar a vivenciar desemprego, fome, ter que ir para as ruas buscar alimentação, insumos e se ver literalmente vivendo nas ruas... Eu já vivenciei essa realidade das ruas e isso reflete em nós que estamos à frente dessa luta. **Nós temos o aumento dessa população nas ruas, mais pessoas buscando os serviços, buscando alimentação.** Temos mais desafios, mas a cada dia nós temos menos mecanismos para o enfrentamento dessa desigualdade social. Talvez o que a gente esteja fazendo é pouco. Talvez a defesa seja um pouco fragilizada, mesmo com toda vontade de fazê-la. Antes da pandemia, já tínhamos dificuldades tecnológicas por não ter dados móveis, celular. A pandemia trouxe a necessidade tecnológica, de trabalho remoto, mas não tínhamos – e ainda não temos – mecanismos para participar de atividades remotas que dependem de internet, dados móveis e recursos para colocá-los. Isso foi muito difícil para o MNPR, mas, mesmo assim, a gente fez o possível para estar inserido nesse contexto e também não deixamos de estar nas ruas. O auxílio emergencial, quando iniciou, trouxe a questão tecnológica como principal e, a população de rua que não estava no Bolsa Família, não conseguiu ser inserida no programa porque foi feito de cima para baixo. Isso é só uma mostra da negação tecnológica para essa população, mas também de todo um contexto de exclusão social que vivenciamos.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Isso me faz lembrar uma frase muito linda que surgiu antes da pandemia: “Ninguém solta a mão de ninguém”. É muito linda! Mas será que a gente está pegando na mão das pessoas? Ou melhor, antes de dizer que ninguém solta a mão, é preciso pegar na mão das pessoas. A gente está pegando na mão da população de rua, da LGBTQIAP+, dos povos indígenas, da população negra, periférica? Pegar nas mãos das pessoas é estar ombro a ombro, preocupado/a e incidindo junto às necessidades dessas populações. Mas, a gente vê que é “cada um/a no seu quadrado”.

Eu não saberia dizer no momento quais são as estratégias até porque a gente está com um turbilhão de situações que muitas vezes não permitem nem a gente formalizar um pensamento. Mas, **é importante ter apoio formativo dentro da temática de defensores/as de direitos humanos para o movimento “poprua” (MNPR), para outros movimentos, coletivos, e até para pessoas que não estão em nenhum coletivo.** Essa não seria a única forma. Isso pode ser construído em uma reunião ampliada com todos/as os/as envolvidos/as.

A pandemia trouxe o desastre de ceifar vidas, mas também trouxe muitos ensinamentos e um deles é que se você não for um/a milionário/a, não tiver uma casa própria, for um/a pequeno/a comerciante e depender de um salário, de um patrão, você não está longe da situação de rua. Muitos/as de nós, ao ver alguém nas ruas, julga com o olhar, pelo nosso preconceito e também pelo que fala a mídia de que quem está na rua é bandido, marginal. Que a gente possa refletir que quem está nas ruas é a classe trabalhadora, pessoas com história, que tiveram seus direitos humanos violados, historicamente, e a consequência disso é a situação de rua. Eu morei 27 anos nas ruas de Natal. Sempre que possível eu lia muito e isso me deu um senso crítico da minha realidade. **E, no movimento, a gente usa a arte e cultura como forma de resistência também, enquanto defesa dos direitos humanos.**

Virgínia Berriel

Central Única dos Trabalhadores (CUT)



Eu sou Virgínia Berriel, sindicalista, jornalista.

Estou hoje no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) representando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas já venho nessa militância mais ou menos desde 2013 porque integro o Movimento Humanos Direitos que é composto por artistas, intelectuais, padres; estou lá desde a sua fundação. Também atuei aqui no Rio de Janeiro na Comissão Popular da Verdade que reúne algumas centrais sindicais e movimentos por conta das atrocidades da violência policial no município do Rio de Janeiro. Nós ficamos muito expostos nessa Comissão Popular da Verdade. Recebemos Danny Glover, embaixador da ONU, para ir à favela da Rocinha, fomos recebidos à bala. Recebemos Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, bem no período do assassinato da Marielle, fomos para a Maré com ele, depois o levamos para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (na Rua Moncorvo Filho). Tivemos muitos problemas com a Comissão Popular da Verdade, depois tivemos que extingui-la, entre 2017 e 2018, por conta de ameaças não só veladas, mas porque passamos a receber perseguição nas ruas, na porta de casa. Eu continuei militando na Comissão Popular da Verdade, agora estou no Conselho Nacional dos Direitos Humanos e a militância continua. Diante do cenário político que estamos atravessando, temos um grau de vulnerabilidade muito grande, sinto isso já

no CNDH. Nós que somos defensores/as estamos totalmente desprotegidos/as. O CNDH está vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e ali dentro a gente sofre várias represálias, a gente sabe como atua esse governo. Mas, jamais vou deixar de atuar, jamais vou deixar de ir para uma missão, jamais vou deixar de fazer o que tem que ser feito. E também pelo outro movimento, Humanos Direitos, já fizemos também muitos esforços. É atuação extremamente delicada, muito perigosa. A CUT sempre nos passa muitas orientações de como devemos proceder. Mas, mesmo com todos esses cuidados, me sinto vulnerável, como se as pessoas estivessem olhando o que você posta nas redes e as pessoas dizerem

“olha você não pode postar isso, vocês todos/as têm que morrer”. É uma situação muito ruim para a gente, mas dá vontade de continuar porque tem muitas pessoas desprotegidas e em um grau de vulnerabilidade muito maior que o nosso. E assumimos isso, faz parte do que optamos: quem defende os direitos dos/as trabalhadores/as, também defende os direitos dos/as vulneráveis, dos/as desprotegidos/as, daqueles/as que têm fome. Esse é um trabalho que é de uma dignidade gigantesca e é por isso que eu abracei a causa desde muito jovem: já me mostrava uma militante mesmo sem a consciência de um/a militante na década de 1980 na cidadezinha de Flórida Paulista, no interior de São Paulo.



Como avalia a luta de resistência e o enfrentamento a violações dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Eu acho que é o pior momento, o mais difícil, o mais desafiador. Esse período da pandemia, especialmente para os/as militantes, foi desafiador porque, ao mesmo tempo, todos gostariam de estar na linha de frente lutando, mas muitos ficaram evidentemente preocupados/as e não foram. A própria orientação da CUT era que ficássemos em casa, fizéssemos o isolamento. Fui repreendida várias vezes porque não parei. Visitei empresas de call center e, em grande parte delas, trabalham muitas pessoas num salão, sem distanciamento necessário, sem álcool em gel. Recebemos várias denúncias de trabalhadores/as que estavam se sentindo abandonados/as pelas empresas e com muito medo de pegar Covid.

Acompanhamos a situação dos/as haitianos/as que ocuparam a ponte em Assis Brasil (Acre), dos/as indígenas venezuelanos em Boa Vista (Roraima), as pessoas sem máscaras, sem o distanciamento e os cuidados necessários. **E é nosso dever denunciar o que está acontecendo.**

A Covid não foi embora e tem uma gripe muito mais resistente e nós temos que trabalhar, temos que defender as pessoas, defender os direitos humanos que estão sendo violados mais que em qualquer outro tempo da nossa história: os direitos das populações indígenas, ribeirinhos/as, quilombolas, professores/as (a ministra Damares denunciou professores/as do Rio de Janeiro por estarem “pregando comunismo” nas escolas). E é o governo, todo seu staff, que ataca. A gente não está dentro do governo, mas está neste Estado que persegue professores/as, jornalistas, mulheres, pobres, e também os/as defensores/as de direitos humanos. É por isso que esse é o período mais desafiador para todos/as nós, mas também nos dá coragem para continuar.

Com avalia as lutas pela promoção e a realização dos direitos humanos no contexto da pandemia Covid-19?

Estamos num contexto desafiador. A gente faz a luta olhando ou tentando olhar todas as possibilidades que a gente tem. **Por isso, a gente quer transformar o CNDH numa Instituição Nacional, independente, como existe em outros países, para que tenha orçamento próprio, não dependa do governo.** Recentemente o setor de comunicação do CNDH teve que avaliar uma recomendação do governo sobre a postura do parlamentar Daniel Silveira, em ações contra o Supremo Tribunal Federal (STF), no sentido de considerá-la como “defesa da liberdade de expressão”. Liberdade de expressão para atacar? Para dizer que os Ministros têm que fazer isso e aquilo? Hoje temos pessoas que representam o governo dentro do CNDH, estamos sendo muito mais vigiados e o governo quer que façamos vista grossa às arbitrariedades que ele tem imposto.

Nós estamos nessa linha fina, mas mesmo assim não paramos de trabalhar, não paramos de defender o que achamos certo. Em 2021, tivemos muitos desafios. Para fazer resoluções, recomendações, notas públicas, a gente tinha que se ajudar muito, as nossas instituições, contando com o apoio da nossa assessoria, do nosso jurídico também. Sabemos que o desafio do ano de 2022 será maior porque é ano eleitoral e o governo, os assessores do Ministério, colocaram as mangas de fora e enquanto essa situação prevalecer, a gente sabe que tem uma luta gigantesca pela frente, mas faremos essa luta com muita sabedoria.

Na sua avaliação, **quais os impactos da pandemia Covid-19 na atuação dos/as defensores/as de direitos humanos?**

O grande impasse foram as reuniões não presenciais. O tempo da reunião presencial é um, o tempo da reunião virtual é outro: sempre fica uma coisa ou outra pendente para encaminhar ou cobrar uma reiteração. **É extremamente cansativo, principalmente com várias entidades.** A internet também não nos ajudou muito. Estamos entrando na era do 5G, mas o 4G não foi consolidado ainda e tem muitos limites.

Estou na Comissão do Trabalho, da Educação e da Seguridade Social do CNDH e o maior desafio que todos/as nós tivemos foi ver que grande parte dos/as estudantes nas escolas públicas e técnicas desse país não teve aulas virtuais normais. Passaram o ano de 2020 sem aula, muitos/as só com uma apostila, muitos/as com formas precárias de estudar, sem celular, sem ter como acessar a internet. Nós, defensores/as de direitos humanos, pautamos essa questão da internet. Descobrimos que, quando começou a privatização, em 1998, houve um acordo com o Ministério das Comunicações de que até 2010 as empresas operadoras de telefonia seriam obrigadas a instalar internet gratuita em todas as escolas públicas urbanas do país. Elas assinaram este acordo, mas o governo não fiscalizou e ficou por isso mesmo. Fomos pesquisar em algumas escolas públicas e 90 % das escolas urbanas não têm internet; muitos/as diretores/as e professores/as faziam uma vaquinha e pagavam. Como trabalhar as plataformas numa pandemia que caiu sobre nossas cabeças? **Grande parte da evasão escolar do ano de 2021 é resultado disso** e não porque os/as professores/as não lutaram, não foram atrás.

Nós tivemos que mapear estas questões e ver que o governo falhou. Nós suscitamos um Projeto de Lei para obrigar as operadoras a instalar internet para os/as jovens pobres, para jovens nas escolas públicas. O projeto passou, mas está parado, nesse governo em que conseguimos dar dez passos para frente e vinte para trás. Esse foi um desafio, os/as professores/as foram gigantes nesse processo e estão sendo massacrados/as até hoje pelo governo que ora denuncia uma escola, uma universidade, ora persegue um/a professor/a.

O CNDH teve que lidar com várias Comissões, recebeu diversas denúncias. O que nos mantém firmes é a vontade de ajudar, de estar representando, e a resistência. Porque o/a dirigente sindical, o/a militante, o/a defensor/a de direitos humanos é composto/a por outra carcaça: já levou tanta pancada que a pele já está grossa. A gente já aprendeu a lidar com as debilidades, está meio que vacinado/a. E é a resistência que está nos ajudando e vai nos manter em 2022, que eu calculo vai ser o período mais extremo para os/as defensores/as dos direitos humanos. A pandemia gerou novas pessoas, eu acho que vamos sair revigorados/as desse processo, muito mais safos/as. Perdemos muitas pessoas, não tem dúvida, as marcas jamais vão ser apagadas, mas nunca mais sermos as pessoas que fomos em 2019.

Teria sugestões de estratégias para fortalecer a atuação em rede e realizar a proteção popular de defensores/as de direitos humanos a partir da pandemia Covid-19?

Esse relatório vai ser divulgado e isso expõe publicamente as vísceras do que vivemos nesses dois anos. Não nos tira de uma situação de perigo, mas nos deixa um pouco mais protegidos/as. As instituições que estão em rede, seja a Abong, sejam as organizações da sociedade civil, sejam as instituições da ONU, são as que estão dando a cobertura para a gente. Eu acompanhei os ataques a Márcia Tiburi, os ataques que estamos sofrendo, não só os/as defensores/as, mas os/as trabalhadores/as no Brasil, os ataques principalmente aos/as dirigentes sindicais das empresas públicas, das estatais, os/as trabalhadores/as demitido/as, dirigentes que tiveram seus direitos caçados aqui no Rio de Janeiro.

Diante dessas situações, nós, defensores/as, temos que ter uma proteção superior. Temos essas instituições em rede acima da nossa cabeça e que estão ali olhando as violações e o trabalho que estamos fazendo e que têm que nos dar o suporte, seja aqui no Brasil ou fora. **Hoje, nos sentimos como se o Brasil tivesse perdido, estivesse morto, mas isso nos instiga a fazer mais.** O ano de 2022 será difícil porque a pandemia não acabou, as variantes estão aí, haverá eleições. Mas nós temos uma retaguarda que são vocês, as organizações internacionais, as organizações de direitos humanos, as nossas entidades, a CUT, nossos sindicatos. É a resistência que nos fará gigantes em 2022.



Direitos humanos ou humanos indireitos?

10 de dezembro, 1948, numa sexta-feira.

Os direitos humanos são declarados diante das atrocidades das guerras

O mundo consegue este legado

A invasão feita pela Europa no Brasil levando nossas vidas e riqueza

Dos povos originários e indígenas protetores, defensores da natureza

As violações de direitos humanos ali já existiam

Portugal os indígenas tentou escravizar

Houve muitas lutas e resistências e outros povos foram buscar além-mar

Falo da África, da população negra

Que era livre em suas nações e foi trazida em navios negreiros

Hoje em dia, no Brasil, é as prisões

Treze de maio 1888

A princesa Isabel assina a lei áurea, a tal libertação

Mas que libertação?

Se fomos jogados na rua do Império, sem casa, sem terra, sem alimentação

A escravização neste Brasil não findou

Veja o salário mínimo! Não passe pano!

Seja poprua, seja popnegra e entre num shopping, num mercado

Há sempre alguém te vigiando

Sou do movimento poprua no Brasil

Onde 67% dela é a negra população

Ela é reflexo dos processos históricos

Herança maldita dessa escravização

O genocida e fascista bolsovírus falando do quilombola nosso irmão:

Ele pesava sete arrobas, não serve pra procriar

Facínora! Destrói vidas, etnias e a nação

Fim da estabilidade da classe trabalhadora e fim do Bolsa Família

O governo federal exalta armas, alimenta a corrupção, sua quadrilha

Usa a bíblia enquanto proteção e escudo:

Conhecereis a verdade e ela te libertará

Sepulcro caiado! Raça de víboras!

Abre a boca. A mentira é o que sai de lá

A pandemia da Covid-19 escancara desigualdades humanas e sociais

Aumento da fome, da luz e gasolina

Aumento da população em situação de rua

Do preço do gás

Em tempos de guerra, lutar é preciso

É muito importante estar na luta com você

Na luta contra os retrocessos no Brasil

É lutar, resistir, ousar e vencer.

Vanilson Torres

Movimento Nacional da População
em Situação de Rua (MNPR)

Projeto Sementes de Proteção

O Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos é uma iniciativa conjunta para atuação com defensores/as de direitos humanos. Tem por objetivo geral “contribuir com o apoio a defensores/as dos direitos humanos e organizações da sociedade civil que atuam em questões associadas a violações dos direitos humanos e ataques contra liberdades fundamentais no Brasil”. O objetivo específico é **“fortalecer as capacidades de defesa, promoção e proteção dos direitos dos/as defensores/as de direitos humanos de movimentos sociais e organizações da sociedade civil em 21 estados das cinco regiões brasileiras”**.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (**SMDH/MNDH**), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (**Abong**) e a **We World GVC Onlus** são as proponentes do projeto, apresentado em edital e aprovado pela Delegação da União Europeia no Brasil e iniciado em março de 2021, com extensão de sua execução por 36 meses. O Projeto também conta com a participação, na condição de associadas, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (**MNDH**), da Comissão Pastoral da Terra (**CPT**), da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (**ABGLT**), da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (**AMDH**) e do Conselho Indigenista Missionário (**CIMI**).

Em sua implementação, são também participantes, na condição de **“Organizações Referenciais no Território”**, entidades filiadas ao MNDH, que são as seguintes: MA: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini (CDMP); AC: Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP); PA: Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); PI: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Nenzinha Machado (CDDHNM); CE: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro (CDDH-AC); RN: Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP); PE: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC); PB: Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA); BA: Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia (GTNM-BA); SE: Instituto Braços – (IB); TO: Movimento Estadual de Direitos Humanos do Tocantins (MEDH); GO: Instituto Brasil Central (Ibrace); MT: Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes (CDH Cáceres); MS: Comissão Regional de Justiça e Paz (CJP-MS); SP: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP); RJ: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal (Projeto Legal); MG: Instituto Direitos Humanos: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania (IDH); ES: Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH Serra); RS: Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF); SC: Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz (CDH Joinville) e PR: Centro de Direitos Humanos de Londrina (CDH Londrina). As organizações dos/as beneficiários/as finais do Projeto também serão parceiras em todo o processo.

São entendidos/as como beneficiários/as finais: militantes, lutadores/as do povo, lideranças comunitárias, dirigentes que fazem luta social no Brasil e são reconhecidos/as como defensores/as de direitos humanos porque atuam cotidianamente pela garantia e efetivação de direitos nas organizações da sociedade civil e nos movimentos sociais populares; são camponeses/as (sem-terra, trabalhadores/as rurais, agricultores/as familiares, posseiros); povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as, pescadores/as artesanais, seringueiros/as, extrativistas); mulheres; LGBTQIA+; ambientalistas; lideranças da luta antirracista, sem teto; atingidos/as por grandes empreendimentos (mineração, barragens); religiosos/as de matriz africana; agentes da luta contra tortura e o encarceramento; defensores/as da juventude de periferia urbana; pessoas em situação de rua e catadores/as de materiais; comunicadores/as populares; lideranças de periferias urbanas.

O Projeto prevê três níveis de ação:

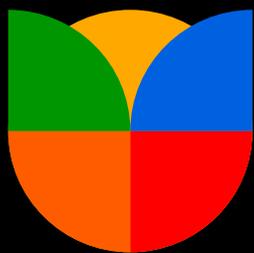
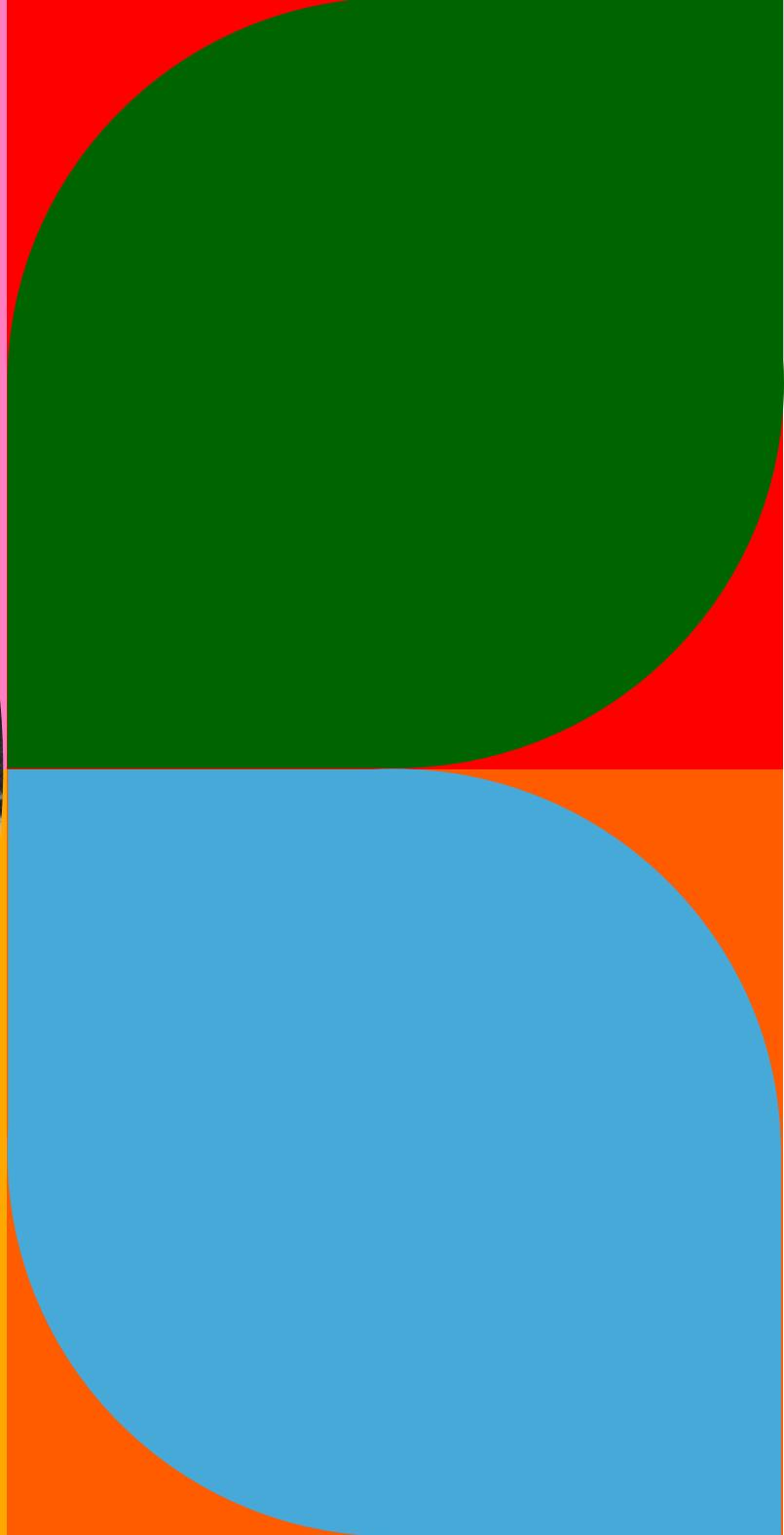
- 1. Ação Direta:** feita nos territórios e pelas organizações que participam do Projeto e atuam nele (sejam elas nacionais ou locais) por meio de atividades de formação, de articulação da atuação em rede, acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de situações que precisem de proteção, de sistematização de informações e conhecimentos, de mobilização social, de comunicação e de incidência política para enfrentamento das situações de risco e ameaça e para a promoção da atuação de defensores/as de direitos humanos;
- 2. Ação Complementar:** feita nos territórios e em âmbito nacional e internacional pela atuação da Equipe Nacional do Projeto em conjunto com as organizações que atuam no território para o desenvolvimento de atividades de incidência nacional junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, às Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, os Programas Públicos de Proteção e o sistema de Justiça e seus agentes; e a incidência internacional junto ao sistema das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), à União Europeia (Comissão e Parlamento) e também com a sociedade civil internacional;
- 3. Ação Suplementar:** feita pela Equipe Nacional com apoio das organizações que atuam no território basicamente para promover ações de comunicação (campanha nacional e outras iniciativas), de produção de conhecimento e informação, com a publicação de Relatórios Nacionais sobre situação dos/as defensores/as de direitos humanos e de duas pesquisas, uma sobre a percepção dos/as defensores/as de direitos humanos e outra sobre o impacto de grandes projetos e do capital privado (empresas) na produção de riscos e ameaças a defensores/as de direitos humanos.

O Projeto mantém um Fundo de Apoio Direto, ou seja, uma linha de apoio que descentraliza recursos para que as Organizações Referenciais no Território possam subsidiar o desenvolvimento das ações diretas previstas no Projeto. O Fundo também receberá demandas de apoio emergencial para atender às necessidades de proteção de defensores/as (indivíduos e organizações) mediante apresentação de solicitação por meio de organizações participantes ou parceiras do Projeto.

A implementação do Projeto é feita por uma Equipe Nacional formada por um grupo de militantes e profissionais contratados/as pela SMDH, Abong e WWB. A coordenação estratégica do Projeto é feita pela Coordenação Nacional, que se reúne mensalmente e da qual participam as requerentes SMDH/MNDH, Abong e WWB. Os debates mais estratégicos são feitos pela Coordenação Nacional Ampliada, da qual participam as requerentes (SMDH/MNDH, Abong, WWB) e as associadas (CPT, ABGLT, AMDH, MNDH e CIMI).

O Projeto Sementes é desenvolvido em parceria com o Projeto Defendendo Vidas, implementado pela SMDH e parcerias, com apoio da Misereor. Assim, em conjunto e complementação, a atuação chega a todos os estados brasileiros.

Mais informações:
sementesdeprotecao.org.br



projeto sementes de proteção

de defensores e defensoras
de direitos humanos

proponentes



co-financiadora

